

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - NUCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO: MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Douglas Vidal

**Discurso e Prática de Sustentabilidade de Instituições Bancárias
Brasileiras**

PORTO VELHO
2012

DOUGLAS VIDAL

**Discurso e Prática de Sustentabilidade em Instituições Bancárias
Brasileiras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD) do Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Administração

Orientador: Prof. Osmar Siena Dr.

PORTO VELHO

2012

RESERVADO PARA FICHA CATALOGRÁFICA

Douglas Vidal

**Discurso e Prática de Sustentabilidade em Instituições Bancárias
Brasileiras.**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Rondônia.

Porto Velho, 03 de Dezembro de 2012.

Profº Dr. Carlos André da Silva Müller
Coordenador do Programa – PPGMAD/UNIR

Banca Examinadora:

Profº Dr. Osmar Siena
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Orientador – Presidente da Banca Examinadora

Profº Dr. Haroldo Cristovam Teixeira Leite
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Membro Interno

Profº Dr. Túlio Andrade Carneiro
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Membro Externo

Porto Velho
2012

*Dedico este trabalho a minha esposa
Cristiane Vidal por ser sempre minha luz
e ao meu Pai, que foi o grande
Mestre em minha vida*

AGRADECIMENTOS

A caminhada desta jornada de conhecimento e tantas experiências passaram por mais de três mil quilômetros, duas cidades, e tantas pessoas especiais que não caberiam nesta folha, mas não poderia deixar de citar estas que, sem elas este sonho que agora se torna realidade nunca seria possível.

Em primeiro lugar minha esposa Cristiane Vidal pelo seu amor incondicional, são dez anos de uma história linda, obrigado por muitas vezes se sacrificar pra aliviar meu fardo, esta é nossa vida, realização de sonhos, e temos muitos outros pra realizar juntos. Enchemos a taça um do outro sempre, sem beber de uma só taça, obrigado. Te amo.

A minha mãe por simplesmente ser mãe no sentido mais amplo e pleno da palavra, obrigado pelo apoio sempre em todas as minhas loucuras, e esta jornada da dissertação foi com certeza uma das mais importantes.

Meu agradecimento especial a este professor na melhor concepção da palavra, que foi muito mais do que meu orientador, mas foi a luz em diversos momentos de escuridão, meu conselheiro quando precisei. Tem minha gratidão, admiração, pela integridade, caráter, e com certeza é inspiração pra minha vida. Muito obrigado professor Dr. Osmar Siena.

A meus amigos que trilharam este caminho comigo, nas alegrias, no sofrimento, compartilhando o melhor de vocês sempre, tenho um grande orgulho desta turma de mestrado, posso dizer que não tive colegas de sala, mas verdadeiros amigos que carrego comigo pra sempre, obrigado especial a Eduardo Zimmerli, Thalita Silva, Aurineide Braga, Tiago Siena, por toda força.

A minha família que sempre acreditou e me apoiou em meus sonhos, Lucimara (Gabiru), Zé Henrique, Rafinha, Leoni, Fabio, meus amigos Fernando, Habiro, pelo apoio e amizade.

À família Licório. Sem seu apoio e carinho este sonho seria impossível. Cesinha meu amigo, parceiro e companheiro durante estes anos.

Obrigado a Deus e a todos que de alguma forma participaram deste projeto de vida.

VIDAL, Douglas. **Discurso e Prática de Sustentabilidade em Instituições Bancárias**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Administração (PPGMAD). Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho, 2012.

RESUMO

Enquanto o papel da sustentabilidade adquire importância e adentra os sistemas econômicos ao redor do mundo, muitas empresas tiveram que repensar sua forma de competir no mercado e divulgar suas ações. Neste cenário, o objetivo deste estudo é analisar a relação entre o discurso e a prática de sustentabilidade das instituições bancárias brasileiras aderentes ao “protocolo verde” e a Federação Brasileira de Bancos. A base teórica de suporte adotada é baseada nos temas ambientalismo e sustentabilidade, sustentabilidade empresarial, discurso e prática de sustentabilidade, trazendo referências aos diversos aspectos das questões a partir das produções acadêmicas identificadas. A metodologia adotada para este estudo foi a pesquisa documental onde se examinou as práticas adotadas em comparação com os discursos adotados por estas instituições. Para tanto, foram selecionados onze bancos brasileiros, aderentes ao protocolo verde e a FEBRABAN e os dados são referentes ao ano de 2011. As principais fontes de dados para este trabalho foram os relatórios de sustentabilidade para análise das práticas de sustentabilidade declaradas e, sites na internet, material impresso e anúncios, para análise da comunicação sobre sustentabilidade. Constatou-se que os meios mais utilizados para divulgação e propagação de seu discurso são os sites na internet e que, apesar das diversas concepções de sustentabilidade disponíveis, a maioria das instituições bancárias adota somente a perspectiva “Triple Bottom Line” para sua formulação. Possivelmente em decorrência da ação de forças normativas e/ou miméticas, as organizações bancárias apresentam práticas e resultados similares descritos em seus relatórios de sustentabilidade, levando a certo um isoformismo institucional em relação à abordagem do tema. É possível verificar praticamente a mesma incidência de indicadores utilizados pelos bancos, baseados na metodologia de Global Reporting Initiative (GRI), utilizando as categorias para publicação de suas práticas, mas cada instituição centra a atenção em determinadas dimensões. Constatou-se alinhamento parcial entre o discurso e práticas de sustentabilidade, indicando diferença entre o que as empresas analisadas divulgam e suas práticas de sustentabilidade empresarial.

Palavras chaves: Instituições Bancárias. Sustentabilidade. Discurso. Prática.

VIDAL, Douglas **Discourse and Sustainability Practice in Banking Institutions.** Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Administração (PPGMAD). Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho., 2012.

ABSTRACT

While the role and importance of sustainability acquires enters economic systems around the world, many companies have had to rethink their way to compete in the market and publicize their actions. In this scenario, the objective of this study is to analyze the relationship between media discourse and practice of sustainability of Brazilian banks adhering to the "Green Protocol" of the Brazilian Federation of Banks. The theoretical base of support is based on the themes adopted environmentalism and sustainability, corporate sustainability, discourses and practice of sustainability, bringing references to various aspects of the issues from the academic productions identified. The methodology adopted for this research study was to document where we examined the practices adopted in comparison with the discourses adopted by these institutions. To this end, ten banks which was chosen are Brazilian, adhering to green FEBRABAN protocol and data are for the year 2011. The main sources of data for this study were sustainability reports for analysis of sustainability practices and declared sites on the Internet, printed materials and advertisements, for analysis of the discourse on sustainability. It was found that the most used means for dissemination and propagation of his speech are places on the Internet and that, despite the various conceptions of sustainability available, most banks only adopts perspective "Triple Bottom Line" for its formulation. Possibly resulting from the action of forces normative and / or mimetic, banking organizations have similar practices and results described in their sustainability reports, leading to right isoforms institutional approach in relation to the theme. It is possible to verify practically the same incidence of indicators used by banks, based on the GRI methodology. Institutions use of the Global Reporting Initiative (GRI) categories of gods practices for publication, but each focuses attention on selectors let you determine dimensions. Found partial alignment between the discourse and practices of sustainability, indicating the difference between what the companies analyzed and propagate their corporate sustainability practices.

Keywords: Corporate Sustainability. Communication; Strategies. Discourse.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões do Ambientalismo.	24
Quadro 2 - As Cincos Dimensões de Sustentabilidade de Ignacy Sachs.	26
Quadro 3 - Principais Índices de Sustentabilidade empresarial.	33
Quadro 4 Princípios e Diretrizes de Sustentabilidade da FEBRABAN	37
Quadro 5 - Bancos que Aderem ao Protocolo Verde e a FEBRABAN	47
Quadro 6 - Visão de Sustentabilidade dos Bancos.	53
Quadro 7 – Sítios de Sustentabilidade das Instituições.	56
Quadro 8 - Sustentabilidade na Comunicação Institucional Bancária.	57
Quadro 9 - Abordagem de Gestão da Sustentabilidade.	59
Quadro 10 – Adesão a Acordos do Setor.	60
Quadro 11 - Indicadores Ambientais das Instituições Bancárias – GRI.	62
Quadro 12 - Indicadores de Desempenho Ambiental Utilizados pelas Instituições.	63
Quadro 13 – Comparação de Práticas e Discurso de Sustentabilidade.	67
Quadro 14 - Alinhamento entre o Discurso e a Prática de Sustentabilidade.	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Triple Boton Line	30
Figura 2 – Estrutura de Avaliação do ISE	35
Figura 3 – Framework Conceitual de Produtos Ambientais.	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Problema de Pesquisa.....	14
1.2 Objetivos.....	16
1.2.1 Objetivo Geral.....	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.2 Justificativa	16
1.3 Organização da Dissertação.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO	19
2.1 Ambientalismo e Sustentabilidade	19
2.2 Sustentabilidade Empresarial	27
2.2.1 Índices de Sustentabilidade Empresarial	31
2.3 Discurso e Prática da Sustentabilidade	38
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	46
3.1 População e Amostra das Instituições Bancárias	46
3.2 Definição das Categorias Estudadas	48
3.2.1 Discurso de Sustentabilidade.....	48
3.2.2 Prática de Sustentabilidade	49
3.3 Dados e Procedimentos para Coleta	49
3.4 Análise dos Dados e Discussão	50
3.5 Limitação da Pesquisa.....	51
4 DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	52
4.1 Visões de Sustentabilidade das Instituições	52
4.2 O Conceito de Sustentabilidade nos Discursos das Instituições	54
4.3 Abordagens de Gestão da Sustentabilidade e Adesão a Acordos	59
4.3 Prática de Sustentabilidade das Instituições.....	61
4.4 Alinhamento entre Prática de Sustentabilidade e Discurso	66
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE A - INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL BANCO DO BRASIL...	83
APÊNDICE B - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO BANCO BRADESCO	85
APÊNDICE C - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.....	88

APÊNDICE D - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO BANCO ITAÚ	
.....	90
APÊNDICE E - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO BANCO	
SANTANDER.....	93
APÊNDICE F - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO BIC BANCO	96
APÊNDICE G - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO HSBC	98
APÊNDICE H - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO CITIBANK	
.....	100
APÊNDICE I - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO BANCO DA	
AMAZÔNIA, BANCO VOTORANTIM E RABOBANK.....	102
APÊNDICE J - SIMILARIDADES DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	105

1 INTRODUÇÃO

Durante a década de 1980 começa ser colocado em evidência o termo sustentabilidade devido a uma conscientização crescente de que os países precisavam descobrir maneiras de promover o crescimento de suas economias sem destruir o meio ambiente ou sacrificar o bem-estar das futuras gerações (SAVITZ, 2007). A partir de então, os desafios enfrentados por empresários na busca da sustentabilidade em seus negócios exige empenho e desenvolvimento dos diversos ramos do conhecimento, cada um contribuindo de acordo com seu potencial, ramo de atuação e habilidades práticas (RIBEIRO, 2005).

A sustentabilidade tem sido concebida em termos de expressão da visão (LEE, 1993), cadeia de valor (CLARK, 1989), de desenvolvimento moral (ROLSTON, 1994), reorganização social (GORE, 1992) ou transformação de processo (VIEDERMAN, 1994) em direção a um futuro desejado ou mundo melhor.

A origem do conceito surgiu há quase três séculos, quando a percepção de escassez, decorrente do desflorestamento na Europa em função da necessidade de madeira para construção de navios e lenha e a incipiente produção industrial, trouxe a tona a questão de como administrar a escassez. Carl Von Carlowitz respondeu à questão em 1713 com um tratado no qual cunhou a expressão *nachhaltendes wirtschaften*, que significa “administração sustentável”. Os ingleses, em sua adaptação, transformaram o conceito em *sustainable yield*, que quer dizer produção sustentável (BOFF, 2008).

De imediato surgiu a questão, válida até os dias de hoje: como produzir sustentavelmente? Apresentavam-se para o autor quatro estratégias. A primeira era política: cabe ao poder público e não às empresas e aos consumidores regular a produção e o consumo e assim garantir a sustentabilidade em função do bem comum. A segunda era a colonial: para resolver a carência de sustentabilidade nacional impunha-se buscar os recursos faltantes fora, conquistando e colonizando outros países e povos. A terceira era a liberal: o mercado aberto e o livre comércio vão regular a demanda e o consumo, resultando então a sustentabilidade que será melhor assegurada se for apoiada por unidades de produção nos países onde há abundância de recursos necessários para a produção. A quarta era técnica: para superar a escassez e garantir a sustentabilidade buscar-se-á a inovação tecnológica ou a substituição dos recursos escassos: em vez de madeira usar carvão e mais tarde, em vez de carvão, o petróleo. (BOFF, 2008, s/p.23)

O relatório *Nosso Futuro Comum* é tido apenas como um ponto de partida para a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável, como qualquer processo conceitual regido pela teoria evolutiva geral. A ideia central foi definida como "[...] desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades." (CMMAD, 1987 p.8). Neste relatório estão contidos dois conceitos-chaves: o conceito de necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (CMMAD, 1991). Este conceito de necessidades é sistêmico, relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. Também define quatro princípios básicos para que um empreendimento seja dito sustentável. São eles: ser ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito (MONTIBELLER, 2004).

Em seu sentido mais amplo, essa abstração normativa tem sido amplamente aceita e aprovada por milhares de organizações governamentais, empresariais e outras organizações em todo o mundo (GLADWIN; KRAUSE, KENNELLY, 1995).

D'Amico (2010), por sua vez, define que sustentabilidade não é propriamente um conceito, mas uma ideia que reúne múltiplos conceitos e iniciativas governamentais, não governamentais e empresariais. Considera-se sustentabilidade como a visão que busca garantir que os aspectos econômicos, sociais, culturais e educacionais da sociedade estejam organizados e interajam entre si de maneira a permitir o preenchimento das necessidades humanas no presente, ao mesmo tempo em que se preserva a biodiversidade dos ecossistemas naturais, por meio do planejamento detalhado e de ações eficientes capazes de atingir e de manter esses mesmos ideais em longo prazo.

Para Zimmermann et al. (2005) sustentabilidade tem sido eleita como objetivo da sociedade, visando garantir a satisfação das necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. Também cita que a sustentabilidade ecológica é, por sua vez, um pré-requisito básico para o desenvolvimento econômico e social sustentável.

Até hoje há discussão sobre a relação entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Uma suposta dicotomia, segundo Silva e Mendes

(2005), não se afirma, visto que a relação entre os dois ocorre como um processo, onde a sustentabilidade se relaciona com o fim, ou objetivo maior, o desenvolvimento sustentável, e este com o meio no qual o processo ocorre.

Apesar das diferenças conceituais,

[...] os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são usados de modo intercambiáveis, considerando que ainda não é predominante a distinção na produção acadêmica sobre o tema, assim como a sociedade em geral tende a tratar os termos como sinônimos. (SIENA, MÜLLER; FACHINELLO, 2010, p. 4).

Para Quintela (2006), embora exista uma ampla aceitação do termo 'sustentável' na comunidade internacional, é fato, também, que não existe um consenso em torno de uma definição clara e única para esse conceito. Em uma perspectiva ambiental, a noção de sustentabilidade.

[...] se origina de teorizações e práticas ecológicas que tentam analisar a evolução temporal de recursos naturais, tomando por base a sua persistência, manutenção ou capacidade de retorno a um presumido estado de equilíbrio, após algum tipo de perturbação. (RAYNAUT, LANA e ZANONI, 2000, s/p).

Para explicitar a noção de desenvolvimento sustentável, Ignacy Sachs desenvolveu a noção de Ecodesenvolvimento, que propõe uma estratégia multidimensional e alternativa de desenvolvimento que articula o engajamento social, a preservação do meio ambiente e promoção econômica, com atenção especial também os meios de superar a marginalização e dependência social, política e tecnológica envolvidas nos processos de mudança social. (SACHS, 1896).

Neste contexto, a sociedade apresenta certa preocupação com relação a forma como os produtos são consumidos, descartados e, principalmente como as empresas se apresentam diante do cenário de escassez, a conscientização em relação a degradação do meio ambiente, criando assim o chamado consumo consciente. Por isso, muitas empresas vêm se esforçando para chamar a atenção do consumidor com a intenção de fortalecer sua marca, agregando valor de sustentabilidade, pois quando se escolhe uma marca, acredita-se em seus produtos, na sua qualidade, origem e desempenho e, com isso, incrementa-se o valor percebido pelo consumidor, diminuindo o risco e a complexidade existente na decisão de compra, o que posiciona determinada empresa à frente de seus concorrentes (KOTLER; PFOERTSCH, 2008).

Em meio a essa nova realidade, as empresas necessitam se identificar com causas às quais a sociedade, ou parte dela, esteja envolvida, entre elas, a sustentabilidade, e, assim, promover ações que fortaleçam sua imagem perante os consumidores e firmarem sua boa reputação, tornando-as competitivas neste meio (KOTLER; PFOERTSCH, 2008).

Porém ao tentar por meio da comunicação se aproximar do consumidor consciente, as empresas correm o risco de praticarem a ação chamada pela organização ambientalista Greenpeace de “*greenwashing*”, ou, lavagem verde, “[...] termo usado para descrever o ato de enganar os consumidores sobre as práticas ambientais de uma empresa ou os benefícios ambientais de um produto ou serviço.” (GREENPEACE, 2011, p.38). Assim, o discurso e a prática de sustentabilidade realizada pelas empresas disputam o reconhecimento e a legitimação social para que possa ser reconhecida socialmente por suas práticas e desta forma obter vantagem competitiva. Os discursos são entendidos como práticas geradoras de significados que se apoiam em regras históricas para estabelecer o que pode ser dito, num certo campo discursivo e num dado contexto histórico. Essa prática discursiva possível resulta de um complexo de relações com outras práticas discursivas e sociais. O discurso, portanto, relaciona-se simultaneamente, com suas regras de formação, com outros discursos e com as instituições sociais e o poder que elas expressam (LIMA, 2003, p.100).

1.1 Problema de Pesquisa

A prática da sustentabilidade é tema de frequente discussão para a tomada de decisões corporativas, que muitas vezes levam em conta apenas o horizonte de curto prazo. A própria gestão das empresas, sob a pressão de acionistas e investidores, caracteriza-se pela busca de retornos de curto prazo, em que o horizonte de retorno dos investimentos é medido em meses ou, na melhor das hipóteses, em poucos anos, o que sem dúvida leva a um viés nas tomadas de decisão, dando preferência cada vez maior ao instante atual. No entanto, quando se consideram as questões socioambientais para as tomadas de decisão de investimentos corporativos, a perspectiva há de ser necessariamente o longo prazo, criando assim decisões aparentemente antagônicas (PAIVA, 2010, p.299).

A partir deste cenário, o mercado financeiro criou uma carta de princípios para o desenvolvimento sustentável celebrada por instituições financeiras públicas (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil) e Ministério do Ambiente, em 1995, com o objetivo de definir políticas e práticas bancárias precursoras, multiplicadoras e exemplares em termos de responsabilidade socioambiental e em harmonia com o desenvolvimento sustentável.

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) aderiu ao Protocolo em 2009, assinando-o com o Ministério do Meio Ambiente. Os primeiros passos desta agenda foram à elaboração de um diagnóstico do setor vis-à-vis os compromissos assumidos, visando a elaboração de um plano de ação que tem como objetivo a implementação de práticas de sustentabilidade comum aos bancos aderentes a este protocolo.

O Protocolo Verde, de 1995 reuniu os principais bancos públicos federais brasileiros, para, com comando do Presidente da República, dedicaram-se eles ao objetivo de incluir a apreciação da variável ambiental no deferimento de crédito. Incluem-se neste decreto presidencial o BNDES- Bancos Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, o BASA- Banco do Estado da Amazônia, a Caixa Econômica Federal, CEF e o Banco do Nordeste. Tais bancos subscreveram a Carta de Princípios para Desenvolvimento Sustentável. (FEBRABAN, s/d, s/p).

Dezenove bancos brasileiros aderiram a esta proposta e estabeleceram metas e indicadores em comum na busca de ações de sustentabilidade por meio da assinatura de um compromisso de responsabilidade socioambiental que abrange o financiamento por meio de linhas de crédito a programas que promovam à qualidade de vida, projetos socioambientais, a prática do consumo sustentável, constantes análises internas, entre outros assuntos. Este protocolo de compromisso tem a validade de cinco anos para os bancos aderentes. Depois deste prazo será feita uma avaliação pela FEBRABAN para renovação do compromisso.

Desta forma, o presente estudo buscou analisar a existência ou não de coerência entre o discurso e a prática de sustentabilidade em instituições bancárias durante o ano de 2011 delineado por instituições bancárias em todo território brasileiro. Para tanto, buscou-se responder ao seguinte questionamento: **qual a relação entre discurso e as práticas de sustentabilidade das instituições**

bancárias brasileiras aderentes ao protocolo verde da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Este estudo teve como objetivo geral analisar a relação entre o discurso e a prática de sustentabilidade das instituições bancárias brasileiras aderentes ao “protocolo verde” da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo principal, os seguintes objetivos específicos delinearam este estudo:

- Identificar o que as instituições bancárias estudadas expressam por sustentabilidade em seu discurso.
- Identificar quais são as práticas de sustentabilidade informadas pelas instituições bancárias.
- Verificar o alinhamento entre a prática da sustentabilidade e discurso das instituições bancárias. .
-

1.2 Justificativa

O uso do termo sustentabilidade tem sido diversas vezes explorado nas ações de comunicação das empresas, entre elas instituições bancárias, que muitas vezes competem entre si na busca de títulos de banco mais sustentável, porém a conceituação da expressão “Sustentabilidade Empresarial” é muito recente, e seu entendimento por parte dos consumidores ainda é incipiente, que justifica a

necessidade de estudos direcionados a compreender melhor este tema de maneira crítica e analítica.

Partindo deste cenário, o presente estudo se justifica pela necessidade de compreensão e esclarecimento da coerência entre o que é comunicado pelas instituições bancárias em seu discurso sobre sustentabilidade e suas práticas que podem ou não ser condizente com a conceituação científica de sustentabilidade em suas diversas dimensões.

A pesquisadora Kavinski (2009) ressalta sobre a importância deste tipo de estudo, uma vez que as muitas vezes as empresas utilizam os termos Sustentabilidade e Desenvolvimento sustentável em sua comunicação como sendo de um único sentido, além disso, as empresas fazem referência ao alinhamento da gestão de seu negócio com os princípios de Desenvolvimento Sustentável, sem, contudo, apresentar quais são estes princípios.

Assim, este estudo se justifica por confrontar uma análise sobre o discurso destas instituições em sua comunicação e suas práticas de sustentabilidade que poderá servir a partir dos resultados desta pesquisa, para nortear as estratégias empresariais no que tange a suas práticas de sustentabilidade e a forma de comunicação destas práticas a seu público alvo.

A pesquisa também poderá trazer uma contribuição acadêmica, uma vez que o tema do discurso de sustentabilidade, apesar de presente em nossa sociedade, é um tema que necessita ser explorado pela comunidade científica quanto a seu impacto e significado social.

1.3 Organização da Dissertação

A estrutura geral deste trabalho é composta por cinco capítulos, as referências e apêndices.

O primeiro capítulo se refere à introdução, na qual é apresentado o trabalho, o problema de pesquisa e sua abrangência, os objetivos gerais e específicos, a hipótese de trabalho e justificativa.

Já o segundo capítulo aborda o referencial teórico empírico discutindo conceitos sobre o ambientalismo, sustentabilidade quanto a seu histórico, concepção e diversas dimensões, sustentabilidade empresarial e os principais

índices de sustentabilidade empresarial - em seus princípios e diretrizes, e o discurso e prática de sustentabilidade.

O terceiro capítulo se refere aos procedimentos metodológicos, estipulando a população e amostra das instituições pesquisadas, a definição das categorias, e sobre o discurso, prática da sustentabilidade, os dados e procedimentos utilizados na coleta.

O quarto capítulo aborda os dados e a discussão dos resultados deste estudo, divididos em visões de sustentabilidade das instituições, o conceito de sustentabilidade nos discursos dos bancos, abordagens de gestão dos bancos e adesão a acordos firmados, à prática de sustentabilidade, e alinhamento entre prática e discurso.

As conclusões do estudo e sugestões são delimitadas no capítulo cinco.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

Para se chegar ao entendimento sobre a relação entre o discurso e a prática de sustentabilidade empresarial faz-se necessário discutir os conceitos de sustentabilidade e suas dimensões, as práticas de sustentabilidade empresarial e a conceptualização do discurso de sustentabilidade para estabelecer para referenciar a comparação com os resultados obtidos.

2.1 Ambientalismo e Sustentabilidade

Estudos apontam que a crítica ambiental surgiu, no Brasil, nos séculos XVIII e XIX devido à maneira de exploração colonial, fundada no latifúndio, escravismo, monocultura e maus-tratos à terra. Assim, o Ambientalismo “não foi ‘importado’ da Europa e dos Estados Unidos” e, sim, desenvolveu-se justamente onde imperava o modelo de exploração colonial, pois pensadores locais constataram o impacto ambiental provocado por aquele modelo e passaram a refletir (SANTILLI, 2005).

No decorrer dos anos, entre 1920 e 1970, visualizou-se no Brasil uma gama de iniciativas conservacionistas, como a formulação de tratados destinados à proteção da natureza e a instituição de parques nacionais. O objetivo da criação destes parques era manter seus recursos naturais inatingíveis, sem interferência humana, assegurando assim a preservação do habitat de algumas espécies (SANTILLI, 2005).

Na década de 30, surgiram duas entidades antecessoras do que hoje é conhecido por “organização ambientalista”: a Sociedade Amigos de Alberto Torres e a Sociedade Amigos de Árvores. Entidades estas que foram de grande importância para a difusão do ideário ambientalista em solo brasileiro (SANTILLI, 2005).

Nesta época, nasceram algumas das primeiras legislações ambientais brasileiras, como o Código de Águas, o primeiro Código Florestal, o Decreto-Lei nº 25/37 (Lei do Tombamento), entre outras, com ênfase no conservadorismo.

O movimento do conservadorismo foi enfraquecido devido à Ditadura Militar, perdurando pelo período de exceção, pois, como é do conhecimento de todos, não

havia um ambiente democrático que propiciasse abertura às discussões sobre impactos ambientais que pudessem vir a ser provocado pelas atividades do regime militar, o que permitiu que o governo desenvolvesse grandes obras, com alto impacto ambiental, mas sem qualquer análise especializada (MONTIBELLER-FILHO, 2008). Mas, esta estagnação não impediu a criação, em 1971, de uma das mais importantes organizações ambientalistas brasileiras: a Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural (AGAPAN), liderada por José Lutzenberger, ambientalista de fama internacional, que fez graves denúncias contra o uso indiscriminado de defensivos na agricultura, culminando com a elaboração da primeira lei que regulamentou o uso de agrotóxicos (MONTIBELLER-FILHO, 2008).

Vale ressaltar que no período da Ditadura ocorreu um marco histórico para o ambientalismo internacional, que foi a realização, em 1972, da Conferência de Meio Ambiente das Nações Unidas em Estocolmo, a primeira de uma série de três conferências ambientais realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com esta conferência originaram-se a “Declaração sobre o Ambiente Urbano” e a instauração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (SILVA; MENDES, 2005).

As consequências desta conferência para o Brasil foram relevantes, pois, logo depois dela, foi criado o primeiro órgão brasileiro de meio ambiente, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), bem como, foi editada, em 1981, a Lei nº 6.938 que estabeleceu os princípios e objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente e instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Com isso, o meio ambiente passou a ser tratado de forma sistêmica (MONTIBELLER-FILHO, 2008).

Constata-se avanço da questão ambiental com a criação de uma política que tratava os bens naturais de forma sistêmica e não mais de maneira isolada. Ainda nos anos 80, editou-se a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, através da qual se deu um grande passo no combate às atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, pois o licenciamento destas, bem como a avaliação de impacto ambiental, passou a ser obrigatório. Conferiu-se ainda legitimidade ao Ministério Público para promover a responsabilidade civil e criminal por danos ambientais, atividade que passou a ser realmente efetiva com a criação, em 1985, da Lei nº 7.347/85 que legitimou a Ação Civil Pública (SILVA; MENDES, 2005).

Também na década de 1980 surgiram: a Lei nº 6.803/80 que trata do zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição; a Lei nº 6.902/81 que trata

sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental; a Lei nº 7.643/87 que proíbe a pesca de cetáceos nas águas jurisdicionais brasileiras; a Lei nº 7.679/88 que proíbe a pesca em períodos de reprodução; e a Lei nº 7.802/89 que regula o uso de agrotóxicos (MONTIBELLER-FILHO, 2008).

Em 1989, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e instituído o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) (SILVA; MENDES, 2005).

As leis criadas no período anterior e durante a ditadura eram dotadas de uma visão conservacionista, mas sem a dimensão social que faz parte da essência do Socioambientalismo. Somente nos anos 1990, as leis romperam com essa orientação e iniciaram a idealização de meios e instrumentos de gestão dos bens socioambientais, e não apenas do combate a determinadas práticas. (SILVEIRA; REIS, 2001).

Em termos mundiais, os acontecimentos importantes para a consolidação do ambientalismo foram as Conferências das Nações Unidas de 1972 e 1992 e a divulgação, em 1987, do relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, coordenado pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland, pois trouxe em seu teor a ideia de desenvolvimento sustentável. Antes, porém, em 1980 o termo desenvolvimento sustentável foi apresentado no livro ‘The world conservation strategy: living resource conservation for sustainable development’ lançado pela União Mundial de Conservação da Natureza (UICN) junto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) através do fundo para vida selvagem (WWF) (MONTIBELLER-FILHO, 2008).

No ano de 1983, criou-se, na Assembleia Geral das Nações Unidas, uma comissão especial denominada como Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), ou Comissão Brundtland, objetivando, sobretudo, promover audiências no mundo todo e produzir resultados formais das discussões, onde se pudesse harmonizar a exploração de recursos, direção dos investimentos, orientação do desenvolvimento tecnológico e mudança institucional reforçando-se o potencial do presente e do futuro, para se atender às necessidades e aspirações humanas (SILVEIRA; REIS, 2001).

Durante o período de trabalhos da Comissão, em 1986, aconteceu a Conferência da União Internacional para Conservação (UICN) onde foi lançado o documento “Conservação e Desenvolvimento” que tinha como tema principal as

mudanças climáticas e tratou o conceito de desenvolvimento sustentável, sob os seguintes paradigmas:

- Integrar conservação da natureza e desenvolvimento;
- Satisfazer as necessidades humanas fundamentais;
- Perseguir equidade e justiça social;
- Buscar autodeterminação social e da diversidade cultural;
- Manter a integridade ecológica (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p.54).

Como implicação desse trabalho tem-se o Relatório Brundtland, ou Nosso Futuro Comum, que foi publicado no ano de 1987, e que definiu desenvolvimento sustentável como sendo aquele capaz de atender as necessidades presentes sem que se comprometa essa capacidade das gerações futuras, conceito este consolidado na Conferência nas Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (Rio-92) – como sendo a expressão normativa do vínculo entre o crescimento econômico e o meio ambiente para uso global (SILVEIRA; REIS, 2001). Santilli (2005, p. 30) afirma que

O relatório denuncia a rápida devastação ambiental e o risco de exaurimento dos recursos ambientais do planeta, caso tal modelo de desenvolvimento persista, e relaciona 109 recomendações dirigidas à implementação dos objetivos estabelecidos na Declaração de Estocolmo, de 1972, prevendo que o ritmo corrente de desenvolvimento impediria o acesso aos recursos naturais necessários para a sobrevivência das futuras gerações.

O desenvolvimento sustentável “[...] não se limita à preocupação sobre o que e para quem produzir, mas a questão de como produzir torna-se fundamental para garantia da continuidade do bem ou serviço em questão.” (SILVA; MENDES, 2005).

Desta forma, seus elementos se constituem em: igualdade, administração responsável, limites, comunidade global e natureza sistêmica (WCED, 1987, p.19) que são definidas da seguinte forma:

- a) Igualdade - significa que todos os povos da terra tenham acesso às mesmas oportunidades de melhorar seu bem-estar econômico;
- b) Administração responsável - implica que os processos de desenvolvimento industriais, financeiros, agrícolas e de construção civil sejam desenvolvidos de tal forma que demonstrem uma administração responsável por tudo que é usado e produzido;
- c) Limitar desenvolvimento – porque deve-se enquadrar nos limites conhecidos ou prováveis dos recursos não renováveis do planeta e dentro dos limites da intervenção humana toleráveis ao ecossistema;
- d) Comunidade global - significa entender que o prejuízo causado ao ecossistema e ao ambiente não está delimitado por fronteiras geográficas; somente perspectivas globais e uma ampla cooperação podem mitigar o prejuízo já causado e assegurar um desenvolvimento seguro no futuro;

e) Natureza sistêmica - implica que o desenvolvimento deve ocorrer com plena consciência das inter-relações entre todos os ecossistemas atuais e toda atividade humana.

O conceito de desenvolvimento sustentável, da maneira como foi expresso em 1987, possui limitações impostas pelo atual estágio da tecnologia e organização social, no que diz respeito aos recursos ambientais, bem como pela capacidade da biosfera de absorção dos efeitos da atividade humana. "Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico." (CMMAD, 1988 p. 9).


Para o desenvolvimento alcançar a sustentabilidade é imprescindível a busca de condições objetivas de equilíbrio entre o econômico e o social, entre o político e as instituições, entre a produção e o meio ambiente, entre as necessidades de uma geração e a sobrevivência da humanidade, entre o consumo presente e o futuro, e entre a responsabilidade social e a sustentabilidade social. Além disso, a sustentabilidade exige características como: flexibilidade, interdependência, parceria, diversidade e a reciclagem nos fluxos de matéria e energia. É um processo que requer esforços contínuos e que afeta todas as decisões a serem tomadas na política local, conforme Kranz *apud* Silveira (2001).

Van Bellen (2006) recorre a David Pearce para destacar que existem quatro graus de sustentabilidade: sustentabilidade muito fraca (*very weak sustainability*), sustentabilidade fraca, (*weak sustainability*), sustentabilidade forte (*strong sustainability*) e sustentabilidade muito forte (*very strong sustainability*), que se diferenciam pelo campo ideológico ou a dimensão em que cada ator se coloca.

Os autores ligados à tendência tecnocêntrica acreditam que a sustentabilidade refere-se à manutenção do capital total disponível no planeta e que ela pode ser alcançada pela substituição do capital natural gerado pela capacidade humana. No extremo ecocêntrico os autores destacam a importância do capital natural e da necessidade de conservá-lo não apenas pelo seu valor financeiro mas principalmente pelo seu valor substituído. (VAN BELLEN, 2006, p.26).

Assim, os graus de sustentabilidade são relativizados de acordo com seu campo ideológico ambiental ou a dimensão em que cada ator se coloca, que caminham em diferentes ideologias ambientais; de um lado o tecnocêntrico representados pelas teorias Cornucopianas e adaptativa, e do outro lado o ecocentrismo representados pelas teorias comunalista e ecologia profunda, que são apresentadas no quadro 1.

Quadro 1 – Dimensões do Ambientalismo.

Tecnocêntrico		Ecocêntrico		
				
Cornucopiana	Adaptativa	Comunalista	Ecologia Profunda	
Exploração de recursos, orientação pelo crescimento	Conservacionismo de recursos, posição gerencial.	Preservacionismo de recursos.	Preservacionismo profundo.	Rótulo ambiental
Economia antiverde, livre mercado.	Economia verde, mercado verde conduzido por instrumentos de incentivos econômicos.	Economia verde profunda. Economia steady-state, regulamentação macroambiental.	Economia verde, muito profunda, forte regulamentação, para minimizar a tomada de recursos.	Tipo de economia
Objetivo econômico, maximização do crescimento econômico. Considera que o mercado livre em conjunção com o progresso técnico deve possibilitar a eliminação das restrições relativas aos limites e à escassez.	Modificação do crescimento econômico, norma do capital constante, alguma mudança de escala.	Crescimento econômico nulo, crescimento populacional nulo. Perspectiva sistêmica, saúde do todo (ecossistema) hipótese de Gaia e suas implicações.	Reduzida escala da economia e da população. imperativa mudança de escala, interpretação literal de Gaia.	Estratégia de gestão
Direitos e interesses dos indivíduos contemporâneos, valor instrumental da natureza.	Equidade intra e intergeracional (pobres contemporâneo e gerações futuras), valor instrumental da natureza.	Interesse coletivo sobrepuja o interesse individual, valor primário dos ecossistemas, e valor secundário para as funções e serviços.	Bioética (direitos e interesses conferidos a todas as espécies), valor intrínseco da natureza.	Ética
Sustentabilidade muito fraca	Sustentabilidade fraca	Sustentabilidade forte	Sustentabilidade muito forte	Grau de Sustentabilidade

Fonte: Van Bellen 2006 p.26- adaptado de Pearce, 1993.

Segundo Lima (2003) existem duas grandes matrizes interpretativas para o conceito de sustentabilidade. Uma corresponde ao discurso oficial, reproduzido em conferências, e meios de comunicação, que defende a possibilidade de crescimento econômico associado à preservação do meio ambiente, e enfatiza os aspectos da tecnologia e da economia. Já a outra matriz representa um contra discurso à versão

oficial, prega a predominância da sociedade civil. Nesta matriz, o estado pode ser considerado tanto como subordinado à sociedade civil, quanto agente interventor.

Portanto, a sustentabilidade como um discurso de desenvolvimento ainda tem muito que ser explorado no que se refere às implicações dos indicadores estabelecidos pelas entidades internacionais. A compreensão conceitual deste tema precisa ser instrumentalizada a partir de investimentos nos métodos de transição de conhecimento (SILVEIRA; REIS, 2001). Por isso Sachs (2004) compreende sustentabilidade a partir de dimensões interdependentes, argumentando que além da dimensão social, econômica, ecológica, é preciso manter os valores culturais e respeitar e observar a relação urbana versus rural, estabelecendo uma completa relação.

No quadro 2 são apresentadas as dimensões proposta por Sachs para a sustentabilidade.

Para Veiga (2005), as visões sobre sustentabilidade podem ser divididas em três grupos: o primeiro grupo acredita que é possível conciliar crescimento econômico e conservação ambiental. Embora não haja evidência científica para tal afirmação e não exista consenso nas opiniões dos economistas, os integrantes dessa corrente procuram alinhar seus argumentos na ideia de que o crescimento econômico só prejudica o ambiente até certo ponto; a partir de um determinado patamar de renda per capita, o crescimento passa a contribuir com a conservação ambiental. Tal raciocínio tem sido denominado na literatura de 'curva ambiental de Kuznets'. Já o segundo grupo não acredita que as teorias econômicas podem ser aperfeiçoadas para responder a problemática ambiental, entende que a incorporação dos impactos ecológicos no processo produtivo deve passar pela quantificação destes impactos, de forma negativa ou positiva, na formação do valor dos bens obtidos. Desse modo, a busca pela valoração econômica dos elementos do meio ambiente leva os economistas a romperem com o monopólio do sistema econômico fechado e suscita a necessidade de interagir com outras disciplinas. Desta forma a economia cresceria por conta da melhoria qualitativa dos produtos, a partir dos dividendos da natureza e não do seu capital, promovendo a substituição de tecnologias obsoletas por tecnologias mais efetivas. Finalmente o terceiro grupo tenta construir uma alternativa que leva em conta as ideias dos primeiros grupos, mas compreende que os aspectos: econômico e social, geográficos e humanos e das ciências biológicas, físicas e químicas, são campos que interagem entre si,

afetando-se e condicionando-se mutuamente, que estão relacionadas com as diferentes visões sobre o mundo, interesses e ideologias, criando desta forma dimensões para o planejamento do desenvolvimento sustentável.

Quadro 2 - As Cinco Dimensões de Sustentabilidade de Ignacy Sachs.

DIMENSÃO	COMPONENTES	OBJETIVOS
Sustentabilidade Social	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de postos de trabalhos que permitam a obtenção de renda individual adequada (à melhor condição de vida, à melhor qualificação profissional) - Produção de bens dirigidas prioritariamente às necessidades básicas sociais 	Redução das desigualdades sociais
Sustentabilidade Econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo) - Manejo eficiente de recursos - Absorção, pela empresa, dos recursos ambientais - Endogeneização: contar com suas próprias forças 	Aumento da produção e da riqueza social sem dependência externa
Sustentabilidade Ecológica	<ul style="list-style-type: none"> - Produção que respeite os ciclos ecológicos dos ecossistemas - Prudência no uso de recursos naturais não renováveis - Prioridade à produção de bio massa e à industrialização dos insumos naturais renováveis - Redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia. - Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduo - Cuidados ambientais 	Melhoria da qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos naturais para as próximas gerações
Sustentabilidade Espacial - Geográfica	<ul style="list-style-type: none"> - Desconcentração espacial (de atividades e população) - Desconcentração/demográfica do poder local e regional - Relação cidade/campo equilibrada (benefícios centípedos) 	Evitar excesso de aglomerações
Sustentabilidade Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Soluções adaptadas a cada ecossistema - Respeito à forma cultural comunitária 	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo

Fonte: Montibeller-Filho 2008, p.76.

Paiva (2010) alerta que há equívoco nas decisões estratégicas das empresas quando não levam em conta o trade-off entre um custo maior de investimento agora e a troca por um custo ambiental menor no futuro, porém este custo ambiental pode aparecer de diversas formas e todas elas com grande influência na prática de sustentabilidade empresarial:

- a perda de competitividade no futuro em razão do uso de tecnologias inadequadas do ponto de vista ambiental (por ter-se optado por uma tecnologia mais barata inicialmente, mas menos limpa do que alternativas disponíveis);

- o aumento de custos no futuro por dependência de formas menos limpas de energia ou por baixa eficiência energética;
- o risco de sofrer ações judiciais de responsabilidade por impactos ambientais causados pelas operações da empresa, como a negligência na realização de avaliações de impacto ambiental que pudessem levar a ações concretas com antecedência maior.

Portanto, a efetivação do desenvolvimento sustentável não depende apenas de cartas de intenção que congreguem relevantes organizações internacionais governamentais e/ ou não governamentais, mas depende, sobretudo, de um compromisso de toda a humanidade com ações embasadas pela ideia de defesa do bem comum (OLIVEIRA, 2007).

2.2 Sustentabilidade Empresarial

A gestão das empresas vem revelando importantes avanços, deixando de lado a convencional busca apenas do lucro e rentabilidade e focando a riqueza dos acionistas. Gerar riqueza ou criar valor para o acionista, neste contexto, significa valorizar o preço de mercado da empresa de forma a remunerar os seus proprietários de capital com valores acima de suas expectativas de ganho (ZAGO, 2007, p12)

A partir desta mentalidade onde o lucro não é o único centro das atenções, um novo ambiente competitivo desenvolve-se dentro de conceitos e regras extremamente flexíveis e dificilmente normatizadas. Quando novas exigências do mercado não estão bem determinadas e não apresenta claramente o seu real motivo, todo o sistema de continuidade e perseverança dos programas de produtividade, competitividade e sustentabilidade sofrem abalos, determinados principalmente quando não se tem verdadeira intenção do objetivo a se alcançar (NEHME, 2009).

Com esta nova ordem, para o livre exercício da atividade produtora de bens e serviços, as empresas deverão observar vários fatores, que dentre os principais destacam-se: a) a livre concorrência, b) defesa do consumidor, c) a defesa do meio ambiente, e) a redução das desigualdades sociais regionais e, f) a oferta de

emprego que será fundamental no processo de sustentabilidade empresarial (LEWIS, 2005, p. 129).

Neste contexto ganha importância a sustentabilidade empresarial que segundo o Instituto Ethos busca definir o negócio a longo prazo, e que a empresa contribua para o desenvolvimento social, ambiental e econômico, mas ao mesmo tempo continue rentável, gerando resultados econômicos e se preocupando com o desenvolvimento da sociedade para preservação do planeta.

Responsabilidade Social Empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (INSTITUTO ETHOS, 2011, s/p).

A prática empresarial sustentável apresenta como objetivos da organização moderna o acompanhamento de mudanças de valores, passando da expansão para a conservação, da quantidade para a qualidade, da denominação para a parceria, realizando, ainda, orientação em seus sistemas operacionais e engajando a ideia de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente, com responsabilidade social (ETHOS, 2011).

Conforme Souza (1993), as empresas têm um papel relevante no sentido de contribuir para um consenso social, mediante uma prática empresarial sustentável, que significa mudança de valores e de orientação em seu sistema operacional, vislumbrando a preservação do meio ambiente. O papel das corporações, como empreendedoras ou seguidoras do processo de responsabilidade em questões ambientais, está focado em dois estilos primários de envolvimento destas: o reativo e o proativo. No primeiro, as companhias exercem um papel passivo, atendendo às normas implementadas pelo Estado, enquanto, no segundo caso, essas comandam a responsabilidade socioambiental, tomando decisões à frente das exigências legais.

De acordo com Abreu (2004), a mudança de comportamento ocorre por meio de pressões da estrutura da indústria, ditadas pelas exigências ambientais das partes interessadas, fiscalização ambiental e dos riscos ambientais associados à atividade produtiva.

Para Kärnä et al. (2003), a questão da responsabilidade ambiental ainda não foi profundamente abordada em virtude de receios quanto às quotas de

responsabilidade nas mãos das empresas e do Estado. Os direitos e concessões garantidos pelo liberalismo econômico também são acompanhados de uma carga de obrigações para com a sociedade e o meio ambiente. De acordo com Sheth e Parvatiyar, citados por Kärnä, Hansen e Juslin (2003), somente o equilíbrio entre atitudes reativas (responsabilidade do Estado) e proativas (responsabilidade das corporações) garantem tal sustentabilidade. Para tanto, sugerem uma mudança bidimensional na abordagem de questões ecológicas: do marketing de mercado para o marketing sustentável e da mão invisível do mercado para uma mão mais visível.

De acordo com os mesmos autores, quanto mais se enfatizam as questões ambientais no mundo empresarial, mais ecologicamente conscientes serão as companhias na tomada de decisões de marketing, e que companhias mais proativas caminham em direção ao desenvolvimento sustentável.

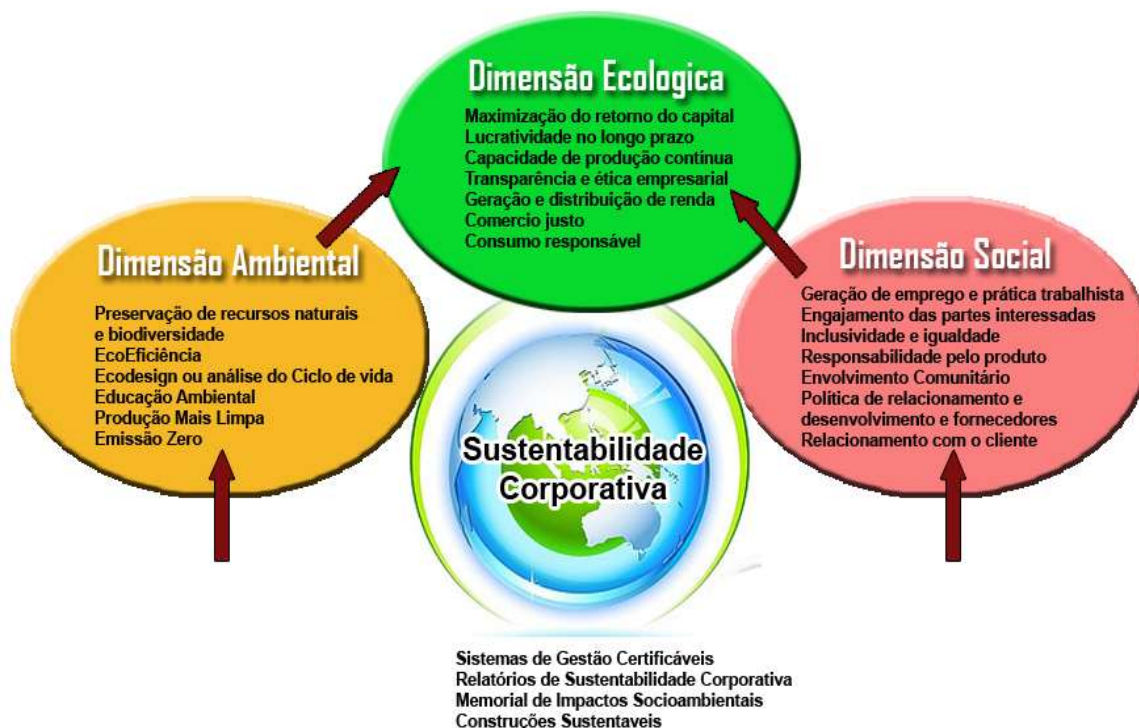
Como declaram Kärnä et al. (2003), entretanto, o posicionamento predominante nas empresas é reativo, ou seja, as mudanças que levam a maioria das companhias a elevar seu envolvimento ecológico são causadas por pressões externas. Também é observada, especialmente no fim da cadeia de produção, ênfase em direção tanto à sustentabilidade quanto à lucratividade em seus valores. Ainda assim, é notável que o envolvimento de valores, estratégias, estruturas e funções ambientais sejam utilizados no marketing das corporações. O entendimento sobre a necessidade de as empresas adotarem atitudes mais proativas no tratamento das questões ambientais começa com sua responsabilidade social.

As evidências da necessidade de que as organizações, para a sua sobrevivência, devem adotar em sua gestão práticas de sustentabilidade, requerem formas de análise dos impactos das atividades empresariais em relação às questões econômicas, sociais e ambientais e os efeitos dessas práticas sobre o lucro. (BASSETO, 2007).

Desta forma, para que as organizações possam contribuir para a sustentabilidade devem modificar seus processos produtivos, quando necessário, para se tornarem ecologicamente sustentáveis. Isto implica em construir sistemas de produção que não causem impactos negativos, e que estejam contribuindo para a recuperação de áreas degradadas ou oferecendo produtos e serviços que contribuam para a melhoria do desempenho ambiental dos consumidores e clientes de uma indústria (CORAL, 2002).

Em termos organizacionais, sustentabilidade pode ser interpretada pela teoria dos três pilares (*Tripple Botom Line*) desenvolvida por Elkington (2001) que define que a sociedade depende da economia e do ecossistema global cuja saúde representa um pilar importante dentro das três dimensões, podendo ser representadas como placas sobrepostas interferindo uma nas outras (EPELBAUM, 2004), conforme ilustrado na figura 1.

Figura 1 - Triple Boton Line



Fonte: Amorim, 2009, p.38.

Portanto, a sustentabilidade para as empresas torna-se um ambiente em que o negócio passa por uma gestão comprometida a promover o crescimento e gerar lucro, com melhor e maior inclusão social e sem causar danos aos seres vivos e sem destruir o meio ambiente. A inobservância desses requisitos pode ter como consequência a sua aniquilação. Isso denota uma necessidade de as empresas sustentáveis serem capazes de medir, documentar e reportar resultados positivos nas dimensões econômicas, sociais e ambientais (BASSETO, 2007).

Há uma inequívoca sinalização, para políticos, empresários, profissionais, ativistas e para a população em geral, de que só haverá desenvolvimentos sólidos, permanentes e sustentáveis se pelo menos os três pilares (Ambiental, Econômico e

Social), puderem ser articulados, tornando-se interdependentes. Superar a velha tradição do trabalho isolado, por segmentos, certamente não é tarefa das mais fáceis. Afinal, enquanto proliferam especialistas em meio ambiente formando um campo próprio de interesses, ecologistas de variados matizes esforçaram-se por criar uma onda verde de proteção não muito nítida, economistas continuarão ditando as cartas na política como se tudo dependesse do crescimento econômico, e defensores do social permanecerão restritos a suas especialidades (saúde, educação, nutrição, previdência, etc.). (ASSAD; ALMEIDA, 2002, p.64).

Neste cenário as empresas assumem o papel de agentes transformadores da sociedade, quem tem a responsabilidade de desenvolver ações que tenham impacto em todos os stakeholders, consumidores, fornecedores, colaboradores, uma vez que a falta de estabilidade, escassez, e uma sociedade ameaçada atingem consequentemente o mundo dos negócios (BASSETO, 2007).

2.2.1 Índices de Sustentabilidade Empresarial

A partir do ano de 1997, no Brasil, o Conselho Nacional Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), seguindo a tendência mundial, difundiu o conceito de eco eficiência a ser alcançado pelo fornecimento de bens e serviços, com preços competitivos, capazes de satisfazer as necessidades humanas e lhes trazer qualidade de vida, reduzindo o impacto ambiental e consumo de recursos naturais, no decorrer do ciclo de vida, em nível, equivalente com a capacidade de sustentação estimada da Terra (CEBDS, 2004).

A adoção dos princípios de eco eficiência pelas empresas se baseia em sete elementos:

- redução do consumo de materiais com bens e serviços;
- redução do consumo de energia com bens e serviços;
- redução da emissão de substâncias tóxicas;
- intensificação da reciclagem de materiais;
- maximização do uso sustentável de recursos renováveis;
- prolongamento da durabilidade dos produtos;
- agregação de valor aos bens e serviços.

A eco eficiência visa, portanto, a produção sustentável de bens e serviços para a sociedade, agregada de valor, não pela ampliação do consumo de recursos naturais, mas sim, pela sua redução e, minimização ou eliminação da geração de qualquer tipo de poluição (CARVALHO E GOMES, 2004).

Os princípios da eco eficiência surgiram com a recente expectativa e cobrança dos stakeholders em relação a atitude das empresas e compromissos com as gerações futuras. Assim sendo as questões ambientais extrapolam a gestão interna das empresas para incorporar-se dentro dos valores das pessoas, fazendo com que o tema eco eficiência seja uma questão de todos os setores da empresa e não uma prática estratégica de um único departamento. (ALVES, 2009, p.135). Alves (2009) afirma que os indicadores de eco eficiência podem ajudar os gestores na tomada de decisões, assim como reunir informações que permitam estruturar a empresas de forma que sua utilização tragam resultados ambientais e econômicos positivos, possibilitando a redução de custos e aumento na produtividade.

Ao mesmo tempo em que o conceito de eco eficiência vem sendo amplamente divulgado, ele também sofre diversas críticas. Na visão de Schmidheiny (1998) a valorização de projetos eco eficientes encontra resistências pela falta de metodologias qualitativas e quantitativas, e faz diversas críticas a este processo:

- A busca pelo mercado por investimentos em curto prazo, quando a eco eficiência requer investimentos em longo prazo
- O mercado financeiro favorece mais as empresas com ganhos presentes elevados do que com ganhos futuros
- A rentabilidade é reduzida uma vez que a empresa tem dificuldades em contabilizar os danos ao meio ambiente em seus balanços patrimoniais e demonstrativos financeiros

A tomada de decisões do mercado financeiro é normalmente baseada em informações enviesadas. Estudos como “Ecoefficiency: a tool to reduce solid waste production and waste of materials in health care units” de Sisinnio (2005) mostram que a influência da eco eficiência nas empresas pode trazer a geração de valores de sustentabilidade, e rentabilidade, além de reduzir o impacto negativo ao meio ambiente, desde que consideradas as questões críticas descritas acima.

Os primeiros índices de sustentabilidade para empresa surgiram a partir de 1990 com o DOMINI SOCIAL INDEX e ficaram mais populares em 1999, quando foi criado nos EUA o índice Dow Jones Group Index, com o objetivo de criar referências

para se medir o desempenho das empresas, e ampliar uma visão socialmente responsável e ética. Desta forma as empresas são listadas não somente pelo desempenho financeiro, mas também por apresentarem bons resultados em indicadores de sustentabilidade (FLINCH, 2005)

Nas últimas décadas surgiram diversos índices internacionais, conforme quadro 3.

Quadro 3 - Principais índices de Sustentabilidade empresarial.

Índice		Abrangência	Principais critérios de Inclusão
DOMINI SOCIAL INDEX	1990	USA	- Social e ambiental - Exclui companhias de bebidas alcoólicas, fumo, jogos, energia nuclear e armamentos
DOW JONES SUSTAINABILITY INDEX (DJSI)	1999	Global	- Estratégia - Clientes e produtos - Governança e stakeholders - Recursos humanos - Processos produtivos
CALVERT	2000	USA	- Impacto do produto - Ambiente - Local de trabalho - Relações com a comunidade - Direitos Humanos
E.CAPITAL PARTNERS ETHICAL INDEX	2000	Global	- Financeiros - Sociais e ambientais - Exclui companhias de armamentos, nuclear, bebidas alcoólicas, fumo, jogos e pornografia
JANTZI SOCIAL INDEX (JSI)	2000	Canadá	- Sociais e ambientais - Exclui companhias de energia nuclear, armamento - Exclusão de empresas com baixo nível de relações com comunidades aborígenes, empregados e com baixo ambiental
FTSE4GOOD	2001	USA	- Critérios de sustentabilidade ambiental - Relações com stakeholders - Direitos Humanos Universais
ARESE	2001	Europa	- Gerenciamento de recursos humanos - Gerenciamento ambiental - Clientes e fornecedores - Critérios dos acionistas - Sociais
HUMANIX ETHICAL INDEX	2001	Global	- Respeitos aos Direitos Humanos - Exclui companhias de armamento e bebidas alcoólicas

Fonte: JUNIOR, Silvio Figueiredo 2010, p.5.

No Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial teve início, havendo uma expectativa de que alcance crescimento e rápida consolidação. Desta forma, atentas a esta questão, foi que a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), junto com várias outras instituições como Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência (ABRAPP), Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID),

Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento de Mercado de Capitais (APIMEC), Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa (IBGC), Instituto de Fiscalização e Controle (IFC), Instituto ETHOS e Ministério do Meio Ambiente uniram esforços na criação de um índice de ações que pudesse servir como referencial (“benchmark”) em investimentos considerados como socialmente responsáveis, o denominado Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Essas organizações acabaram formando um Conselho Deliberativo que é presidido pela BOVESPA, órgão considerado como responsável pelo desenvolvimento deste índice.

Posteriormente, a BOVESPA contou também em sua composição com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sendo a BOVESPA a responsável por fazer os cálculos e gerir tecnicamente o índice.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial objetiva refletir sobre o retorno de uma carteira que se compõe por meio de ações empresariais que tenham comprometimento efetivo com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, atuando como promotor das práticas no meio empresarial brasileiro.

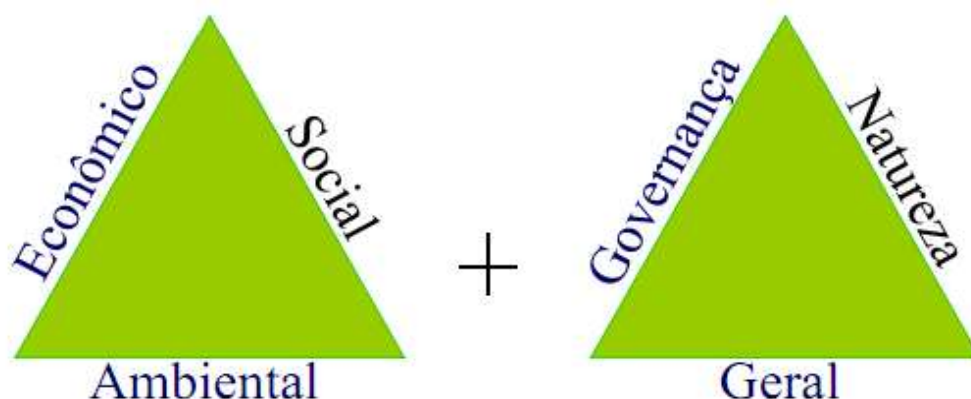
Diversas empresas que tem em seus valores atitudes socialmente responsáveis, consideram aspectos sociais, ambientais, éticos e morais e concentram esforços na busca por sustentabilidade são denominadas “Investimentos Socialmente Responsáveis” (ISR), dessa forma os investidores acreditam que ao investir seus recursos nestas empresas estão gerando valor a longo prazo (BOVESPA 2008) .

Assim, para seleção das empresas que farão parte dos índices de sustentabilidade e desta forma representam o ISR existem duas técnicas de avaliação denominadas ‘*screening e the best of class*’, Na técnica ‘*screening*’ são determinado os setores que são considerados como não-alinhados à questão ético-sócio-ambiental, são excluídos do universo de elegíveis, como por exemplo, a indústria do cigarro, bebida, armas, etc. Na técnica ‘*the best of class*’ são eleitas as empresas consideradas com maiores índices de sustentabilidade para compor a seleção de empresas (ROSA, 2010 p.36).

Desta forma, com um grande número de acionistas interessados em ISR, a Bovespa em conjunto com várias instituições, criaram, em 30 de novembro de 2005, um índice que fosse referência de investimentos socialmente responsáveis no Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) (BOVESPA, 2008)

O Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (CES-FGV), definiu o critério para seleção das empresas participantes do ISE, baseado no conceito “*Triple Bottom Line*” que envolve o relacionamento da empresa com empregados e fornecedores; o relacionamento pela comunidade; a governança corporativa e; o impacto ambiental de suas atividades, conforme a figura 2.

Figura 2 – Estrutura de Avaliação do ISE



Fonte: Bovespa, 2008, p.14.

Para a inclusão das ações de uma empresa ao ISE, leva-se em consideração o índice de negociabilidade apurados nos doze meses anteriores ao início do processo de reavaliação, pelo menos 50% dos pregões ocorridos nos doze meses anteriores ao início do processo de reavaliação a empresa deve ter tido ações negociadas, e atender aos critérios de sustentabilidade referendados pelo Conselho do ISE, já para a exclusão de uma carteira é preciso deixar de atender qualquer um dos critérios de inclusão, a empresa entrar em processo de falência ou durante a vigência da carteira, ocorrer algum acontecimento que altere significativamente seus níveis de sustentabilidade e responsabilidade social, o Conselho do ISE poderá decidir pela sua exclusão da carteira do índice (BOVESPA, 2008).

Os bancos, por não realizarem atividades que causem impacto significativo direto no meio ambiente, não são considerados causadores de altos impactos socioambientais. Seu índice segundo o FTSE4Good da Bolsa de Valores de Londres é classificado na categoria de médio impacto, sendo tratado pela literatura acadêmica como de baixo impacto ambiental. Apesar de não possuir impacto direto,

seu papel como estimulador do desenvolvimento sustentável tem ganho reconhecimento crescente no mundo.

A esse respeito, Lins e Wajnberg (2007, p. 11) afirmam:

Ao exercer o papel de agente catalisador do desenvolvimento sustentável, os bancos podem ao mesmo tempo criar valor para seus acionistas. A criação de valor pela incorporação de variáveis sociais e ambientais pode acontecer por meio de uma série de mecanismos: aumento no valor de seus ativos intangíveis, como reputação e marca, que representam uma proporção cada vez maior do valor total da empresa; melhoria na atração e retenção de talentos; redução de custos graças a medidas de ecoeficiência; melhor gerenciamento de riscos, que por consequência gera maior facilidade no acesso ao capital; e oferta de produtos e serviços inovadores contribuindo para maior geração de receitas. O reconhecimento destas fontes de valor pelo setor financeiro, anteriormente visto como tendo maior resistência ao tema, está cada vez mais visível nas ações dos grandes players deste mercado, tanto internacional quanto nacionalmente. O reconhecimento das instituições financeiras brasileiras da importância das questões socioambientais pode ser percebido, por exemplo, pela adesão aos Princípios do Equador por parte de seis dos dez maiores bancos, sendo quatro nacionais (BB, Bradesco, Itaú, Unibanco) e dois internacionais com forte presença no mercado brasileiro (ABN AMRO Real e HSBC), tornando o Brasil o país líder, entre os emergentes, em número de signatários..

O Protocolo Verde tem em sua primeira cláusula do protocolo de intenções registrado junto ao ministério do meio ambiente, o objetivo de realizar um esforço comum entre os participantes no sentido de empreender políticas socioambientais que sejam precursoras, multiplicadoras, demonstrativas ou exemplares em termos de práticas bancárias que estejam em harmonia com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável que não comprometa as necessidades das gerações presentes e futuras.

Assim o Protocolo Verde tem em suas diretrizes uma série de indicadores que são utilizados pelos bancos aderentes ao programa, divididos em cinco princípios, conforme quadro 4.

Quadro 4 Princípios e Diretrizes de Sustentabilidade da FEBRABAN.

Princípios	Diretrizes
Princípio I: Oferecer linhas de financiamento e programas que fomentem a qualidade de vida da população e do uso sustentável do meio ambiente, observadas as seguintes diretrizes.	<ul style="list-style-type: none"> •aprimorar continuamente a oferta de produtos e serviços bancários destinados a promover projetos que apresentem adicionalidades socioambientais •oferecer condições diferenciadas de financiamento para projetos que apresentem adicionalidades socioambientais •orientar o tomador de crédito para a adoção de práticas sustentáveis de produção e de consumo consciente
Princípio II: Considerar os impactos e custos socioambientais na gestão de seus ativos e nas análises de risco de projetos, tendo por base as políticas internas de cada instituição e as seguintes diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> •observar no financiamento de projetos potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente a apresentação por parte do tomador do crédito das licenças ambientais exigidas pela legislação vigente •incorporar critérios socioambientais no processo de análise para a concessão de financiamento de projetos, considerando a magnitude de seus potenciais impactos e riscos e a necessidade de medidas mitigadoras e compensatórias •considerar nas análises de crédito para financiamento de projetos as recomendações e restrições do zoneamento agro econômico ou, preferencialmente, do zoneamento ecológico-econômico, quando houver e forem de conhecimento público •aplicar padrões de desempenho socioambientais por setor produtivo para avaliação de projetos de médio e alto impactos negativos
Princípio III: Promover o consumo consciente de recursos naturais e de materiais deles derivados, nos processos internos, observadas as seguintes diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> •definir e contemplar critérios socioambientais nos processos de compras e contratações de serviços •racionalizar procedimentos operacionais visando promover a máxima eficiência no uso dos recursos naturais e dos materiais dele derivados •promover medidas de incentivo à redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos
Princípio IV: Informar, sensibilizar e engajar continuamente as partes interessadas nas políticas e práticas de sustentabilidade da instituição, observadas as seguintes diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> •capacitar o público interno para desenvolver as competências necessárias à implementação dos princípios e diretrizes deste Protocolo •desenvolver mecanismos de consulta e diálogo com as partes interessadas •divulgar os resultados da implementação dos princípios e diretrizes estabelecidos neste Protocolo
Princípio V: Promover a cooperação e integração de esforços entre as organizações signatárias deste Protocolo, observadas as seguintes diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> •promover o envolvimento dos signatários para o compartilhamento de experiências, acompanhamento da efetividade e governança dos princípios e diretrizes deste Protocolo, bem como propor melhorias no seu processo de implementação •realizar, a cada dois anos, a revisão dos princípios e diretrizes para o contínuo aperfeiçoamento deste Protocolo

Fonte: FEBRABAN, 2010, p.8

Desta forma, o Protocolo Verde tem cinco princípios que norteiam as ações dos bancos aderentes, que se baseiam em criar linhas de créditos, gestão de impactos socioambientais, promoção do consumo consciente, comunicação e promoção e cooperação dos membros associados do protocolo.

2.3 Discurso e Prática da Sustentabilidade

Sheth, Mittal e Newman (2001) utiliza o conceito de Philip Kotler para dizer que marketing é definido pela necessidade da empresa em fazer o que é desejado pelo cliente, ou seja, a empresa está focada em entender as necessidades e os desejos dos consumidores e colocá-los em prática.

Na década de 1990, de acordo com. Sheth, Mittal e Newman (2001), surgiu o “consumidor verde”, ou seja, o consumidor que está preocupado com os problemas causados ao meio ambiente. Os consumidores que assim se caracterizam estão dispostos a adotar medidas para salvar o meio ambiente, mesmo sacrificando o seu próprio consumo.

A empresa, diante da necessidade de responder a essa demanda, passa então a envolver-se no marketing verde com o objetivo de equilibrar as necessidades dos consumidores com o mínimo de impacto sobre o meio ambiente (OTTMAN, 1994).

Conforme mencionado por Sheth, Mittal e Newman (2001), para manter essas expectativas, as empresas passam a pensar em conservar os recursos escassos, como árvores e energia e começam a mudar as embalagens dos produtos e também o processo de produção, com o intuito de minimizar a poluição do ar e das águas. Além de se preocupar com os selos de garantia ecológica e em possuir o ISO 14000, que é um certificado de padronização internacional.

Os selos de garantia ecológica atestam que a fabricação do produto é feita de acordo com as exigências ambientais. Já com o ISO, a empresa possui a capacidade de identificar e controlar o impacto ambiental gerado pelos seus produtos e atividades, além de melhorar continuamente seu desempenho ambiental. A empresa pode também implementar uma abordagem sistemática para a definição de objetivos ambientais, para poder demonstrar o cumprimento dessas metas (ISO, 2011).

Além dos selos e exigências legais as empresas passaram a investir na comunicação, que passa a ter a partir da década de 70 com a revolução tecnológica da informação e com a integração de todos os meios de comunicação um fator decisivo na estratégia das empresas para o processo de interação com o

consumidor. A partir de 1990 com a massificação da internet a comunicação passa ser tratada como inteligência empresarial e uma ferramenta estratégica nos negócios (KUNSCH, 2009).

A publicidade revela-se talvez como o mais notável meio de comunicação de massas de nossa época... ao falar de qualquer objeto, os glorifica virtualmente a todos... Cada imagem e cada anúncio impõem o consenso entre todos os indivíduos virtualmente chamados a decifrá-los, ou seja, depois de descodificarem a mensagem, a aderir automaticamente ao código em que ela for codificada (BAUDRILLARD, 1995, p. 131).

Já a propaganda institucional, como todas as formas de propaganda, tem por função influenciar o comportamento das pessoas, por meio da criação, mudanças ou reforço de imagens e atitudes mentais, procura informar, persuadir e predispor favoravelmente as pessoas, em relação ao produto, serviço, marca ou instituição patrocinadora. Não consiste em vender mas divulgar as mensagens pagas e assinadas pelo patrocinador, em veículos de comunicação de massa, com o objetivo de criar, mudar ou reforçar imagens e atitudes mentais, tornando-as favoráveis à empresa (GRACIOSO, 1995).

Desde os anos 60 é possível identificar publicações apontando para os riscos de produção e consumo, mas foi somente nos anos 90 que a temática Sustentabilidade e Responsabilidade Social principalmente em função da globalização e internacionalização das empresas que precisavam anunciar em países cuja consciência ecológica e suas leis exigiam este tipo de comunicação. Outro fator determinante para comunicação sobre sustentabilidade foi a crescente demanda de consumidores cada vez mais conscientes e em busca de produtos e empresas que fossem socialmente responsáveis e oferecessem produtos sustentáveis (GARCIA, 2008).

Assim as estratégias de sustentabilidade promovidas pelas empresas servem para a construção do discurso da nova retórica do capital (MOTA ROCHA, 2010) e para promoção de uma imagem corporativa diferenciada.

Na visão de Kavinski (2009) empresas fazem referência ao alinhamento da gestão de seu negócio com os princípios de Desenvolvimento Sustentável, sem, contudo, apresentar estes princípios; esta comunicação não trás em nenhum dos materiais analisados qualquer referência aos teóricos da linha da Sustentabilidade

ou a qualquer base científica que tenha sido utilizada para compor os discursos ou basear as ações.

Ao analisar os quadros de sistematização das práticas de Sustentabilidade X os temas dos fundamentos da racionalidade ambiental foi possível visualizar que a maioria das ações (26) desenvolvidas pelas organizações tem foco na preservação dos recursos naturais. Neste contexto, subentende-se que a opção pelo foco nos programas ambientais seja facilitada pela convergência do tema a uma racionalidade cartesiana e uma visão mecanicista. Em geral, as propostas desenvolvidas para preservação ambiental, minimização de impactos, redução de consumo e reaproveitamento de materiais, entre outros, não exigem mais que uma adequação de processos criada por profissionais inseridos no próprio sistema. Neste aspecto, não há necessidade de mudanças profundas ou quebra de paradigmas, e sim, apenas adaptações. (KAVINSKI, 2009, p.103).

Desta forma, constata-se a necessidade de aprofundar os estudos sobre as características discursivas das comunicações sobre ações socialmente responsáveis das empresas, pois de maneira geral começam a ter um destaque na mídia e passam a afetar a sociedade como um todo (MIRANDA, 2011).

Em sua pesquisa, Garcia (2009) conclui que muitas vezes a propaganda assume para si a responsabilidade de ser disseminadora de conceitos, mas nem sempre altera o modo de pensar de produzir, não atingindo desta forma seu potencial comunicativo, e consequentemente seu objetivo.

Para Bernardelli (2009), cada peça publicitária trás a ideologia do consumo produzido pelo marketing comercial, incitando incessantes necessidades, sejam elas materiais ou ilusórias no consumidor. E no intuito de saciar seus desejos produzidos pela comunicação impactada o consumidor é inserido na lógica estabelecida pelo discurso publicitário, que apela para o prazer e o poder de ter, e consequentemente por meio de inúmeras formas simbólicas a ideologia do consumo cria suas normas capazes de influenciar os indivíduos.

Assim sendo, o modelo de discurso de sustentabilidade tem sido usado pelos meios de comunicação como sendo um modelo inovador, e capaz de resolver os problemas ambientais, mas Bernardelli (2009) questiona, até que ponto este modelo rompe com as velhas formas de relação ser humano - natureza? Ou mesmo que medida o consumo “verde” poderia contribuir para a superação da crise ambiental sem que a lógica do consumo, do descartável e da racionalidade produtiva capitalista sejam contestadas? Sendo assim o discurso e mesmo o emprego de tecnologias limpas para uma reversão dos problemas ambientais atuais sem que

haja um rompimento com o atual modelo econômico consistiria meramente em mais ideologia a ser difundida para dar legitimidade ao sistema capitalista.

Capaldi (2005) procura classificar o relacionamento entre marketing socioambiental e os lucros das empresas, indicando três diferentes abordagens: negativa – o que você não deve fazer, pois é ilegal; positiva – inovação de produtos e serviços; e suplementar – diz respeito às preocupações com a preservação do meio ambiente. Para Capaldi (2005), a maioria das empresas só passa para o patamar suplementar por causa das pressões legais. Ainda para Capaldi (2005), hoje há um debate muito intenso sobre a questão da responsabilidade social corporativa e a necessidade de se ter um marketing ambiental por forte pressão dos aspectos considerados legais, em que indica dois motivos para isso, que são: o primeiro expressa a ideia de que as empresas são formadas por acordos contratuais, negociados entre indivíduos e desenhados para minimizar os custos de trading (comercialização e operacionalização dos negócios) (CAPALDI 2005). O segundo ponto exprime a noção de que a comunidade mantém um bom senso coletivo e que esse está acima dos interesses individuais. Dessa forma, Capaldi (2005) acentua que as corporações são entidades coletivas legais em sua própria razão de ser, e devem operar de maneira responsável para o bem-estar social (CAPALDI 2005).

Já Miles e Covin (2000) colocam outro motivo que não simplesmente o legal para as empresas investirem no marketing socioambiental. Em seu estudo, chamado *Environmental Marketing: A Source of Reputational, Competitive and Financial Advantage*, exploraram o relacionamento entre a reputação da empresa no mercado (como ela é vista pelos seus *stakeholders* no lado social), a performance ambiental (como a empresa trata as questões ligadas à preservação do meio ambiente) e o desempenho financeiro, buscando enxergar o impacto do conjunto dessas três dimensões (econômica, ambiental e social) na política de marketing das empresas. Conforme Miles e Covin (2000), a reputação corporativa é formada pelo conjunto de percepções dos públicos internos e externos a essa corporação. As empresas, na tentativa de manterem boa reputação perante o público, buscam a publicidade (aqui diferente da propaganda), para que também os diversos grupos de *stakeholders* vejam a possibilidade de satisfazerem as suas necessidades ou iniciarem relacionamento com uma empresa de conduta ilibada.

Segundo Miles e Covin (2000), a teoria dos *stakeholders* sugere que a organização, ao ser dirigida, tem que considerar o conflito entre as necessidades e interesses dos *stakeholders* mais relevantes.

Carrol apud Miles e Covin (2000), para trabalhar bem a sua reputação, o marketing corporativo deve observar a seguinte relação de *stakeholders* que são os mais relevantes: acionistas; sociedade e comunidade, de local até internacional, incluindo as atuais e futuras gerações; clientes; empregados; fornecedores e parceiros estratégicos; governos e agências não governamentais; bancos e outros agentes financeiros; e organizações não governamentais (ONG's).

No entanto Daub e Ergenzinger (2005) avaliam o marketing ambiental corporativo em função dos efeitos econômicos causados por um desenvolvimento sustentável. Nesse modelo, os autores garantem que as empresas, produzindo produtos e serviços ecologicamente corretos, conseguem se diferenciar no mercado perante seus concorrentes e acionistas. Em paralelo, obtêm aumento nos lucros por clientes que aceitam pagar mais. Ao mesmo tempo, os negócios originam um valor ético legítimo para a sociedade e demais *stakeholders*, como governo, ONG, bancos e outros. Os empregados, por sua vez, se acham motivados e produzem mais, ocasionando assim um círculo virtuoso de desenvolvimento sustentável.

Para Miles e Covin (2000), a empresa deve investir nas questões que a façam aumentar sua credibilidade, confiança e responsabilidade, fazendo com que o cliente estabeleça uma relação entre as ações de corporação e a sua marca, com uma crescente melhora de sua imagem. Esse é o principal papel de marketing ambiental na comunicação com os clientes. Para Porter e Caves apud Miles e Covin (2000), a reputação corporativa é tanto um ativo intangível quanto uma fonte avançada de estratégia competitiva e que cria valor. A boa reputação de uma empresa socialmente responsável e ambientalmente correta tem efeito positivo no seu valor de mercado, pois os investidores estão mais dispostos a confiar seus recursos financeiros a firmas que disponham de uma reputação superior e que produzam, conseqüentemente, uma baixa percepção de risco e um aumento da potencialidade das oportunidades de mercado, a política ambiental é uma área onde há grande variação nos níveis de comprometimento das empresas. Isso porque elas podem enxergar os investimentos em práticas de gestão ambiental, tanto como algo muito oneroso quanto como uma força de posicionamento estratégico.

Woddeck e Graves (1997) apud Miles e Covin (2000) admitem também três diferentes perspectivas, ao se tratar a questão ambiental dentro das empresas: associação negativa, em que a performance ambiental superior implica aumento de custo tão alto que suscita uma desvantagem competitiva financeira; associação neutra - não há ligação direta entre a performance ambiental e a performance financeira; e a associação positiva - sugere que há recompensa financeira por se ter uma performance superior em gestão ambiental.

Muitos empresários, CEO e acionistas têm tomado consciência de que não basta apenas conhecer o balanço final de uma empresa. Isso porque esse balanço financeiro não tem como contemplar, isoladamente, as carências sociais corporativas, tal como pode ser observado com o uso do modelo das dimensões corporativas, que busca explicar não só as demandas financeiras, mas, também, o impacto ambiental e social para a comunidade, ocorridos durante o processo de funcionamento das organizações. (ÁVILA; PAVÉZ, 2005)

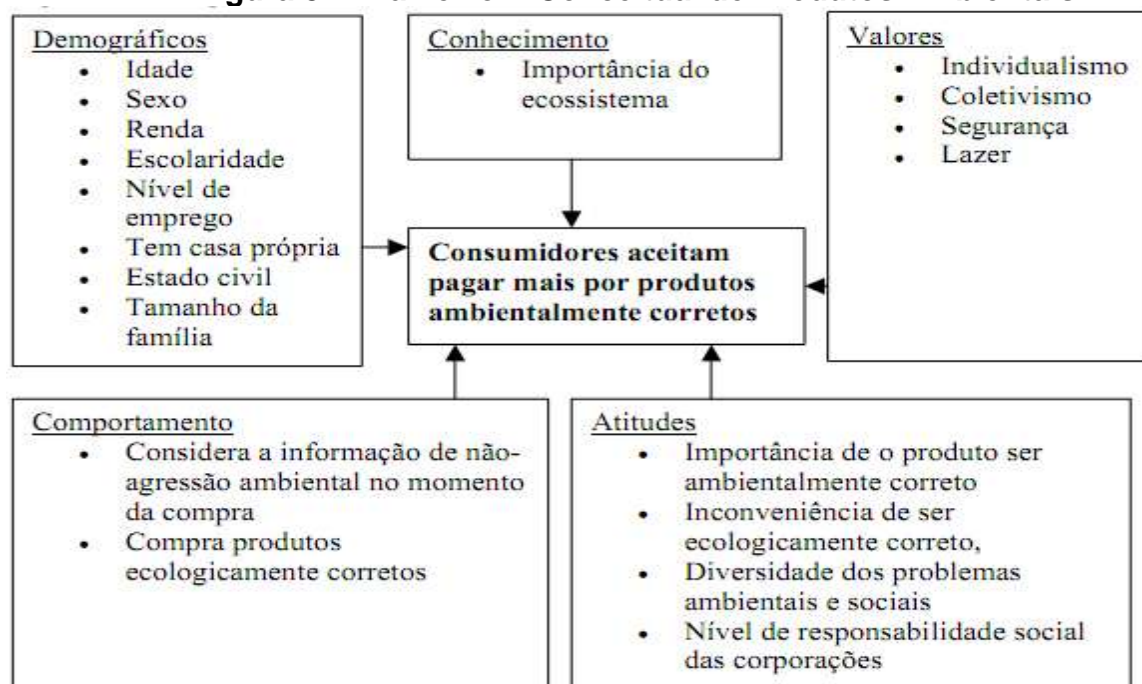
Laroche et al. (2001) ressaltam que talvez a evidência mais importante, e que dá suporte ao crescimento da preocupação com o ecossistema, está no aumento do número de pessoas dispostas a valorizar mais os produtos ecologicamente corretos.

Dessa forma, Laroche et al (2001) expõem o fato de que, em 1989, 67% dos americanos estavam dispostos a pagar de 5 a 10% mais por produtos que tivessem em seu processo de fabricação e consumo um respeito ao meio ambiente. Em 1991, a consciência ambiental dos indivíduos aumentou, pois estes estariam dispostos a pagar de 15 a 20% mais por produtos ecologicamente corretos (LAROCHÉ et al, 2001). Em 1993, os referidos autores conduziram uma pesquisa com amostra de consumidores do sexo feminino para examinar suas percepções, no momento da compra, sobre as embalagens de detergentes quanto ao seu impacto para o meio ambiente. Eles descobriram que 79% delas concordaram em pagar mais de 40% por um produto cuja marca estivesse alicerçada com a preocupação em preservar o meio ambiente.

Um grande desafio para os profissionais do marketing consiste em desenvolver uma política de investimento calcada na preservação ambiental, como estratégias de diferenciação, com o objetivo de identificar quais consumidores estão dispostos a pagar mais para terem produtos ecologicamente corretos (LAROCHÉ ET al, 2001). Conforme assinala Laroche et al (2001), o marketing corporativo tem

a obrigação de aplicar parte de seus investimentos em campanhas informativas para o consumidor, a fim de que ele conheça os riscos que determinados produtos podem conter. Os autores classificam cinco categorias de fatores que podem influenciar na decisão do consumidor em pagar mais por produtos ecologicamente corretos: demográficos, conhecimento, valores, atitudes e comportamento. Com base nesse modelo do *framework* conceitual, os autores desenvolveram um estudo, aplicado nos 17 maiores municípios ao norte dos Estados Unidos, para tentar definir o perfil da população disposta a pagar mais por produtos ecologicamente corretos. Os resultados da pesquisa demonstram que esses indivíduos eram do sexo feminino; possuíam casa própria; casados; com pelo menos uma criança em casa; na faixa etária entre 40 e 59 anos; com renda familiar mínima anual de 50.000,00 dólares e com ensino superior completo. A figura 3 apresenta o framework conceitual de Laroche, Bergeron e Forleo.

Figura 3 – Framework Conceitual de Produtos Ambientais.



Fonte: Laroche, Bergeron e Forleo, 2001, p. 50.

Sobre o nível de conhecimento do ecossistema, os autores buscaram compreender como esse conhecimento poderia influenciar os consumidores em todas as fases do processo de tomada de decisão para escolha de um produto, como que tipo de informação seria mais relevante ou quais informações seriam desconsideradas pelo consumidor.

A pesquisa identificou, ainda, o fato de que os valores dos indivíduos são importantes porque definem os princípios de vida das pessoas e, intuitivamente, conduzem o seu comportamento. Analisando as atitudes, é imperativo estudar as duas principais que dizem respeito à importância e à inconveniência. No momento de decisão de compra, os consumidores sempre se perguntam por que é importante comprar esse tipo de produto e qual a inconveniência de comprá-lo. A diversidade dos problemas ambientais e sociais e o nível de responsabilidade social das corporações também são questões que influenciam nas atitudes dos consumidores.

Para observação do comportamento dos consumidores, leva-se em conta a sua consciência ecológica, que o fará tentar proteger o meio ambiente de maneiras diferentes, como reciclagem de produtos, reserva de lixo recicláveis, compra de produtos benéficos ao ecossistema, entre outros. À medida que a população desenvolver e ampliar sua consciência ecológica, as empresas, inevitavelmente, terão de cuidar melhor do meio ambiente para se manterem ativas.

Como resposta às pressões do ambiente, os estudos de Meyer e Rowam (1977), apontados por Machado da Silva e Gonçalves (1999), relembram a visão institucional em duas dimensões: técnica e institucional, em que, de acordo com Mendonça e Andrade (2003), a primeira é caracterizada pela troca de bens serviços e a segunda, por regras e requerimentos nos quais as organizações devem ser conformadas, se quiserem atingir a legitimidade.

O aumento da interação entre as organizações, o surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizão interorganizacional são considerados por DiMaggio e Powell (1983) como um entre quatro elementos do processo de definição e estruturação institucional. Esse elemento é visto por Tolbert e Zucker (1996) como habitualização, que indicam que, neste sentido, as organizações, ao aderirem aos acordos e lhes atribuírem utilidade em suas atividades cotidianas, atingiram o estágio de pré-institucionalização, movidas pelo isomorfismo coercitivo, que, no setor bancário, se caracteriza pela adesão aos principais acordos do setor.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A concepção filosófica proposta para este estudo, considerando o termo concepção como “[...] um conjunto de crenças básicas que guiam a ação [...] ” (GUBA, 1990 apud CRESWELL, 2010, p.), tem em sua essência o entendimento de que o conhecimento é gerado por meio da interpretação do significado de práticas sociais. A suposição é a de que indivíduos procuram entender o mundo em que vivem e trabalham, desenvolvendo significados subjetivos de suas experiências, desta forma, pode-se afirmar que a estratégia de investigação é qualitativa (CRESWELL, 2010). De acordo com Richardson (1999), os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

Foi adotada uma pesquisa descritiva e, de acordo com esta estratégia, foi realizada uma pesquisa documental, elaborada a partir de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou ainda podem ser (re) elaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL 2010. p51).

O estudo procurou examinar as práticas de sustentabilidade adotadas pelas instituições bancárias em comparação aos discursos adotados por estas instituições. Para isso foram selecionadas onze bancos aderentes ao protocolo verde da FEBRABAN e os dados foram coletados no período de Janeiro de 2010 à Dezembro de 2011 relatórios de sustentabilidade gerados pelos bancos, acesso a sítios, anúncios de revista impressa, e-mail

Com base neste material, foram classificados em categorias de prática de sustentabilidade e conceito de sustentabilidade nos discursos destas Instituições, divididos em forma de visões de sustentabilidade adotadas por eles para efeito de comparação com autores utilizados neste estudo.

3.1 População e Amostra das Instituições Bancárias

O protocolo verde assinado pela FEBRABAN tem dezenove instituições bancárias aderentes a esta proposta. Para elaboração deste estudo optou-se por

uma mostra não probabilística e o critério de escolha das instituições foi a constatação de que a mesma realiza algum tipo de comunicação (propaganda, relatório) sobre sustentabilidade. Em estudo prévio verificou-se que das dezenove instituições onze realizam e oito não realizam. Portanto a amostra foi de dez instituições que realizam ações de comunicação das práticas de sustentabilidade e nove instituições que não realizam.

Os bancos aderentes ao protocolo verde que realizaram e não realizaram comunicação de sustentabilidade no ano de 2011 são apresentados no quadro 5.

Quadro 5 - Bancos que Aderem ao Protocolo Verde da FEBRABAN.

Grupo 1 Bancos Que Realizaram Comunicação Sobre Sustentabilidade no ano de 2011		Grupo 2 Bancos que não Realizaram Comunicação Sobre Sustentabilidade no ano de 2011	
Nome Oficial do Banco	Nome pelo qual é mais Conhecido	Nome Oficial do Banco	Nome pelo qual é mais Conhecido
Banco Itaú S/A	ITAÚ	Banco Cooperativo do Brasil S/A	BANCOOB
Banco Brasileiro de Descontos S.A	BRADESCO	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	BANRISUL
Banco Santander (BRASIL) S/A	SANTANDER	BPN Brasil Banco Múltiplo S/A	BPN BRASIL
Banco do Brasil S/A	BANCO DO BRASIL	Banco Cacique S/A	BANCO CACIQUE
Votorantim Finanças S/A	VOTORANTIM	Banco do Nordeste do Brasil S/A	BANCO DO NORDESTE
HSBC Bank Brasil S/A	HSBC	Agência de Fomento do Estado de São Paulo S/A (Nossa Caixa Desenvolvimento)	NOSSA CAIXA
Banco da Amazônia S/A	BANCO DA AMAZÔNIA	Banco Safra S/A	BANCO SAFRA
Banco Industrial e Comercial S.A (BICBANCO)	BICBANCO	Banco Sofisa S/A	BANCO SOFISA
Banco Citibank S/A	CITIBANK		
Caixa Econômica Federal	CEF		
Banco Rabobank Internacional S/A	RABOBANK		

Fonte: FEBRABAN, 2011, p.25.

O BNDES não foi analisado neste estudo porque apesar de ser um importante agente financeiro, ele não aparece na relação como banco aderente ao Protocolo da FEBRABAN (FEBRABAN, 2011).

3.2 Definição das Categorias Estudadas

Para desenvolvimento do estudo adotou-se duas categorias analíticas.

3.2.1 Discurso de Sustentabilidade

De acordo com LIMA (2003) os discursos são entendidos como práticas geradoras de significados que se apoiam em regras históricas para estabelecer o que pode ser dito, num certo campo discursivo e num dado contexto histórico. Essa prática discursiva possível resulta de um complexo de relações com outras práticas discursivas e sociais. O discurso, portanto, relaciona-se, simultaneamente, com suas regras de formação, com outros discursos e com as instituições e o poder que elas expressam.

Desta forma, a identificação do discurso ocorreu por meio de pesquisa documental onde foram coletadas e analisadas informações contidas nos documentos das instituições bancárias selecionadas pela mostra e interpretados na busca do conceito de sustentabilidade difundido por estas organizações e confrontados com as dimensões e princípios de sustentabilidade utilizados pelos autores descritos nesta pesquisa.

Os principais documentos utilizados como fonte de pesquisa foram os relatórios de sustentabilidade divulgados anualmente pelas instituições bancárias, informações no sítio da internet destas instituições e anúncios em revistas impressas.

Foram coletados nas peças de comunicação do banco os diversos sentidos produzidos pelo sujeito quanto ao conceito de sustentabilidade, classificados em palavras chaves para que depois possam ser comparados e qualitativamente compreendidos pela sua dimensão de sustentabilidade.

Na visão de Flick (2009), documentos são os meios para a construção de uma versão ou perspectiva específica ou ampla para decifrar casos específicos ou processos. Desta forma, analisar um documento é muitas vezes um modo de utilizar

métodos não intrusivos e dados produzidos com finalidades práticas no campo de estudo.

3.2.2 Prática de Sustentabilidade

Entende-se por prática de sustentabilidade mudanças e aprimoramentos no processo de desenvolvimento econômico, com a finalidade de garantir um nível básico de qualidade de vida para as pessoas, protegendo os sistemas ambientais e sociais, que tornam possível a vida. A prática de sustentabilidade foi verificada, tendo-se em vista os índices de sustentabilidade retratados pelas instituições em seus relatórios anuais, posteriormente comparados e analisados se condizem com o discurso levantado por suas ações na mídia.

Os principais critérios utilizados como base para a pesquisa foi o GRI (Global Reporting Initiative), que é utilizado pelas instituições bancárias para divulgação de suas práticas em seus relatórios de sustentabilidade anuais.

3.3 Dados e Procedimentos para Coleta

Foram utilizados dados secundários coletados de acordo com os critérios de Flick (2009) a partir de documentos que apresentem autenticidade uma vez que só serão considerados aqueles produzidos pelos bancos ou instituições correlatas como a FEBRABAN ou Bovespa, assegurando credibilidade, representatividade e significação;

Foram coletados os conceitos que cada instituição utiliza em sua comunicação quanto ao o que ela entende por sustentabilidade, e principais palavras chaves em sua comunicação, para depois serem classificados e comparados com a teoria sobre o tema.

Assim, para análise do material utilizado para esta finalidade foi a comunicação do banco que contenha o assunto sustentabilidade por meio dos veículos: Sítio da empresa, Revista, Relatório de sustentabilidade, propaganda institucional e Anúncios (Rádio, Impresso, TV).

Os dados sobre as práticas de sustentabilidade foram coletados nos relatórios de sustentabilidade das instituições e nos relatórios sobre os indicadores de ISE da Bolsa de valores do Estado de São Paulo.

Para isso, por meios dos indicadores de sustentabilidade da Bovespa, foram classificadas as ações de cada banco de forma que possam ser comparadas com o conceito de sustentabilidade utilizado na própria instituição e com a amostra, e finalmente, analisá-las quanto a coerência do discurso feito pelo banco.

Dentro desta análise foram classificadas as práticas de sustentabilidade divulgadas pelos bancos, confrontadas com seu discurso de sustentabilidade em busca de compreender se as práticas são coerentes com a corrente de sustentabilidade utilizada pelo banco.

Foram listadas as práticas de sustentabilidade baseadas nos indicativos da Bovespa, as práticas de cada banco, para depois serem classificadas quanto a similaridade de prática com outros bancos e coerência com o discurso de sustentabilidade.

3.4 Análise dos Dados e Discussão

O método de análise de conteúdo aparece como uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso.

Para aplicação do método de análise de conteúdo optou-se pela técnica descrita por Bardin (1986) sob a designação de análise temática, no qual decompõe os documentos em unidades e depois os classifica por reagrupamento, assim, se fez um levantamento dos relatórios divulgados pelos bancos em 2011, coleta de informações nos sítios de internet e procura por anúncios em mídias impressas que foram classificadas duas categorias, práticas e discurso de sustentabilidade.

- a) Pré Análise: Organização dos documentos coletados e classificação tema e prática de sustentabilidade.

Foi realizada leitura flutuante pelo estabelecimento de contato com os relatórios de sustentabilidade disponíveis nos sítios dos bancos, anúncios de

revistas e dados secundários. A partir desse processo, foi realizada a escolha dos documentos a serem analisados e classificação por instituições bancárias.

- b) Descrição analítica: Nesta etapa o material é reunido e orientado em princípio pelo referencial teórico, surgindo desta análise quadros de referências, buscando sínteses coincidentes e divergentes de ideias.

O material foi separado segundo as concepções, princípios e dimensões de sustentabilidade identificadas no referencial teórico. Desta forma, o material foi classificado por diferenciação e em seguida reagrupado segundo o tipo em busca de elementos comuns entre eles.

- c) Interpretação referencial: Fase da análise dos documentos, estabelecendo relações aprofundadas do discurso, conexão de ideias em busca da reconstrução de significados agrupando o entendimento de sustentabilidade dos bancos para que se possa fazer a comparação de seu discurso e agrupando as práticas para comparação.

Foi realizada a classificação do material com base no discurso apresentado pelas instituições bancárias e separação por categoria de práticas de sustentabilidade (GRI).

3.5 Limitação da Pesquisa

Como principal limitação da pesquisa destaca-se o fato da análise ser restrita aos resultados da prática de sustentabilidade apresentados nos relatórios das instituições, não contemplando a verificação in loco das realizações apresentadas.

4 DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Todas as organizações constantes na amostra disponibilizam informações por meio de sites na Internet, de onde foram extraídos os dados em estudo. Em razão do processo de fusão e incorporação entre as instituições: Banco do Brasil/Nossa Caixa, Itaú/Unibanco e Santander/Real, os dados do período inicial desta pesquisa ainda apresentavam informações em separado, porém os relatórios de sustentabilidade foram unificados.

4.1 Visões de Sustentabilidade das Instituições

As instituições em estudo apresentaram em seus relatórios as declarações sobre sua forma de ver a sustentabilidade. Pelos dados apresentados no quadro 06, é possível identificar a visão da sustentabilidade mencionada em seus relatórios ou sites de internet, onde em cada instituição declara seu discurso

Os onze bancos focalizados na pesquisa têm uma visão da sustentabilidade que abarcam as três dimensões: ambiental, econômica e social. O relatório da CEF dá destaque às questões ambientais e os demais relatórios destacam a dimensão econômica da sustentabilidade.

Os maiores bancos no Brasil fundamentam sua publicidade em slogans que comunicam proximidade, amizade e até convivência com o cliente: existe o banco “todo seu”, o “feito para você”, o do “vamos fazer juntos”, o da “presença lado a lado com você”, aquele “que acredita nas pessoas” e até o que alega que, para seus clientes, “o mundo não tem limites”. Tanto em campanhas publicitárias como em extensos relatórios em seus sites, são exaustivas as menções às suas ações sustentáveis tanto financeiramente quanto social e ambientalmente.

As atividades de financiamento dos bancos são o canal fundamental de origem de impacto no meio ambiente e nas comunidades do desempenho do setor financeiro.

Quadro 6 - Visão de Sustentabilidade dos Bancos.

Banco do Brasil	O alinhamento dos negócios com os princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento do país está presente na missão e nos valores do Banco do Brasil. Ser um banco competitivo e rentável, promover o desenvolvimento sustentável do Brasil e cumprir sua função pública com eficiência.
Bradesco	Estabelecemos nossa visão e estratégia de sustentabilidade, com o objetivo de reunir todas as ações socioambientais com foco em três pilares: finanças sustentáveis, gestão responsável e investimentos socioambientais.
CEF	Como empresa comprometida com a sustentabilidade, a CAIXA trata a questão ambiental como prioridade, abordando-a de maneira transversal. A empresa tem como praxe avaliar os impactos de seus processos produtivos, buscando mitigá-los por meio de soluções de ecoeficiência. De outro lado, dissemina boas práticas socioambientais entre os grupos com os quais se relaciona.
Itaú	Sustentabilidade é a manutenção dos negócios no curto, médio e longo prazos, visando uma entrega perene de valor a todas as partes interessadas. Essa visão implica estruturar um modelo de gestão que, concomitantemente com a busca do desempenho para os acionistas e demais públicos, também considera e administra positivamente o impacto de suas operações no meio ambiente e na sociedade.
Santander	Ser uma equipe capaz de gerar boas ideias que satisfaçam nossos clientes, sejam rentáveis para nossos acionistas e nos consolidem como um líder financeiro internacional e como entidade que colabora para o desenvolvimento sustentável da
Bic Banco	O BICBANCO entende que o seu papel dentro do desenvolvimento sustentável é tomar decisões que prezem pelo equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental, tanto em sua gestão interna quanto no engajamento com suas partes interessadas. Sua gestão interna está baseada em critérios para utilização racional de recursos, promoção de oportunidades de forma igualitária, estímulo a expansão de diversos segmentos da economia, com o estabelecimento de parcerias eficientes e que produzam valor para seus acionistas, seus profissionais, clientes, comunidade e o país.
HSBC	O HSBC reconhece a importância de minimizar os impactos socioambientais da atividade humana, bem como a responsabilidade das empresas, dos governos e das pessoas para alcançar esse objetivo. Seguindo essa diretriz, atua para desencadear uma mudança cultural, capaz de impulsionar boas práticas em sua cadeia de valor e influenciar toda a sociedade.
Banco da Amazônia	A concretização desse novo paradigma de desenvolvimento só será possível com práticas cotidianas de Responsabilidade Social Empresarial, o que leva o Banco da Amazônia pautar suas ações considerando não apenas os interesses dos seus acionistas, mas também as das pessoas que formam a empresa, dos setores governamentais e não governamentais, da comunidade onde atua, do meio ambiente, enfim da sociedade como todo.
Rabobank	Sustentabilidade tem sido sempre no coração do Rabobank. É parte integrante de quem somos e como nos definimos. Como uma cooperativa, nós trabalhamos de perto com nossos clientes e comunidades locais para construir um futuro sustentável. Oferecemos produtos e serviços que contribuam para o desenvolvimento sustentável de riqueza e prosperidade. Entramos em negócio respeitável e transparente. Somos um dos bancos mais sustentáveis do mundo.
Citibank	O fato de trabalhar bem próximo aos clientes e demais stakeholders para desenvolver produtos e serviços financeiros que ajudem na busca de soluções para os desafios da sustentabilidade e na construção de nossos negócios, também trabalham para incorporar aspectos relevantes do tema às nossas operações.
Votorantim	O conceito de Sustentabilidade está intrinsecamente ligado às práticas de negócios da instituição e ao cotidiano de suas operações. O Banco Votorantim visa estabelecer, em todas as suas áreas de atuação, relações éticas, transparentes e perenes respeitando os aspectos econômicos, sociais, ambientais e humanos em seus processos.

Fonte: Dados dos relatórios de sustentabilidade de 2011 das instituições financeiras.

Ao pregarem a avaliação de riscos socioambientais na decisão de concessão do crédito, os bancos atenuam o risco de crédito e a inadimplência de sua carteira de clientes, além de garantir que o valor das garantias oferecidas por eles não se modifique de forma considerável. Ao aliar riscos como estes em sua análise de crédito, o banco está realizando uma gestão mais competente de sua carteira de crédito, e colaborando para uma melhor atuação de suas atividades de financiamento. Além disto, o banco está também operando de maneira a apenas admitir a implantação e operação de projetos e empresas que colaborem para o desenvolvimento sustentável, conservando o meio ambiente e aprimorando as condições de vida das comunidades.

É possível identificar como fator comum entre os bancos o uso do conceito utilizado como critério para a seleção das empresas participantes do ISE, "Triple Bottom Line", que tem como base o relacionamento da empresa com seus stakeholders, principalmente colaboradores, fornecedores e compradores.

4.2 O Conceito de Sustentabilidade nos Discursos das Instituições

Os Discursos dos bancos são bastante enfáticos, especialmente em peças publicitárias, propagandas, mensagens de governos, empresas e ONGs, onde são declarados discursos que, na prática, são difíceis de serem verificados. Assim, apesar de haver uma grande visibilidade midiática e consequente evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, constata-se na realidade que ações verdadeiramente sustentáveis são de difícil comprovação, uma vez que o *core business* dos bancos não se fundamenta em sustentabilidade, mas em ações do mercado financeiro, na qual o componente econômico é primordial.

Apesar do apelo ideológico e do reforço diário do discurso da sustentabilidade, o conceito está longe das práticas, ações, gestão, comportamentos, que representem sustentabilidade, harmonia, equilíbrio, entre o que, como, e quanto, se produz na cadeia das atividades econômicas.

A velocidade do sistema financeiro não tem acompanhado as necessárias contrapartidas de um modelo de desenvolvimento que possa traduzir e refletir a garantia do direito de todos a um ambiente sustentável.

A FEBRABAN no mês de junho deste ano divulgou um relatório a respeito de responsabilidade social e sustentabilidade do setor financeiro em relação ao Protocolo Verde: assinado em 1995, é uma carta de intenções dos cinco bancos controlados pelo Governo Federal que se comprometem a incorporar a dimensão ambiental no seu sistema de análise e avaliação de projetos, e a priorizar ações de apoio ao desenvolvimento sustentável. São aderentes ao protocolo os bancos Bradesco, Banco do Brasil, HSBC e Santander que, procurados pela GERAÇÃO SUSTENTÁVEL, preferiram não comentar o assunto além das informações que se encontram em seus sítios da internet.

O informativo destaca algumas ações que ainda precisam ser tomadas por esses bancos e pelos outros listados como aderentes ao protocolo ou respondentes à matriz (Amazônia, BANCOOB, Banrisul, BIC, BPN, Cacique, Citi, Nordeste, Nossa Caixa Desenvolvimento, Rabobank, Safra, Sicredi, Sofisa, Tribanco e Votorantim): padronização dos procedimentos nos âmbitos federal, estadual e municipal; definição do conteúdo mínimo das licenças; disponibilização das informações por meio do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental (PNLA), ajustado às esferas de governo; e relação de órgãos autorizados a emitir licenças ambientais de modo que todos os agentes de mercado reconheçam a legitimidade das licenças. O informativo destaca, ainda, as principais ações alcançadas pelo sistema financeiro brasileiro nas dimensões econômica (serviços bancários setoriais “verdes”), social e educativa (programas setoriais).

Em termos de discurso, a maneira mais utilizada pelos bancos são os sítios da internet, onde divulgam seus relatórios, ações de sustentabilidade e criam relacionamento com os clientes. Alguns bancos possuem sítios especialmente dedicados ao tema sustentabilidade, conforme quadro 7.

Os sítios parecem pretender refletir e validar a visão de sustentabilidade dos bancos, geralmente dividindo as informações de acordo com as dimensões econômica, social e ambiental. Com exceção do Rabobank que não possui área especial para suas ações de sustentabilidade, todos os outros bancos avaliados disponibilizam suas informações nestes sítios dedicados ao tema de sustentabilidade onde também é possível ter acesso os relatórios de sustentabilidade, o banco Bradesco é o único que possui um sitio com endereço diferenciado (Banco do Planeta) e desvinculado do sito principal da instituição.

Quadro 7 – Sítios de Sustentabilidade das Instituições.

Sítios de Sustentabilidade		
BANCO	Sítio na Internet	Características
Banco do Brasil	Sim	Possui sítio especialmente para o tema sustentabilidade, indexado à página principal do banco e é dividido em quatro categorias, Gestão de sustentabilidade, Gestão de processos, Negócios Sustentáveis, Investimento social Privado e canal de notícias de atualidades.
Bradesco	Sim	Possui um sítio com endereço especialmente criado para divulgar suas ações de sustentabilidade que é denominado “Banco do Planeta”, não indexado a página principal da instituição. O sítio é dividido em três categorias: Finanças sustentáveis, Gestão Responsável, Investimentos Socioambientais e canal de notícias de atualidades.
CEF	Sim	O sítio denominado “Sustentabilidade Caixa”, indexado a página principal da instituição, dividido em quatro grandes áreas: Melhores práticas, Nossos Relacionamentos, Relatórios e Reconhecimentos, e canal de notícias de atualidades. Também disponibiliza outro sítio dedicado as práticas de sustentabilidade, chamado Caixa Melhores Práticas. .
Itaú	Sim	O sítio do Itaú é denominado “Sustentabilidade no seu dia a dia” é indexado ao sítio principal do banco e está dividido em cinco grandes categorias: No seu dia a dia, No Itaú, Produtos e Serviços, Iniciativas, Relatórios, e canal de notícias de atualidades.
Santander	Sim	O espaço destinado pelo Santander para sustentabilidade está indexado ao sítio principal e não tem denominação especial. É dividido em três grandes categorias: Espaço de Práticas de Sustentabilidade, Sustentabilidade para nós, O que fazemos e canal de notícias de atualidades.
Bic Banco	Sim	Tem uma página do sítio principal do banco dedicado ao tema de sustentabilidade onde é possível encontrar informações sobre suas práticas de sustentabilidade, dividido em oito categorias, entre as principais: Compromissos, Gestão de pessoas e sustentabilidade, retribuição a sociedade, mas não possui pagina de noticias.
Hsbc		O sítio do banco dedicado ao tema é indexado ao sítio principal, usa a nomenclatura sustentabilidade para nomear a página e tem entre as principais categorias os investimentos sociais, Meio Ambiente, Negócios Sustentáveis e notícias de atualidades.
Rabobank	Não	Não possui sítio sobre sustentabilidade, o relatório e outras informações se misturam ao painel de noticias do sítio do banco.
Citibank	Sim	Possui sítio indexado a página principal do banco, e tem suas informações sobre sustentabilidade divididos entre as principais categorias: Finanças Responsáveis, Negócios Inclusivos, Diversidade, Ecoeficiência, Fornecedores e noticias sobre atualidades.
Votorantim	Sim	O sítio indexado a página principal do banco tem suas informações divididas nos aspectos ambiental, econômico, Social e desenvolvimento de pessoas, e notícias sobre atualidades.
Banco da Amazônia	Sim	A página de sustentabilidade do banco está indexada a pagina principal do banco e é dividida entre as principais categorias: governo, sociedade, comunidade, clientes, colaboradores, fornecedores, e noticias sobre atualidades.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos sites dos bancos.

No quadro 8 o conceito de sustentabilidade na comunicação das instituições bancárias é apresentado de forma que é possível constatar a incidência em todos os bancos dos pilares econômico, social e ambiental, muitas vezes utilizando explicitamente estes termos em seu discurso.

Quadro 8 - Sustentabilidade na Comunicação Institucional Bancária.

Instituição	Conceito de sustentabilidade da Instituição	Dimensão de Sustentabilidade
ITAÚ	Busca pelo equilíbrio entre o pilar econômico, social e ambiental .	Triple Bottom line Dimensão Ecológica, Social e Ambiental.
BRADESCO	Visão e estratégia de sustentabilidade com o objetivo de reunir todas as ações socioambientais com foco em três pilares: Finanças Sustentáveis, Gestão Responsável e Investimentos Socioambientais .	Triple Bottom line Dimensão Ecológica, Social e Ambiental.
CEF	Participar da vida das pessoas como agente de transformação da realidade socioeconômica brasileira, com foco na promoção da cidadania e do desenvolvimento regional, sustentável. Neste sentido atua em três grandes eixos da sustentabilidade: Cidades Sustentáveis, Inclusão Social e Finanças Sustentáveis	Triple Bottom line Dimensão Ecológica, Social e Ambiental
SANTANDER	Parte estratégica dos negócios. É um compromisso que orienta a Missão e Modelo de Atuação e tem sido um vetor de inovação, que cria oportunidades para que os resultados financeiros advenham, cada vez mais, de negócios que promovam um desenvolvimento mais inclusivo e ambientalmente responsável.	Triple Bottom line Dimensão Ecológica, Social e Ambiental.
BANCO DO BRASIL	Conceito sistêmico, relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana e se relaciona diretamente com o conceito desenvolvimento sustentável.	Triple Bottom line Dimensão Ecológica, Social e Ambiental.
VOTORANTIM	O foco na sustentabilidade está presente nas estratégias de negócio, nas relações com os públicos de interesse, nas operações e na cultura interna. A premissa do desempenho sustentável enquanto caminho vital para o crescimento perene da Organização, divididos em três aspectos, Ambiental, Econômico, Social e Desenvolvimento de pessoas .	Triple Bottom line Dimensão Ecológica, Social e Ambiental.
HSBC	Sustentabilidade deve estar na essência de qualquer negócio que objetiva o sucesso a longo prazo. O HSBC reconhece a importância de minimizar os impactos socioambientais da atividade humana, bem como a responsabilidade das empresas , dos governos e das pessoas para alcançar esse objetivo. Seguindo essa diretriz, atua para desencadear uma mudança cultural, capaz de impulsionar boas práticas em sua cadeia de valor e influenciar toda a sociedade. Dividido em três áreas, Social, Econômica e Social .	Triple Bottom line Dimensão Ecológica, Social e Ambiental.
BANCO DA AMAZÔNIA	Para o Banco da Amazônia é o processo no qual ganha a sociedade, ganha a empresa e ganha o meio ambiente, visto ser construído sobre “ três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores — desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental”	Triple Bottom line Dimensão Ecológica, Social e Ambiental.
BICBANCO	O modelo de governança corporativa adotado pelo BICBANCO está alinhado às melhores práticas do mercado internacional, que preveem monitoramento dos riscos e dos controles internos, atuação com base na ética e na transparência, prestação de contas de forma clara e objetiva e tratamento igualitário a todos os stakeholders. Para gerar valor e garantir a sustentabilidade nos negócios , o Banco também está focado na disciplina financeira e no aprimoramento frequente de seus mecanismos de gestão – princípio que norteou as mudanças na formatação dos comitês em 2011 e tornou mais dinâmico seu modelo de governança corporativa.	Dimensões de Sustentabilidade de Ignacy Sachs
CITIBANK	Sustentabilidade, para o Citi, é uma atividade orientada para os negócios que traz benefícios financeiros, ambientais e sociais .	Triple Bottom line Dimensão Ecológica, Social e Ambiental.
RABOBANK	No Rabobank a sustentabilidade é tratada sob o guarda-chuva da área da responsabilidade social Corporativa (RSC) investindo em áreas sócias, ecoeficiência e financeiro.	Triple Bottom line Dimensão Ecológica, Social e Ambiental.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A concepção de dimensões de sustentabilidade utilizada pelos bancos pode ser interpretada pela teoria dos três pilares (Tripple Botom Line) desenvolvida por Elkington (2001). Isso denota a necessidade dos bancos serem capazes de medir, documentar e reportar resultados nas três dimensões. Neste cenário os bancos assumem o papel de agentes transformadores em seu discurso para que o mesmo tenha impacto em todos os stakeholders, consumidores, fornecedores, colaboradores, uma vez que suas práticas permeiam o discurso utilizado.

Conforme se pode depreender do quadro 08, dez dos onze bancos, demonstram em seus discursos preocupações apenas com os três pilares, quais sejam: Finanças Sustentáveis, Gestão Responsável e Investimentos Socioambientais.

O Bic Banco busca alinhar suas práticas de sustentabilidade às melhores práticas do mercado internacional, prevendo o monitoramento de riscos e controles internos, atuando baseado na ética e na transparência, prestação de contas de forma clara e objetiva e tratamento igualitário a todos os stakeholders, focando-se ainda na disciplina financeira e no aprimoramento frequente de seus mecanismos de gestão.

Inicialmente a concepção do conceito de sustentabilidade nos padrões de desenvolvimento teve maior pressão, por parte da sociedade civil, os agentes abrangidos na ação de desenvolvimento da sociedade como empresas, governo, instituições de ensino e pesquisa, bancos, seguradoras e gestores de fundos. Algumas pressões acabam impactando no risco de viabilidade do negócio que atinge de forma negativa questões sociais e ambientais.

Já os bancos, além dos riscos diretos, ligados com a poluição originada por eles, existem também os denominados riscos indiretos e de reputação. Os riscos indiretos estão relacionados às práticas de empréstimos e financiamentos concedidos a empresas, visto que, ao relacionar com uma empresa que cumpre práticas socioambientais nocivas, acaba correndo o risco de comprometer o retorno do capital emprestado, caso exista alguma inviabilidade dos negócios da contratante do recurso financeiro. O risco de reputação está relacionado tanto com os impactos diretos quanto com os impactos indiretos, praticados na sociedade e do meio ambiente.

4.3 Abordagens de Gestão da Sustentabilidade e Adesão a Acordos

Verifica-se que cada organização apresenta uma abordagem de gestão diferenciada, em relação aos aspectos da dimensão de sustentabilidade, como apresentado no quadro 9.

Quadro 9 - Abordagem de Gestão da Sustentabilidade.

Instituição Bancária	Abordagem de Gestão da Sustentabilidade
Banco do Brasil	O Banco do Brasil pretende, em primeiro lugar, permear sua cultura organizacional com os princípios da responsabilidade socioambiental, tornando-os efetivos no cotidiano organizacional. A busca por uma postura de responsabilidade socioambiental é um processo contínuo, compromisso de todas as áreas do Banco do Brasil. O Banco do Brasil deseja ser foco irradiador de uma postura empresarial social e ambientalmente responsável..
Bradesco	Buscar um nível de eficiência organizacional pautado na entrega de bens e serviços com preços competitivos e que satisfaçam as necessidades humanas e melhorem a qualidade de vida, ao mesmo tempo em que os impactos ambientais e a intensidade no uso de recursos naturais são reduzidos a um ponto de equilíbrio dinâmico que o meio ambiente suporta.
CEF	A CAIXA atua como operadora financeira de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente e promove a transferência de know-how de práticas sustentáveis nos campos da habitação e do desenvolvimento urbano.
Itaú	As operações do Itaú/Unibanco causam, direta ou indiretamente, impactos no meio ambiente. Por isso, umas das preocupações estratégicas para a gestão do banco é encontrar ferramentas que permitam a utilização racional e adequada dos recursos. Ações para aperfeiçoar a eficiência energética de centros de processamento e computadores, reciclar lixo e descartá-lo adequadamente, reutilizar água e reduzir o consumo de papel e outros insumos fazem parte das preocupações de todas as áreas e, na prática, podem proporcionar ganhos operacionais efetivos. Temos a consciência de que, por possuímos uma grande base de clientes e colaboradores, inovações e melhorias pequenas têm reflexos importantes.
Santander	Investimento em ações para reduzir o consumo de água, energia, matérias-primas e outros recursos traz benefícios para o meio ambiente, para as pessoas e para o próprio Santander.
Bic Banco	Na tomada de decisões, seja na gestão interna ou no engajamento com seus interlocutores, o Banco tem foco no balanceamento entre as dimensões econômica, social e ambiental para assegurar a sustentabilidade de suas atividades.
Hsbc	A estratégia de sustentabilidade do HSBC está conectada com os seus valores e princípios. O banco busca disseminar a sustentabilidade para as suas diversas áreas, angariando oportunidades, despertando o interesse sobre o tema, estreitando relacionamentos, trabalhando na conscientização e educando seus colaboradores sobre a conectividade entre as dimensões social, ambiental e econômica.
Rabobank	Assegurar o fornecimento de serviços financeiros de maneira consistente com os seus valores: respeito, integridade, profissionalismo e sustentabilidade, além de minimizar riscos de crédito e reputacional.
Citibank	Sustentabilidade, para o Citi, é uma atividade orientada para os negócios que nos traz benefícios financeiros, ambientais e sociais. No Brasil, o Citi tem o privilégio de estabelecer parcerias e aprender com muitas empresas e organizações do País que são líderes globais em temas relacionados à sustentabilidade.
Votorantim	O conceito de Sustentabilidade está intrinsecamente ligado às práticas de negócios da instituição e ao cotidiano das nossas operações. Neste sentido, o Banco Votorantim, por meio de constante inovação, visa a estabelecer relações éticas, transparentes e perenes em toda a cadeia de valores e com todas as partes interessadas, respeitando os aspectos econômicos, sociais, ambientais e humanos em seus processos.
Banco da Amazônia	Para o Banco da Amazônia é o processo no qual ganha a sociedade, ganha a empresa e ganha o meio ambiente, visto ser construído sobre “três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores — desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental” (Rio+10).

Fonte: Dados dos relatórios de sustentabilidade das instituições financeiras.

Em suas afirmações, as instituições procuram mostrar que têm a consciência de seu papel no ambiente em que atuam e da importância da adoção de práticas de sustentabilidade no setor, como forma de mitigar os impactos causados por suas atividades, bem como promover ações em concomitância com as práticas do segmento.

Apesar dos bancos em sua grande maioria utilizarem a visão de sustentabilidade baseada nas dimensões econômica, social e ambiental (Triple Botton Line), a gestão pelo qual se aplica esta visão apresenta grandes variações. Enquanto o Banco do Brasil prioriza a cultura organizacional como forma de gestão, o Bradesco foca seus esforços na entrega de bens e serviços, a CEF utiliza seu know-how de práticas de sustentabilidade, o Itaú prioriza a racionalização de recursos, o Hsbc focaliza o engajamento e relacionamento com colaboradores e clientes, o Rabobank e Citibank se concentra nos serviços financeiros relacionados a sustentabilidade e finalmente os bancos Votorantim e Banco da Amazônia têm um discurso de gestão amplo sem foco em uma forma específica de gestão.

Assim, a dimensão de sustentabilidade “Triple Botton Line” tem grande amplitude em suas três dimensões, com ações de gestão diferentes com foco em diversos aspectos, que varia de acordo com a política do banco ou mesmo a forma de gestão executiva de cada um.

Todas as instituições em estudo aderiram aos principais acordos firmados no setor bancário, a saber: Pacto Global, Protocolo Verde, Princípios do Equador, GRI como apresentado no quadro 10.

Quadro 10 – Adesão a Acordos do Setor.

	Pacto global	Protocolo verde	Princípios do Equador	Metodologia GRI
BB	2003	1995	2005	2006
Bradesco	2005	2009	2004	2006
CEF	2003	1995	2009	2007
Itaú	2004	2009	2007	2006
Santander	2007	2009	2009	2009
Bic Banco	2008	2008	2008	2009
Hsbc	2009	2009	2009	2009
Rabobank	2009	2009	2009	2009
Votorantim	2009	2009	2009	2009
Citibank	2009	2009	2009	2009
Banco da Amazônia	2009	2009	2009	2009

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos relatórios de sustentabilidade das instituições.

Para a empresa é importante à adesão destes acordos, pois cria condições para troca transparente e confiável de informações de práticas de sustentabilidade das empresas aderentes, desta forma a missão da Global Initiative (GRI) é oferecer uma estrutura confiável para elaboração de relatórios de sustentabilidade que possam ser usados por organizações de todos os tipos, tamanhos, setores e localidades.

Os resultados apresentados nos quadros 06 (visão da sustentabilidade) e 10 (abordagem de gestão da sustentabilidade) refletem o discurso adotado pelas instituições, diante da necessidade de aliar suas práticas cotidianas à aceitação social, legitimando suas atividades, de acordo com Berger e Luckman (1985); Scott (1995) e Guerra e Aguiar (2007).

Os resultados encontrados trazem à tona o processo de institucionalização das práticas ambientais no setor bancário, tendo início com a adesão ao Protocolo Verde, em 1995, por algumas instituições e, na sequência com a adoção aos Princípios do Equador e ao pacto global. A adequação aos acordos do setor no segmento bancário, conforme os estudos de Scott (1995), neste estágio, as instituições estariam com ênfase no pilar regulativo, considerando sua submissão às regras, leis e acordos, que se tornaram legalmente sancionados à medida que agiram as forças isomórficas coercitivas, descritas por DiMaggio e Powell (1983), como mecanismos de adaptação à mudança que, em sua lógica instrumental, ganham utilidade enquanto respondem as pressões do ambiente, conforme Carvalho, Vieira e Goulart (2005).

4.3 Prática de Sustentabilidade das Instituições

Quanto às práticas de sustentabilidade adotadas pelas instituições, verificadas em seus respectivos relatórios, publicadas no período estudado, conforme quadro 11, constata-se que as instituições abordam praticamente os mesmos indicadores na elaboração de seus relatórios.

Pelos dados do quadro 12 pode-se verificar os critérios utilizados para análise das práticas de sustentabilidade nos bancos.

Os detalhamentos dos Resultados dos indicadores de desempenho ambiental das instituições constam dos Apêndices de A a K.

Quadro 11 - Indicadores Ambientais das Instituições Bancárias – GRI.

Materiais	EN1	Materiais usados por peso ou volume
	EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem
Energia	EN3	Consumo de energia discriminados por fonte de energia primária
	EN4	Consumo de energia indireta discriminados por fonte primária
	EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência
	EN6	Iniciativas de fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia
	EN7	Utilização de equipamentos eletrônicos
Água	EN8	Total de água retirada por fonte
	EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água
	EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada
Biodiversidade	EN11	Localização e tamanho da área possuída
	EN12	Impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos, e serviços
	EN14	Habitats protegidos ou restaurados
	EN14	Estratégias para gestão de impactos na biodiversidade
	EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN
Emissões, Efluentes e Resíduos	EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa
	EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeitos estufa.
	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas
	EN19	E missões de substâncias destruidoras da camada de ozônio
	EN20	NO x, SOx, e outras emissões atmosféricas significativas
	EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação
	EN22	Peso total de resíduos, por tipo e métodos de disposição
	EN23	Número e volume total de derramamentos significativos
	EN24	Peso de resíduos transportados, considerados perigosos
	EN25	Descrição de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats
Produtos e Serviços	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais
	EN27	Percentual de produtos e embalagens recuperados
Conformidade	EN28	Valor de multas e número total de sanções resultantes da não conformidade com leis ambientais
Transporte	EN29	Impactos ambientais referentes a transporte de produtos e de trabalhadores
Geral	EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental

Fonte: Cadernos de Investimentos GRI

Quadro 12 - Indicadores de Desempenho Ambiental Utilizados pelas Instituições.

Aspecto	Indicador	Banco do Brasil	Bradesco	CEF	Itaú	Santander	HSBC	Votorantim	Rabobank	Citibank	Bic Banco	Banco da Amazônia
Materiais	EN1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	EN2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Energia	EN3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	EN4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	EN5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	EN6	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	EN7	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Água	EN8	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	EN9	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X
	EN10	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Biodiversidade	EN11	X	X	X		X		X		X		X
	EN12	X	X	X		X		X		X		X
	EN13		X	X		X		X		X		X
	EN14	X	X	X		X		X		X		X
	EN15		X	X								
Emissões, efluentes e resíduos	EN16	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	EN17	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	EN18	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	EN19		X		X	X	X	X	X	X	X	X
	EN20		X		X	X	X	X	X	X	X	X
	EN21		X		X	X	X	X	X	X	X	X
	EN22		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	EN23		X									
	EN24				X	X	X	X	X	X	X	X
	EN25											
Produtos e serviços	EN26	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	EN27				X		X		X		X	
Conformidade	EN28				X	X	X	X	X	X	X	X
Transporte	EN29	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Geral	EN30	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos relatórios de sustentabilidade da instituição.

Em relação a consumo de materiais, nem todas as instituições declaram a quantidade de papel utilizado, e ressaltam que propagam iniciativas para redução do consumo, tais como utilização de cartuchos e toners remanufaturados e controle da impressão de documentos.

Quanto ao consumo de energia, todas as instituições utilizam, de forma direta ou indireta, energia primária não-renovável. No entanto, adotam em suas práticas cotidianas medidas para redução do consumo e priorizam aquisições de novas tecnologias que possibilitem menor utilização de tais fontes.

Na abordagem atinente a captação e utilização da água, ainda revelam maior uso de recursos provenientes da rede pública, porém algumas agências adotam medidas para tratamento, reuso e captação da água da chuva.

A biodiversidade é abordada como atuação, de forma direta, apenas no relatório do Banco Santander. As demais instituições declaram que realizam a maior parte de suas operações em áreas urbanas, porém mantêm parcerias com órgãos governamentais e Fundações voltadas à preservação do meio ambiente como forma de participação na preservação da biodiversidade. Tais participações são também tratadas como forma de compensar a emissão de gases do efeito estufa.

Todas as instituições declaram o volume de suas emissões, bem como as práticas voltadas para sua redução ou contenção. O tratamento de resíduos é apresentado como forma de mitigar os impactos gerados por seus produtos e serviços, utilizando mecanismos de reciclagem, compostagem e destinação à aterros sanitários devidamente certificados.

Há adoção de medidas para redução da necessidade de transporte dos colaboradores na realização de suas atividades, utilizadas como mecanismo para reduzir este impacto.

Os investimentos financeiros para tratar da dimensão ambiental foram realizados por todas as instituições e informados nos respectivos relatórios.

A criação dos indicadores de sustentabilidade surgiu em resposta a necessidade de operacionalização da sustentabilidade, que, no setor bancário, se caracteriza pela elaboração dos relatórios de sustentabilidade, utilizando-se a metodologia GRI, trazendo ao setor os benefícios destacados por Aligleri e Souza (2010).

Verifica-se que as ações adotadas pelas instituições bancárias brasileiras, descritas em seus relatórios de sustentabilidade e sites, no tocante à dimensão ambiental, refletem o uso de práticas comuns no desenvolvimento de suas atividades, que, por meio de mecanismos isomórficos miméticos, levam as organizações a uma nova ênfase nos pilares institucionais, com abordagem cultural/cognitivo, conforme Scott (1995), apontando respostas aos mesmos indicadores.

Tais observações tornam-se preponderantes, considerando que o Sistema Financeiro Nacional, onde estão inseridas as instituições bancárias, têm papel relevante no desenvolvimento do país, conforme Lemes Júnior (2010), e FEBRABAN (2009). De acordo com o Ministério da Fazenda (2010), FEBRABAN (2011), Ceretta e Niederauer (2000) o segmento bancário vêm sofrendo diversas transformações no sentido de se adaptar as necessidades do mercado. No entanto, a temática ambiental toma parte nas discussões das instituições desde o início do século XX, conforme CMMAD (1991), Barbieri (2004).

Neste aspecto, considera-se que a ênfase é dada ao pilar normativo, conforme Scott (1995), no qual a base de submissão é a obrigação social, derivada de mecanismos isomórficos normativos, que, conforme Dimaggio e Powell (1983), resultam da interação dos profissionais com o ambiente em que atuam. Para Meyer e Rowan (1977), geralmente adotam linhas de ação anteriormente definidas e racionalizadas pela sociedade, sendo consideradas, por Barbieri, Vasconcelos, Andreassi e Vasconcelos (2010) uma tendência entre as organizações e, para Daft (1999), como medidas para agradar entidades externas.

De acordo com Scott (1995) existem três tipos isomorfismo institucional (regulativo, normativo e cultural/cognitivo), adotados de acordo com a necessidade de legitimação de suas práticas (MACHADO DA SILVA; GONÇALVES, 1999), as conduzem a desenvolver, adaptar ou mudar suas atividades em busca da institucionalização. Para Tolbert e Zucker (1996), as instituições passam por diferentes estágios em busca da homogeneização de suas práticas, destacadas por Dimaggio e Powell (1983), e conduzidas por forças isomórficas.

Conforme Barbieri (2005), a fase de adequação das empresas que se preocupam com o meio ambiente, trata da incorporação de tecnologias em decorrência das exigências legais ou necessidades comunitárias. Neste sentido, os trabalhos de Tolbert e Zucker (1996) apontam para o processo de objetivação,

referindo-se ao desenvolvimento de significados gerais socialmente compartilhados, que, para Machado da Silva e Fonseca (2010), favorece a criação e disseminação de normas de atuação. No setor bancário, tais práticas são demonstradas na visão e abordagem da sustentabilidade descrita nos relatórios de sustentabilidade.

Paiva (2010) destaca a importância das instituições financeiras enquanto agentes da sustentabilidade. Essa necessidade de atender a gestão da sustentabilidade é comentada por Barbieri (2007) e defendida como mudança de postura a ser adotada por empresas que se posicionem como convertidas à sustentabilidade, por Severo (2009), uma vez que, de acordo com Aligleri (2010), o público passou a expressar suas preocupações com o comportamento social e os valores ambientais das empresas e Machado da Silva (2010), faz com que as regras tornem-se padrões ou concepções compartilhadas da realidade, refletindo a busca das organizações por normas socialmente criadas e legitimadas.

A adoção de metas, resultados e indicadores na elaboração de relatórios de sustentabilidade pelas instituições em estudo, adotando a metodologia GRI, revela que as organizações atingiram o estágio de institucionalização, proposto por Scott (1995).

As descrições dos resultados apresentados pelos bancos em seus relatórios de sustentabilidade, em relação a práticas ambientais desenvolvidas, indicam que as organizações bancárias respondem de maneira similar a outras organizações, adotando em suas atividades processos similares, que podem conduzir ao isomorfismo institucional, que, para DiMaggio e Powell (1983), é caracterizado pelo estudo das forças que pressionam as organizações a uma adaptação ao mundo exterior, constituindo-se como ferramenta útil para compreensão da vida organizacional moderna.

4.4 Alinhamento entre Prática de Sustentabilidade e Discurso

O alinhamento entre o discurso e a prática de sustentabilidade dos bancos pode ser observado por meio de seus anúncios e, principalmente, pelas informações disponibilizadas em seus sites na internet pelo tipo e conteúdo e informação e a forma pelo qual as informações são dispostas, conforme quadro 13.

Quadro 13 –Comparação de Práticas e Discurso de Sustentabilidade.

BANCO / ASPECTOS	Materiais	Energia	Água	Biodiversidade	Emissões, resíduos	Produtos e serviços	Transporte	Geral
Banco do Brasil			X	X		X		X
Bradesco		X		X	X	X	X	X
CEF		X	X	X	X	X	X	X
Itaú		X	X	X	X	X	X	X
Santander	X	X	X	X	X	X	X	X
Bic Banco						X		X
Hsbc			X	X		X		X
Rabobank								
Citibank	X					X		X
Votorantim								
Banco da Amazônia				X	X	X		

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Banco do Brasil informa em seu discurso que é “O banco da sustentabilidade” e desde 2007 sua comunicação se baseia na campanha do “numero 3”, uma ideia que surgiu da Agenda 21, então a soma do 2 + 1, presente em seus documentos e relatórios, dando destaque aos seguintes objetivos: Compromisso com a sustentabilidade, compromisso com a cidadania e compromisso com o movimento de Responsabilidade Socioambiental. Desta forma o BB informa seus consumidores quanto a sua ideia de sustentabilidade, e de acordo com o princípio IV das diretrizes da FEBRABAN, informa, sensibiliza, e tenta o engajamento das partes interessadas quanto as práticas de sustentabilidade da instituição.

Quanto às práticas e indicadores de desempenho ambiental apresentadas pelo banco em seus relatórios de sustentabilidade divulgados no período de 2007 à 2011, constata-se queda no consumo de tonners e energia e práticas para compensação do aumento das emissões.

Já o Bradesco, desde o fim de 2007 utiliza em seu discurso a auto denominação de “O banco do Planeta” que coincide com a temática de 2008 para o “Ano do Planeta” e tem como principal forma de divulgação de suas práticas e relacionamento com o cliente o sitio da empresa e para isso criou um sitio específico

sobre sustentabilidade e assim isolou o tema do sitio institucional, com esta ação atrai não só clientes, mas interessados no assunto.

O Bradesco, conforme dados dos relatórios de sustentabilidade do período de 2007 à 2011, vem trabalhando sobre os mesmos itens. No período inicial, informava não possuir ferramentas de controle para mensurar o total dos materiais consumidos, nem mecanismos para mensuração do descarte total de água e também não dispunha de métodos para totalizar os valores investidos em práticas de sustentabilidade ambiental. Em 2008, tais itens passaram a ser demonstrados, com exceção do indicador EN30, de acordo com os gastos e valores investidos, que não é apontado em nenhum dos relatórios do período analisado. A partir de 2008, houve adoção de metas para redução do consumo de materiais, energia, com apresentação dos resultados alcançados nos respectivos relatórios. No período de 2008 a 2010, apontam práticas de eco eficiência, construções sustentáveis e TI Verde, utilizadas como mecanismos para controle e incentivo a redução do consumo de materiais, água, energia e emissões. A partir de 2009, estes resultados são também mostrados em site específico.

A Caixa Econômica Federal em seu discurso ressalta suas práticas por meio do sitio denominado “Caixa Melhores Práticas” destacando suas iniciativas inclusivas, e em sua comunicação sempre ressalta seus prêmios de sustentabilidade. Os relatórios apresentados pela CEF em 2007 e 2008 apontam apenas quatro indicadores, sendo: EN7, EN18, EN26 e EN30. Os três primeiros relatam as iniciativas adotadas pela instituição quanto a redução do consumo de energia, das emissões, dos resíduos e efluentes e, iniciativas adotadas para mitigar os impactos ambientais, não apresentando os resultados obtidos, mas apenas as práticas adotadas e valores investidos. Em 2009, mostra que houve ampliação de suas práticas, tendo em 2010 e 2011 elevado o número de indicadores de desempenho apresentados de 4 para 14. Neste relatório, seus apontamentos versam sobre a existência de programa para redução do consumo, que desde a implantação resultou em uma economia para a instituição de 4 bilhões, porém não detalha o período e os itens inclusos no programa. Adota prática de ilhas de impressão como forma de redução de eletricidade, papel e tonner. Há programa de eco eficiência e coleta seletiva, mas não aponta bases para comparação.

O Banco Itaú destaca em sua comunicação o reconhecimento concedido ao banco pelo jornal britânico Financial Times e pelo International Finance Corporation

(IFC) como o banco mais sustentável do mundo, sua estratégia desenvolvida em conjunto com a agência África tem a premissa de “ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes”. Os relatos do Banco Itaú informam que em 2007 houve a criação de diversos programas de redução do consumo de água e energia, utilização de reciclagem e projeto para coleta e reutilização de água da chuva em unidades específicas. Em 2008, com a união com o Unibanco houve unificação das políticas de sustentabilidade, dando ênfase a coleta seletiva, formação de grupos para incentivar a prática da ecoeficiência e a adoção da TI Verde. Em todo o período estudado, a instituição aborda os mesmos indicadores, apresentando resultados numéricos em cada período abordado.

O Banco Santander tem grande exposição midiática e investe uma parcela de sua comunicação na divulgação de suas práticas e prêmios de sustentabilidade, grande parte desta cultura vem da fusão do Santander com o Banco Real que se denominava “O Banco da Sustentabilidade” criando desta forma um diferencial competitivo. Em seu relatório de 2007, o banco mostrou os resultados em apenas alguns indicadores, dando ênfase aos relatos sobre coleta seletiva e programas de redução ao consumo de papel, energia, água e geração de resíduos. Em 2008, fez considerações sobre a aquisição do Banco Real e não mostrou, de forma clara, o desempenho do período. Em 2009, deu maior transparência ao relatório, não apenas por ter apresentado o desempenho alcançado com maior número de indicadores, mas também por ter elaborado o relato de forma mais clara e abrangente, permitindo fácil leitura dos resultados alcançados. Na elaboração do relatório de 2011, mostrou os resultados obtidos com os programas de incentivos a redução do consumo de água e energia, além dos valores atinentes ao período de 2009, 2010 e 2011 permitindo rápida comparação com o período anterior.

O BIC Banco não tem grande exposição midiática e usa seu site como principal forma de comunicação de suas ações e seu discurso. Com a evolução das práticas de Governança, o BIC Banco avançou no processo de Sustentabilidade dos negócios, alinhado à preocupação crescente da comunidade financeira internacional acerca do meio ambiente. Sua prestação de contas é feita por meio de diretrizes propostas pela Global Reporting Initiative (GRI), de acordo com as orientações das diretrizes GRI-G3.

O BIC Banco, em seus relatórios, mostrou os resultados em apenas alguns indicadores, enfatizando aspectos voltados especialmente a programas de redução ao consumo de papel, energia, água e geração de resíduos.

O HSBC usa como principal recurso de comunicação e divulgação de seu discurso seu sítio institucional no relatório apresentado pelo banco, pode-se perceber a prática de diversas ações com vistas a se alcançar um processo de gestão bem mais sustentável, trazendo ganhos tanto para a sociedade como um todo quanto para o próprio banco, que alcança economia.

O Citibank só utiliza o sítio institucional para propagação de seu discurso e práticas, os dados de seus relatórios demonstram a criação de vários programas para a redução do consumo de materiais, água e energia, bem como maior utilização de reciclagem.

Também o Banco da Amazônia usa seu sítio para divulgar sua concepção de sustentabilidade e práticas, em seus relatórios ele demonstra como ideia central o alinhamento com a Agenda 21 Brasileira em relação definição e execução das políticas e programas governamentais voltados para melhorias na gestão dos recursos naturais da Amazônia e da sustentabilidade regionais, apoiadas em avanços na área de ciência e tecnologia para a sustentabilidade.

O Banco Votorantim, utiliza uma parte de seu sítio para falar sobre sustentabilidade mas divulga suas práticas e para a gestão das frentes de trabalho e implantação das boas práticas de desempenho em Sustentabilidade, o Banco Votorantim constituiu o Comitê de Sustentabilidade, composto pelos altos executivos da organização e responsável pelo planejamento estratégico rumo à Sustentabilidade.

Finalmente o Banco Rabobank, praticamente não divulga seu pensamento e práticas de sustentabilidade, em meio às informações do seu sítio é possível ter acesso ao relatório de sustentabilidade com suas práticas.

Com o fim de orientar todas as relações e estabelecer diretrizes para o desenvolvimento sustentável, foi instituída a Política Corporativa de Sustentabilidade, adotada por toda a instituição e que norteia nossas relações.

A partir da análise comparativa entre discurso e prática de sustentabilidade foi possível construir o quadro 14 sobre o alinhamento entre essas duas dimensões.

Quadro 14 - Alinhamento entre o Discurso e a Prática de Sustentabilidade.

BANCO	ALINHAMENTO
Banco do Brasil	Parcial
Bradesco	Parcial
CEF	Parcial
Itaú	Parcial
Santander	Total
Bic Banco	Parcial
Hsbc	Parcial
Rabobank	Não
Citibank	Parcial
Votorantim	Não
Banco da Amazônia	Parcial

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pelos dados acessados nesta pesquisa, o Santander é único banco que tem alinhado suas práticas de sustentabilidade e o discurso por meio do site da instituição. Os bancos Rabobank e Votorantim só divulgam suas ações por meio dos relatórios de sustentabilidade que são obtidos nos sites das instituições, os demais bancos tem alinhamento parcial uma vez que em seus meios de comunicação somente uma parte de suas práticas são divulgadas, apesar de utilizarem as dimensões econômica, social e ambiental em sua gestão a grande amplitude de possibilidades pelo qual permeiam suas práticas faz com que cada um deles, em sua política, privilegie a comunicação de uma das dimensões em detrimento das outras, que tem como consequência a o alinhamento parcial entre o discurso da sustentabilidade e as práticas executadas por cada instituição. No caso dos bancos Rabobank e Votorantim não existem alinhamento uma vez que o discurso em sua comunicação é ínfimo se reduzindo a disponibilização em seus sites dos relatórios de sustentabilidade e pequenas notícias sobre o assunto,

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Este estudo investigou o tema sustentabilidade no setor bancário brasileiro, por meio da verificação do discurso e ações apresentadas nos respectivos relatórios de sustentabilidade das instituições analisadas, com o objetivo de confrontar as práticas e o discurso dessas organizações.

A visão de sustentabilidade declarada pela maioria das instituições bancárias é baseada no conceito de “Triple Botton Line”, com foco na três dimensões tradicionais referentes ao tema: social, econômica e social. Esta é uma visão limitadora, pois o conceito é muito mais amplo e não se restringe apenas esses aspectos. Ao adotarem quase que exclusivamente esta concepção, os bancos não apontam para um modelo específico contemplando as características do setor de forma traduzir e refletir a garantia deque suas ações contribuam de forma efetiva para um ambiente sustentável.

Todas as organizações possuem um discurso voltado especificamente para a prática da sustentabilidade, no entanto, na prática, a complexidade do conceito de sustentabilidade em sua amplitude abre o leque de práticas para muito além das três dimensões usadas de forma unânime que traz o desafio do entendimento do que realmente é a sustentabilidade e ampliar suas práticas para este novo entendimento.

Verificou-se que as instituições apresentaram informações à respeito do desempenho obtido no período, concernentes a itens tais como materiais, energia, água, controle de emissões e resíduos e os gastos ou investimentos realizados, porém nem sempre os dados apresentaram os valores apurados, inviabilizando a verificação dos resultados efetivamente obtidos em suas ações que contribuem para a sustentabilidade. Constata-se ainda que os dados podem não representar toda a organização, pois algumas atividades, tais como coleta seletiva e reciclagem de materiais, ainda são realizadas apenas em unidades de negócio específicas. Os aspectos relativos à biodiversidade e transporte também são tratados superficialmente nos relatórios.

Comparado com períodos anteriores, os relatórios do ano de 2011 passaram a contemplar maior número de indicadores, comparados a relatórios de períodos anteriores, que passaram a ser abordados de forma mais clara, com a identificação

dos itens a que se referem na sequência do discurso apresentado, facilitando a localização das informações.

Os resultados obtidos indicam que as organizações em estudo passam por diferentes estágios de institucionalização da questão da sustentabilidade, em busca do reconhecimento da legitimidade de suas práticas ambientais. Estas variações surgiram à medida que os bancos aderiram aos principais acordos firmados no setor bancário, e, como resultante dessas variações de ênfase, algumas parecem ter atingido estágio avançado de institucionalização.

Os relatórios de sustentabilidade discriminam as ações adotadas pelas instituições bancárias brasileiras, atendendo aos requisitos da Global Report Initiative quanto à apresentação do desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade.

Pode-se afirmar que as práticas ambientais adotadas no setor passaram por mecanismos de adaptação permeados pela adesão aos principais acordos firmados no setor e normativas, assim, as instituições bancárias passaram a adequar sua visão e abordagem de gestão da sustentabilidade em função destes acordos que conduziram as questões alusivas às dimensões de sustentabilidade às práticas legitimadas e institucionalizadas.

Decorrentes da ação de forças normativas e/ou miméticas, as organizações foram levadas a adoção e divulgação de atividades e de resultados similares, descritos em seus relatórios de sustentabilidade, que conduziram o setor ao isomorfismo institucional no que se refere também ao aspecto da sustentabilidade.

O meio mais utilizado para veiculação de seu discurso são os sítios da internet, onde os bancos divulgam suas ações, relatórios de sustentabilidade, e desta forma criam relacionamento com os stakeholders.

Pelas práticas de sustentabilidade informadas pelas instituições bancárias em seus relatórios é possível verificar a mesma incidência de indicadores, baseados na metodologia GRI. No tocante à dimensão ambiental, as instituições bancárias utilizam mecanismos isomórficos, adotando as mesmas práticas, atividades, a gestão e processos similares, refletindo apenas as forças que pressionam as organizações a uma adaptação às novas exigências.

Ao comparar a prática de sustentabilidade e discurso das instituições bancárias, constata-se na maior parte dos casos um alinhamento apenas parcial. Identificou-se um único banco que contempla suas práticas em seu discurso, assim

o banco Santander é o único que tem alinhado suas práticas de sustentabilidade e seu discurso, os mais bancos tem alinhamento parcial uma vez que somente uma parte das práticas adotadas e relatadas pelos bancos são divulgadas em sua comunicação, a exceção são os bancos Rabobank e Votorantim que não tem alinhamento uma vez que só divulgam suas ações por meio dos relatórios de sustentabilidade.

Portanto, há diferença entre o que as empresas analisadas discursam sobre sustentabilidade empresarial e suas práticas institucionais.

Sugere-se às instituições bancárias o aprofundamento e conhecimento das vertentes de sustentabilidade, consequentemente adaptação para as práticas desta nova visão que irão além do utilizado hoje, e principalmente alinhamento do discurso com as práticas estabelecidas.

Para estudos futuros, recomenda-se a aplicação concomitante de outros instrumentos de pesquisa, como forma de identificar se efetivamente houve a sedimentação das práticas adotadas no setor.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ricardo Ramos; **Ecoeficiência e práticas ambientais no Banco do Brasil**. PUC-GO, 2009.

AMORIN, Andreia S. Rosa. **Sustentabilidade: entre a utopia, a prática e a estratégia empresarial**. SC. Florianópolis, 2009.

ABREU, M.C.S., RAMOS, J.V. FIGUEIREDO, J.H.S. **Estratégia – As pressões ambientais da estrutura da indústria**, RAE eletrônica, vol.3 n.2, dez., 2004

ALIGLERI L. M.; SOUZA, R.B. **A contribuição da teoria institucional para compreensão do modelo de gestão socialmente responsável adotado pelas empresas contemporâneas**. Revista Gestão & Tecnologia, Pedro Leopoldo v. 10, n. 1, ago/dez. 2010

ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. Agricultura e sustentabilidade: contexto, desafios e cenários. **Ciência & Ambiente**, n. 29, 2004

BASSETO, Luci Inês. **A sustentabilidade empresarial: Um estudo baseado no relatório de uma concessionária de energia**. Ponta Grossa, 2007

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Lisboa: Edições 70, 1995.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 1a edição, segunda tiragem. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARBIERI, J.; VASCONCELOS, I.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. **Inovação e Sustentabilidade: Novos Modelos e Proposições**. RAE, São Paulo, 2010.

BARDIN, L.. *L'analyse de contenu*, Paris: P.U.F., 1986 (1977).

BERNARDELLI, Tânia Maria. **O Discurso da Sustentabilidade e as Práticas de Consumo na Sociedade Contemporânea**. V ENECULT, 2009

BOFF, L. História da Sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.triplov.com/boff/2007/sustentabilidade.html>>. Acesso em nov. 2011

BOVESPA. Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. Bolsa de Valores de São Paulo. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/pdf/Indices/ResumoISENovo.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

CERETTA, P. S.; NIEDERAUER, C. A. P. **Rentabilidade do setor bancário brasileiro**, 24º Encontro Nacional da ANPAD – Associação Nacional de Programas de Pós Graduação em Administração. Florianópolis, 10-13 set., 2000.

CLARK, M. *Ariadne's thread: the search for new ways of thinking*. [s.L.]: Macmillan, Basingstoke, 1989.

Capaldi, N. (2005), “**Corporate social responsibility and the bottom line**”, International Journal of Social Economics, Vol. 32 No. 5

CORAL, E. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. 282f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO-CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991

CRESWELL, J. W. (2007) **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto.. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010

CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável). Ecoeficiência. Disponível em: <<http://www.cebds.com>>. Acesso em: 05 dez. 2011.

CARVALHO, Francisco Prancacio Araújo de, GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. Eco-eficiência na produção de cera de Carnaúba no município de Campo Maior, Piauí, 2004. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2008, vol.46, n.2, pp. 421-453

CARVALHO, Cristina A.; VIEIRA, Marcelo M. F. **Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação**. In: CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. (Org.). Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: Editora da UFPE, 2003

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. Revista Brasileira de Administração Pública - RAP, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 849-874, 2005.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: **institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields**. American Sociological Review, v. 48, p. 147-160, 1983

EPELBAUM, Michel. **A influência da gestão ambiental na competitividade e no sucesso empresarial**. Dissertação de Mestrado. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Produção São Paulo. 2004.

ETHOS. **Pacto global no Brasil**. Disponível em: www.ethos.org.br. Acesso em: 25 nov. 2011

FEBRABAN, Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP, **MATRIZ DE INDICADORES PARA O PROTOCOLO VERDE**, 2010

FONSECA, V. S.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. **Conversação entre abordagens da estratégia em organizações: escolha estratégica, cognição e instituição**. Organizações e Sociedade. v. 9, n. 25, p. 93-109, set./dez. 2002.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3a.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FINCH, N. **The Emergence of CSR and Sustainability Indices**, 2005

GLADWIN, T. , KENNELLY, J. and KRAUSE, T.S. Shifting paradigms for sustainable Development: Implications for Management Theory and Research. **The Academy of Management Review**, vol. 20, n.4, p.874-935, october 1995.

GARCIA, L.F.D. Admarking; **Condições de produção do discurso publicitário da sustentabilidade e suas evidências na propaganda institucional da Pétrobras**. ESPM. 2008

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. 3.reimp. São Paulo: Atlas, 2010.

GORE, A. Earth in balance: **ecology and the human spirit**. 2nd ed. New York: Houghton Mifflin, 1992.

GRACIOSO, Francisco. **Propaganda Institucional: nova arma estratégica da empresa**. São Paulo: ED. Atlas, 1995.

GOMES, Patrícia Pereira Vasques; BERNARDO, André; BRITO Gilson, **Princípios de sustentabilidade**: Uma abordagem histórica. Porto Alegre, 2005

GREENPEACE. Disponível em <<http://www.greenpeace.org/brasil>>. Acesso em: 12 set. 2012.

GRI. Global Reporting Initiative **Diretrizes para relatório de sustentabilidade** Disponível em www.globalreporting.org. Acesso em: 25 nov. 2011

IBGE. Indicadores de desenvolvimento sustentável **Brasil 2010. Estudos & Debates**: informação geográfica. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JUNIOR, Silvio Figueiredo Gome, GOMES, André Raeli, **As Vantagens da Sustentabilidade Empresarial**. Ingepro v.2 n.8. 2010

KAVINSKI, Heloisa; **A apropriação do discurso da sustentabilidade pelas organizações:Um estudo multicaso de grandes empresas**. Curitiba, 2009

KOTLER, Philip.; GARY, Armstrong. **Princípios de Marketing**. 12a. ed. São Paulo: Editora Pearson Prentia Hall, 2007. 18 p.

KOTLER, Philip e PFOERTSCH, Waldemar. **Gestão de marcas em mercados B2B**. Porto Alegre : Bookman, 2008.

KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). **Comunicação Organizacional**: linguagem, gestão e perspectivas. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2009.

LAROCHE, M., Bergeron, J., Tomiul, M., and Barbaro-Forleo G. (2001). **“Targeting consumers who are willing to pay more for environmentally friendly products”**, Journal of Consumer Marketing, 18 (6), 503-520

LEMES JUNIOR, A. B; RIGO, C. M. e CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas financeiras**. 3º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LIMA, G.C. O Discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente e Sociedade**, Campinas – SP v. VI n.2, p.100. 2003.

LINS, C; WAJNBERG, D. **Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro**. FBDS: Rio de Janeiro, Agosto 2007

LEE, S. A. Biodiversity. Manchester: SHELL/WWF. Tree Plantation Review, 1993. 34 p. (Study, 6).

LEWIS, Sandra Barbon. **Responsabilidade social e jurídica da empresa**. Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável. Agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; GONÇALVES, Sandro A. **nova técnica: a teoria institucional**. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. Handbook de estudos organizacionais: modelos e análises e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: ATLAS, 1999

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.. **Competitividade Organizacional: uma Tentativa de Reconstrução Analítica**. Revista de Administração Contemporânea, Ed. Especial 2010, n. 02, p. 33-49, 2010.MAZUR, Laura. **Conversa com os mestres da sustentabilidade**, São Paulo: Ed. Gente, 2010.

MENDONÇA. J., & Amantino-de-Andrade, J. (2003). **Gerenciamento de impressões: em busca de legitimidade organizacional**. Revista de Administração de Empresas, 43(1), 36-48.

MEBRATU, Desta. **Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review**. Environmental Impact Assessment Review. 1998.

MILES, M. P. e J. G. Covin. Environmental Marketing: **A Source of Reputational, Competitive, and Financial Advantage**. Journal of Business Ethics, v.23, n.3, p.299-311. 2000.

MIRANDA, Rodrigo; ABDALLA, Eutienne Cardoso, WIMMERSBERGER, Darlan Augusto; SILVA, Nicemara Cardoso. O discurso da Sustentabilidade: O que diz as ações das empresas sustentáveis do Guia Exame de sustentabilidade de 2001 à 2010? **Ev.SemeAD, FEA USP**, São Paulo, 2011.

MONTIBELLER Fº, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: Meio Ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 3 ed. rev. e atual. Florianópolis: UFSC, 2008

NEHME, Marcelo Carlotto. **Interações entre elos de cadeia de valor: Uma oportunidade de avaliação de sustentabilidade empresarial**. RG 2009.

Nosso Futuro Comum / Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV 1988.

OLIVEIRA, Carla Montefuso. **Desenvolvimento sustentável: uma discussão ambiental e social**. Maranhão, UFMA 2007.

OTTOMAN, J. Marketing Verde: **desafios e oportunidades para a nova era do marketing**. São Paulo, Makon Books, 1994

PAIVA, A. C. R. As atividades bancárias e empresarial e o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo – RAUSP**. v. 45, n. 3, p. 297-304, jul./ago./set. 2010.

QUIROGA, Rayén. **Indicadores de sostenibilidad ambiental y de desarrollo sostenible: estado del arte y perspectivas**. Santiago: CEPAL - División de Medio Ambiente y Asentamientos Humanos, 2001

QUINTELA, R. H. SOARES, J.S. Instrumentação do Desenvolvimento: Teorias, conceitos e indicadores in: **X Colóquio Internacional sobre Poder Local**. Salvador NEPOL/CIAGS/EADM-UFBA, 2006.

RAYNAUT, C.; LANA, P. & ZANONI, M. (2000), “**Pesquisa e formação na área de meioambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas formas de avaliação**”. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 1, jul.-dez., Curitiba, Editora da UFPR.

RIBEIRO, M.S. **Contabilidade Ambiental** - São Paulo: Saraiva, 2005

ROSA, Alexandre Reis; COSER, Cláudia. **A abordagem institucional na administração**: a produção científica entre 1993 e 2003. São Paulo: FAE, 2005.

SACHS, Ignacy, **Desenvolvimento**: Incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTILLI, M. A cilada corporativa. In: RICARDO, F. (org.). **terras indígenas & unidades de conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. São Paulo: ISA, 2005

SAVITZ, Andrew W. WEBER, Karl. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SEVERO, E.A., Olea, P.M., Milan, G.E., Dorion, E. 2009. Produção mais limpa: o caso do arranjo produtivo local metal-mecânico automotivo da Serra Gaúcha. In: 2st International Workshop , , p Advances in Cleaner Production, UNIP, São Paulo.

SCOTT, W. R. (1995). **Institutions and Organizations**. Sage Publications, London

SHETH, Jagadish N.; MITTAL, Banwari; NEWMAN, Bruce I. **Comportamento do Cliente**. São Paulo: Atlas, 2001

SCHMIDHEINY, S., ZORRAQUIN, F. J. (1998). **The Financial Community, Eco-efficiency and Sustainable Development**. MIT Press, 1.ed.

SIENA, Osmar, Muller, Carlos André da Silva, FACHINELO, Dirlei Terezinha. **Visões de Sustentabilidade de Atores da Cadeia Produtiva dos Produtos Florestais Não-Madeiráveis**, Florianópolis, SC, p.04. 2010

SILVA, D.P.M. A Sustentabilidade, as relações entre gênero e etnia nos discursos da gestão, e seu impacto em ambientes militares. **Serviço Social & Realidade**, Franca – SP Vol.19, n,2, p.29. 2010.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa**: Descrição e aplicação do método. Organ.Rurais Agroind. Lavras v.7 n.1, p. 70-81. 2005.

SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane da Costa. **Textos Selecionados para o Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: Rede de Informações para o Terceiro Setor, 2001

SOUZA, Maria T. S. **Rumo à prática empresarial sustentável**. Revista de Administração de Empresas. EAESP/FGV. São Paulo, jul/ago, 1993.

TOLBERT, P.; ZUCKER, L. G. **The institutionalization of institutional theory**. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Eds.). Handbook of organization studies. London: Sage Publications, 1996.

VAN BELLEN. H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006

VEIGA, José Elida. **Indicadores de sustentabilidade**. Estudos Avançados n.24 (68), 2010, p. 39-52.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEDERMAN, S. **Public policy: challenge to ecological economics**. In: JANSSON, A. M. et al. (Ed.) investing in natural capital: the ecological economics approach to sustainability. Washington DC: Island Press, 1994

WCED **Our common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987

ZAGO, Ana Paula Pinheiro. **Sustentabilidade Corporativa: O caso "Dow Jones Sustainability index"**. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Uberlândia. MG, 2007.

ZIMMERMANN, A.; M.J. WALPOLE & N. LEADER-WILLIAMS. **Cattle ranchers' attitudes to conflicts with jaguar *Panthera onca* in the Pantanal of Brazil**. Oryx 39: 406-412. 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Indicadores de desempenho ambiental

Banco do Brasil

Materiais	EN1	Foram utilizadas 3.516 toneladas de papel A4, o que representa um aumento no consumo. Esse aumento não é significativo, considerando a expansão do número de agências e de funcionários. Todo o papel utilizado pelo Banco é certificado pela FSC ou pela Cerflor e 9,39% (330 toneladas) provém de reciclagem. No caso de cartuchos de tóner, o uso de recondicionados proporciona o reaproveitamento de carcaças plásticas e poupa consumo de recursos não renováveis, como o petróleo. O processo de compra deste material é rigoroso, submetido à análise de amostras e visitas técnicas. A quantidade de tóner recondicionados, em 2010, foi de 106.081 unidades, que representa 98,7 % do total do consumo.
	EN2	
Energia	EN3	Álcool – 501 mil litros Gasolina – 2,38 milhões litros Diesel – 244 mil litros
	EN4	2.139 TJ * (TJ = tera joule / não disponível valores em KW)
	EN5	Com relação à energia, o BB conta desde 1990 com o Programa de Conservação de Energia Elétrica – Procen, que tem como objetivo manter o controle do uso de energia elétrica nas dependências do Banco, de forma a promover o uso racional. Entre as iniciativas adotadas ao longo destes anos, têm-se a modernização do sistema de iluminação, substituição do sistema de ar condicionado com maior eficiência energética, entre outros. O sistema de gestão do consumo de eletricidade do Banco do Brasil está em fase de aperfeiçoamento e os dados de consumo de eletricidade podem sofrer alterações ao longo do tempo.
	EN6	
	EN7	
Água	EN8	A água consumida nas dependências do Banco do Brasil é proveniente de concessionárias, assim como todo o descarte de efluentes utiliza o sistema da rede pública de abastecimento: 203.348 m ³
	EN9	Idem ao EN8
	EN10	Não há utilização de água reciclada ou de reuso.
Biodiversidade	EN11	Apesar de não estar localizada em áreas protegidas ou que comprometam significativamente a biodiversidade, o BB adere a compromissos relacionados ao tema.
	EN12	
		Um dos exemplos é a adesão ao “Grupo de Trabalho da Moratória da Soja”, da qual o Banco se compromete a não financiar projetos de áreas desmatadas pertencentes ao bioma Amazônico pós-julho de 2006. Outra iniciativa do BB é a participação no Fórum Amazônia Sustentável, grupo composto por diversas entidades que discutem os caminhos para os desenvolvimento sustentável do bioma Amazônia.
	EN13	Declara não aplicável as atividades bancárias
	EN14	Do ponto de vista ambiental, o BB preconiza a preservação, repudia práticas danosas ao meio ambiente e exige o cumprimento da legislação vigente.
	EN15	Não aplicável para as atividades bancárias.
	EN16	Escopo 1: Biomassa 1.731 tCO ₂ e 1.636 tCO ₂ e (8) Escopo 2: Energia Adquirida (1) (2) 17.591 tCO ₂ e 29.538 tCO ₂ e - Escopo 3: Viagens Aéreas(1) 8.234 tCO ₂ e 13.754 tCO ₂ e
	EN17	Os sistemas de gestão do consumo de eletricidade e viagens aéreas do Banco do Brasil estão em fase de aperfeiçoamento, sendo assim, os dados publicados podem sofrer alterações ao longo do tempo refletindo na mudança dos valores das respectivas emissões de CO ₂ .

Emissões, efluentes e resíduos		Em abril de 2011, o Banco do Brasil contratou uma consultoria especializada com o objetivo de aprimorar o seu inventário de emissões de gases de efeito estufa.
	EN18	Para compensar parte das suas emissões de GEE, o conglomerado Banco do Brasil desenvolve algumas iniciativas, desde 2007. Os principais números de 2010 são: • Circuito Banco do Brasil Vôlei de Praia (CBBVP) e Brasil Open de Tênis, evento patrocinado pelo BB na Costa do Sauípe – BA: 1392 árvores plantadas. • Brasilprev Seguros e Previdência S.A: em 2010, a Brasilprev realizou um inventário de suas emissões de gases do efeito estufa de 2007, 2008 e 2009, e apurou a emissão total de 1.325,26 tCO ₂ e. Para compensar as emissões nesses anos, a Brasilprev optou pela modalidade de conservação florestal e tornou-se responsável pela floresta nativa localizada no município de Barra do Turvo, no Estado de São Paulo, em uma área de aproximadamente 6 hectares.
	EN19	As atividades do Banco do Brasil não exercem impactos na camada de ozônio
	EN20	O Banco ainda não possui mecanismos de mensuração de emissão de NO _x e SO _x .
	EN21	Não se aplica, devido à imaterialidade do indicador nos processos do Banco.
	EN22	A quantidade de tóner recondicionados, em 2010, foi de 106.081 unidades, que representa 98,7 % do total do consumo do BB. O gerenciamento dos resíduos sólidos pode ser separado em duas fases: a) Coleta seletiva, com a devida separação dos resíduos e possibilidades de reciclagem; b) Destinação dos resíduos para associações ou cooperativas de catadores, viabilizando a promoção de trabalho e renda, ou ainda para comitês de cidadania de funcionários do BB, que podem beneficiar projetos sociais com a renda obtida com a venda do material.
	EN23	Não aplicável
	EN24	Não aplicável
	EN25	Não aplicável
Produtos e serviços	EN26	A impressão dos boletos de cobrança em formato reduzido, do tamanho de meia folha de papel “A4”. Esta é uma sistemática utilizada em, aproximadamente, 30% dos boletos emitidos. Com esse procedimento, o BB contribui para uma economia anual de 84 mil quilos de papel, 8 milhões de litros de água e a preservação de 3 mil árvores.
	EN27	Não aplicável
Conformidade	EN28	Não aplicável
Transporte	EN29	Em relação ao transporte de trabalhadores, são mapeados os impactos de viagens aéreas e frota própria. A partir da realização do seu inventário de GEE, o BB adotou medidas para a redução das emissões como incentivos à diminuição de viagens e uso de equipamentos de vídeo conferências
Geral	EN30	Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial R\$ 46.389.000,00 Construção de agências sustentáveis R\$ 4.670.000,00 Investimento no programa de recondicionamento de cartuchos R\$ 19.386.000,00 Auditoria ambiental interna R\$ 13.000,00 Total dos investimentos relacionados com a produção/operação R\$ 70.458.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos relatórios de sustentabilidade do Banco do Brasil.

APÊNDICE B - Indicadores de sustentabilidade ambiental do Banco Bradesco

Materiais	EN1	Plástico usado em cartões: 111,43 toneladas papel de marketing: 43,12 toneladas Formulários, fichas, cartas, borderô e guias diversos 867,97 toneladas Quantidade de cheques: 3.809 toneladas Toners/cartuchos de tinta novos: 20.612 unidades Papel A4 branco certificado – FSC: 3.343,79 toneladas Envelopes diversos em papel – FSC: 1.186,86 toneladas Bobinas: 286,10 toneladas Papéis sanitários: 385,71 toneladas Formulários, fichas, cartas, borderô e guias diversos – FSC 1.692,53 toneladas Papel de marketing – FSC: 947,84 toneladas Total de papel consumido: 12.562,92 toneladas
	EN2	Cartões de PET Reciclado: 1,27 toneladas Papéis reciclados: 968,31 toneladas Carpets: 8.035,00 m ² Persianas: 4.875 m ² Toners/cartuchos de tinta remanufaturados: 28.498 unidades
Energia	EN3	Gasolina: 655.326 L Álcool: 4.299.426 L GNV: 165.913 m ³ Jet Fuel: 750.523 L Diesel: 1.856 L
	EN4	Elettricidade comprada: 399.031.386 kWh kWh por funcionário: 4.189
	EN5	O indicador que melhor representa a eficiência no uso energia em datacenter do Bradesco (Prédio CTI) é o PUE-Power Usage Effectiveness, cujo fator verificado foi menor que 1.6 (o fator menor que 2 apontam para a excelência neste quesito). A utilização de desktops com a Fonte 80 Plus Silver possibilitou a economia de 4,829 Mwh/ano (para um parque de 80.000 equipamentos)
	EN6	Foram adquiridas 8.272 máquinas de autoatendimento com a tecnologia Intel Vpro, que resultam em economia de energia e diminuição de gás carbônico, devido a não necessidade de deslocamentos de técnicos para manutenções e, com monitores LCD que também resultam na redução do consumo de energia. Todas as especificações técnicas que servem de direcionamento tecnológico para a homologação e aquisição de produtos de microinformática para a Organização Bradesco (Servidores, desktops, ATMs) são baseadas nas diretivas EPA, RoHS e Fonte 80 Plus (Silver)
	EN7	Em 2010, o Grupo Segurador começou a utilizar os recursos de audio e videoconferência com o objetivo de reduzir o gasto com passagens entre RJ e SP. Atualmente a Bradesco Vida e Previdência conta com 7 salas de reunião com estes recursos.
	EN8	Rede pública de abastecimento: 1.536.315 m ³

Água		Captação pluvial: 450 m³ Captação de água subterrânea - poços - Alphaville 9.976 m³ Captação de água subterrânea - poços - Cidade de Deus 29.438 m³ M³ por funcionário: 17
	EN9	Idem ao EN8
	EN10	Não utiliza água reciclada ou de reuso.
Biodiversidade	EN11	Não possui áreas em regiões com essas características
	EN12	As unidades operacionais não impactam significativamente áreas com grande incidência de biodiversidade.
	EN13	Em uma parceria com o Governo do Estado do Amazonas, anunciada em dezembro de 2007, o Bradesco tornou-se um dos cofundadores da Fundação Amazonas Sustentável (FAS). Ela foi constituída para enfrentar desafio de valorizar os serviços ambientais providos pela Floresta Amazônica, visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas e à conservação da Floresta. A FAS contribui para a manutenção do conjunto de 35 unidades de conservação ambiental no Estado do Amazonas. Essas unidades cobrem 16,4 milhões de hectares. A primeira ação desenvolvida pela parceria aconteceu no âmbito do programa Bolsa Floresta, pioneiro no País, instituído pelo governo amazonense, como parte da Política Estadual sobre mudanças climáticas, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável do Amazonas. Desde 1989, foi firmada uma parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, organização não-governamental, sem fins lucrativos e sem vínculos partidários ou religiosos. Como forma de viabilizar a geração de recursos à conservação desse bioma, o Bradesco vem lançando produtos específicos, ao longo dos anos. Parte dos recursos arrecadados com a venda desses produtos é repassada à Fundação, transformando-se em programas de conservação e educação ambiental e restauração florestal, entre outros.
	EN14	N/A. As operações estão concentradas, prioritariamente, em áreas urbanas.
	EN15	N/A. As operações estão concentradas, prioritariamente, em áreas urbanas.
Emissões, efluentes e resíduos	EN16	24.784 toneladas de CO ₂
	EN17	135.012 toneladas de CO ₂
	EN18	A Bradesco Seguros começou a utilizar GPS no transporte de guinchos com o objetivo de reduzir o tempo gasto no atendimento dos segurados e reduzir a emissão de GEEs. Em 2010, 41% dos guinchos em SP e 15% de todos os guinchos do Brasil já possuíam esse equipamento.
	EN19	R134a - 911 toneladas de CO ₂ e
	EN20	Nox = 331.331 kg Sox = 122.561 kg
	EN21	O descarte de água é exclusivamente de esgoto doméstico e de água pluvial.
	EN22	Sucata proveniente dos carros sinistrados 1.218 toneladas – Reciclagem Papel Carbono 17.610 kg - Reciclagem Cheque compensado e reciclado 378.000 kg - Reciclagem Materiais pós-arquivo morto reciclado 2.418.000 kg - Reciclagem Quantidade de Baterias 26.800 unidades - Recuperação e Reciclagem Quantidade de Lacres 4.233 kg - Reciclagem Lâmpadas 16.730 unidades - Reciclagem Papel 1.835.741,88 kg - Reciclagem Papelão 84.710,63 kg - Reciclagem Plásticos 35.686,02 kg - Reciclagem Vidros 1.456,66 kg - Reciclagem Madeira 20,09 kg - Reciclagem

		<p>Metais 6.687 kg - Reciclagem</p> <p>Resíduos orgânicos 61.687,16 kg - Compostagem</p> <p>Resíduos orgânicos 1.766.110,69 kg - Aterro sanitário</p> <p>Resíduos tecnológicos da organização 237.840 kg - Reciclagem e reprocessamento</p>
		Correspondências de produtos e serviços Bradesco retornados 51,66 toneladas – Reciclagem
	EN23	Não aplicável
	EN24	Não aplicável
	EN25	O Bradesco gera apenas efluentes domésticos, não afetando significativamente corpos d'água e/ou habitats
Produtos e serviços	EN26	Para evitar o abandono de sucatas e de peças substituídas, a Bradesco Auto/RE por meio do Programa Autorreciclagem recolhe todos os meses as sucatas provenientes de veículos danificados em acidentes (com Segurados e/ou terceiros). Os materiais são separados, classificados e destinados às indústrias de transformação devidamente certificadas. A sucata ferrosa é encaminhada para unidades siderúrgicas para ser transformada em produtos de aço. Os plásticos destinados à fabricação de baldes, copos descartáveis, potes e garrafas, e o alumínio é usado para fabricação de painéis. Atualmente, esse programa abrange as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e parte do Sudeste e em 2010 foram mais de 1.200 toneladas encaminhadas para reciclagem.
	EN27	Não mencionado no relatório, por não ser considerado relevante.
Conformidade	EN28	Não houve atuação no período
Transporte	EN29	O impacto ambiental com maior significância nas operações são as emissões de gases de efeito estufa.
Geral	EN30	Não mencionado no relatório, por não ser considerado relevante.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos relatórios de sustentabilidade do Banco Bradesco.

APÊNDICE C - Indicadores de sustentabilidade ambiental da Caixa Econômica Federal

Materiais	EN1	Houve redução na geração de resíduos – sendo que parte importante deles segue para a reciclagem, de acordo com a parceria da CAIXA com a Lexmark, fabricante de impressoras e cartuchos de impressão, e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Moradia e Cidadania, de Brasília.
Energia	EN3	A maior parte da energia elétrica consumida nas unidades da CAIXA provém da matriz energética limpa de hidrelétricas. Em 2010, o consumo totalizou 529.422.336,33 kWh.
	EN4	Por sua vez, o uso de energia obtida a partir de combustíveis fósseis (diesel) em geradores da própria empresa está restrito a situações contingenciais, quando o fornecimento de eletricidade pelas concessionárias locais é interrompido.
	EN5	O programa Ilhas de Impressão – iniciativa que racionaliza o parque de impressoras da empresa – gerou uma economia de quase 60% em consumo de eletricidade, papel e toner, por meio da simples modernização de equipamentos.
	EN6	Os programas/linhas de financiamento habitacional da CAIXA, por exemplo, incluem os sistemas de aquecimento solar de água (SAS) como itens financiáveis. Além disso, no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida, concede incentivo para que empreendimentos das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste instalem SAS, cujo valor é acrescido ao custo de construção do imóvel, sem repasse ao beneficiário.
Água	EN8	Não declara consumo total, apenas indica percentual de água reciclada em relação ao volume total, conforme EN10.
	EN10	O volume de água reciclada usada na empresa correspondeu a 3.220 m ³ , perfazendo um percentual de utilização de 0,18% do consumo total. Os números correspondem a 12 agências dotadas de sistemas de captação e tratamento de águas pluviais, para reuso em bacias sanitárias e na limpeza dos ambientes das unidades.
	EN12	Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, desta vez com a participação adicional do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), envolve a administração de recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), aplicados no Projeto Nacional de Ações Integradas Público-privadas para Biodiversidade (Probio II). À CAIXA cabe formalizar convênios com os beneficiários públicos, tendo em vista à implementação de ações que ajudem o Brasil a cumprir as metas de 2010 da Convenção sobre Diversidade Biológica.
Emissões, efluentes e resíduos	EN16	Emissões diretas 201 toneladas de CO ₂ Emissões indiretas 29.100 toneladas de CO ₂
	EN17	Outras emissões indiretas 19.196 toneladas de CO ₂ Total 48.497 tCO ₂
	EN18	Entre as ações para redução das emissões estão a adoção de itens de ecoeficiência nos prédios da CAIXA, o estabelecimento de metas para a redução de viagens aéreas, além de medidas para a redução do consumo de energia e papel, implementadas no âmbito do Proged.
Produtos e serviços	EN26	Foi inaugurado, no Rio de Janeiro, o primeiro prédio de habitação popular com SAS no âmbito do Projeto Solar Brasil. O empreendimento conta com 296 unidades habitacionais dotadas de equipamentos solares individuais. O Solar Brasil resulta de um acordo de cooperação firmado entre a CAIXA e a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ). A mesma GTZ é parceira da CAIXA, e também do Ministério do Meio Ambiente, no projeto de desenvolvimento de uma ferramenta de grande utilidade: a metodologia de

		avaliação ambiental de terrenos com potencial de contaminação. Essa metodologia sistematiza os procedimentos de verificação de contaminação em terrenos destinados a projetos habitacionais
Transporte	EN29	Entre as ações para redução das emissões estão a adoção de itens de ecoeficiência nos prédios da CAIXA, o estabelecimento de metas para a redução de viagens aéreas, além de medidas para a redução do consumo de energia e papel.
Geral	EN30	Programas/projetos para público interno (investimentos relacionados com a operação da empresa) R\$ 401.935,09 Programas/projetos para público externo R\$ 1.802.127,13 Total geral: R\$2.206.812,22

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos relatórios de sustentabilidade da Caixa Econômica Federal

APÊNDICE D - Indicadores de sustentabilidade ambiental

do Banco Itaú

Materiais	EN1	O Itaú Unibanco utiliza, em todas as suas operações, apenas papel com certificação FSC, que assegura que todo o processo produtivo é certificado e que utiliza insumos em conformidade com critérios ambientais e sociais, seguindo condicionantes de sustentabilidade e obedecendo às legislações trabalhista e fiscal. No ano de 2010, foram consumidas 48.428 toneladas de papel, 100% de origem certificada FSC.
	EN2	
Energia	EN3	Como fonte de energia primária não-renovável comprada pelo Itaú em 2010: querosene de aviação, gasolina, diesel, gás natural e GLP. Não utiliza energia primária renovável. No cálculo do inventário, não foi possível coletar informações específicas do combustível utilizado em alguns veículos flex.
	EN4	Total 597.782.823,6 kWh e por colaborador 5,84 MWh
	EN5	Houve a troca das persianas convencionais, a colocação nos vidros nas janelas de películas que rejeitam o calor e o uso de luminárias mais eficientes. Não foi quantificada a economia de energia gerada por essas mudanças, uma vez que diversas variáveis podem interferir nesse período de transição, como a mobilização de colaboradores em decorrência de reestruturação das áreas.
	EN6	Nessa categoria, destaca-se a conta-corrente em moeda estrangeira (CCME Online), ferramenta do Itaú 30 Horas que permite ao cliente efetuar a transferência de recursos de sua conta em reais para a conta em moeda estrangeira (ou vice-versa), solicitar a transferência entre contas em moeda estrangeira ou enviar recursos ao exterior. As agências de turismo que utilizam a CCME Online passaram a solicitar aos seus fornecedores que enviem as faturas por e-mail, evitando custos de impressão e consumo de energia. A confecção e a impressão das cartas de movimentação, fez com que o envio de motoboy à plataforma ou o posto de câmbio e o trânsito de documentos físicos deixassem de ser necessários.
	EN7	O Itaú Unibanco evitou que seus colaboradores percorressem 32.995 km terrestres (com economia de custos de táxi/automóveis) e permitiu que 983.892 milhas aéreas fossem economizadas (juntamente com passagens e hospedagem) – deslocamentos que gerariam uma emissão de 236 toneladas de CO ₂ , equivalentes à derrubada de 1.548 árvores.
Água	EN8	Em 2010, o volume total de abastecimento de água por concessionárias foi de 710.381 m ³ /ano nos prédios administrativos e de 1.281.160 m ³ /ano nas agências. A água subterrânea retirada alcançou 89.803,45 m ³ /ano, provenientes dos três poços artesianos do Centro Administrativo Raposo, que possuem cadastro inicial de uso da água em que consta concordância da Sabesp (o processo de obtenção da outorga está em andamento), e do poço artesiano do Centro Administrativo ITM, que possui licença da prefeitura e da Sabesp. Não houve retirada de água de superfície (rios, lagos e oceanos). Ao todo, consumiram-se 2.081.344,00 m ³ /ano de água (excluindo água de reuso).
	EN9	Em relação ao consumo de água, o Itaú Unibanco não afeta significativamente fontes hídricas, pois os prédios administrativos

		utilizam água apenas para atender às necessidades básicas dos funcionários, refrigeração e limpeza do ambiente.
	EN10	O volume de água de reúso consumida totalizou 40.929 m³/ano, distribuído em: Torre Eudoro Villela (Centro Empresarial): captada dos lavatórios, oriunda da rede municipal de abastecimento; Centro Administrativo Raposo: a água utilizada no prédio é desviada para tratamento antes de chegar à calha <i>parshall</i> (local onde é feita a medição da volumetria de esgoto enviado à rede pública). Depois de tratada, essa água é utilizada para descargas e irrigação. O percentual do volume total de água reciclada/reutilizada pela organização em relação ao volume total de retirada de água relatado é de 2%.
Biodiversidade	EN11	A Fundação Itaclubes possui uma área protegida, localizada no Clube de Campo Guarapiranga, na capital paulista, com 7.601 m² de área construída, em um terreno de 73.276 m². O clube encontra-se em região de manancial de extrema importância para a região, cujo valor de conservação é regulado pela Lei n. 13.885/04, que trata do Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo da Subprefeitura do M'Boi Mirim, e por seu zoneamento como "Zona de Lazer e Turismo" (ZLT-02), que definem normas de uso e parcelamento do solo urbano em área de preservação obrigatória.
	EN12	Não há, no momento, monitoramento dos impactos na biodiversidade provocados pelas atividades do Itaú Unibanco, dado que a maior parte de suas operações está situada em regiões urbanas.
	EN13	Não há, no momento, habitats protegidos ou restaurados pelo Itaú Unibanco, dado que a maior parte de suas operações está situada em áreas urbanas.
	EN14	A maior parte das atividades ocorre em áreas urbanas; por tal razão, o banco não dispõe de estratégia para mitigar impactos na biodiversidade.
	EN15	Não há sistema de monitoramento de espécies ameaçadas na lista vermelha da <i>International Union for Conservation of Nature</i> (IUCN), dado que a maior parte das atividades do banco – prédios administrativos e agências bancárias – se dá em áreas urbanas.
Emissões, efluentes e resíduos	EN16	Emissões (tCO2e) Total inventário 103.412,3
	EN17	Não declarado
	EN18	Com a virtualização dos servidores, a troca de monitores de tubo por novos, de LCD, e a modernização física dos datacenters, entre outras ações, houve a redução do consumo de energia elétrica de 19.511 GJ. Essa redução gerou uma economia de R\$ 1.732.000.
	EN19	Gás R22=1,7 toneladas Gás R141b=0,2 toneladas
	EN20	NOx 50.126,9Kg SOx 3.420,1 Kg
	EN21	Toda a água utilizada é descartada em esgoto doméstico (não foram consideradas perdas por evaporação do ar condicionado ou água para regas de jardim), tratado pelas concessionárias.
	EN22	Tubos de TV 15 unidades Reutilização Baterias diversas (<i>nobreaks</i> , entre outras) 1 221,6 t Reciclagem Lâmpadas fluorescentes 2 12,00 t Reciclagem m Pilhas e baterias 3 2,21 t Reciclagem Pilhas e baterias 3 0,55 t Baterias diversas 2,40 t Aterro industrial Resíduos ambulatoriais 4 0,83 t eletrodesativação por meio de micro-ondas
	N23	As atividades do banco não geraram derramamentos significativos no período 77 reportado.
	EN24	10.492,77 toneladas de resíduos em suas operações, dos quais 239,57 toneladas constituíam resíduos perigosos – somadas a 15 unidades de tubos de TV. O peso dos resíduos perigosos transportados para fornecedores/locais fora do banco alcançou 236,81 toneladas.
	EN25	O Itaú Unibanco Holding não afeta significativamente corpos d'água

		e/ou habitats por descarte ou drenagem. O banco <i>holding</i> gera apenas efluentes domésticos.
Produtos e serviços	EN26	Como medida mitigadora, utiliza-se um equipamento de medição (Anel de Ringelmann) nos veículos que transitam no Centro Administrativo Tatuapé: se a cor da fumaça estiver fora do padrão recomendado, é solicitado ao fornecedor que adote medidas corretivas.
	EN27	2,2 toneladas de resíduos eletrônicos coletadas ao longo do ano de 2010 – o que representa 0,20% de material recolhido do total de produtos vendidos.
Conformidade	EN28	O banco não recebeu multas significativas ou sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais no período de reporte deste relatório.
Transporte	EN29	Os dados e informações sobre essas emissões constam do Inventário de GEE, que se encontrava em produção durante a elaboração deste relatório.
Geral	EN30	Em 2011, o Itaú Unibanco investiu R\$ 4.440.208,25 em proteção ambiental: R\$ 1.516.945,88 em tratamento e disposição de resíduos da administração predial e resíduos gerados nas reformas dos andares dos prédios administrativos; R\$ 1.379.373,71 no projeto do “Lavador de Gases” do Centro Administrativo Tatuapé, idealizado para tratar emissões do banco; R\$ 1.130.700,00 na instalação das salas de telepresença (tecnologia mais limpa, uma vez que evita deslocamentos para a realização de reuniões); R\$ 365.688,66 na certificação da ISO 14001 do Centro Administrativo Tatuapé. R\$ 47.500,00 em contratação da consultoria ICF, para auxiliar no inventário de emissões.

Fonte : Elaborado pelo autor a partir dos relatórios de sustentabilidade do Banco Itaú.

APÊNDICE E - Indicadores de sustentabilidade ambiental do Banco Santander

Materiais	EN1	O uso das impressoras da Torre é gerenciado por uma empresa fornecedora, responsável pela manutenção e controle desses equipamentos. O sistema exige identificação do usuário via crachá, o que inibe impressões desnecessárias e permitiu uma economia de cartuchos.
	EN2	Enviamos para a reciclagem 457 toneladas de papel. Realizamos também diversas iniciativas para reduzir o consumo desse item, ao oferecer a nossos clientes a opção de receber seus extratos e faturas de cartão em formato eletrônico. No caso das faturas de cartões, por exemplo, cerca de 3% foram enviadas por e-mail. É um percentual ainda pequeno, porém, em termos absolutos, representa mais de 2 milhões de faturas ou mais de 2 milhões de folhas de papel A4. A quantidade de cheques reciclados (316 toneladas), Quanto ao consumo de cartuchos de tonners, do total consumido pelo banco, 6,7% correspondem a cartuchos remanufaturados.
Energia	EN3	EN3 Renovável 264.164 GJ e não renovável 805.283 GJ (Gigajoules)
	EN4	Agências, PABs e Paes (concessionárias) 624.751 GJ Prédios administrativos (concessionárias) 142.262 GJ
	EN5	Toda iluminação interna dos elevadores foi substituída por lâmpadas de LED (feitas com semicondutores que duram mais e consomem menos energia), o que gerou uma economia de 70% em relação às lâmpadas fluorescentes convencionais. Uma abertura na parte inferior gera ventilação natural.
	EN6	Projetos com melhor aproveitamento de luz natural; isolamento térmico de lajes, com telhados novos que utilizem telhas metálicas tipo sanduíche e pintadas de branco, o que reduz a incidência solar e contribui para o combate ao aquecimento global. Cada 100 m ² de cobertura pintada de branco compensa a emissão de dez toneladas de CO ₂ , segundo estudo realizado pelo Lawrence Berkeley National Laboratory.
	EN7	Ligamento e desligamento automático do ar-condicionado, dos caixas eletrônicos e das comunicações visuais externas (letreiros, totens, etc.) por meio de timers programáveis; luminárias de alto rendimento, que consomem menos energia e conferem luminosidade 10% maior que as lâmpadas comumente usadas. Um sistema automático de ligamento e desligamento de luzes permite a economia de energia nos horários em que o fluxo de funcionários é menor.
Água	EN8	Prédios administrativos 207.051 m ³ ; Agências 934.992 m ³ .
	EN9	A água consumida pelo banco é proveniente de concessionárias públicas de abastecimento, porém os prédios administrativos e algumas agências captam água da chuva para uso não potável, como jardinagem e lavagem de pisos, gerando uma economia de 50% no consumo da rede pública dessas agências. O uso de torneiras com aeradores e de fechamento automático; caixas de descarga de duplo fluxo; sistema de aproveitamento de água de chuva, quando viável. As edificações que dispõem desse recurso reduzem entre 40% e 50% o consumo de água potável das redes de abastecimento.
	EN10	Os vasos sanitários têm descarga a vácuo, o que permite reduzir o consumo em pelo menos 70%, em comparação com o sistema mais comum de descarga acoplada. Toda a água descartada pelo Santander

		é destinada para a rede pública, dentro dos parâmetros aceitáveis, não precisando de tratamento adicional. Parte da água de chuva captada pelos sistemas instalados é reutilizada, e o restante vai para a rede pública de águas pluviais. Portanto, não há descarte direto em corpos de água, como lagoas e rios.
Biodiversidade	EN11	Não se aplica.
	EN12	Não se aplica.
	EN13	Não se aplica.
	EN14	Também em 2010, sete prédios administrativos e a agência bancária de Fernando de Noronha foram recertificados pela norma ISO 14001. O objetivo de certificação da agência, que ocupa uma área de 270 m ² , e que é a única existente no local – e também a única certificada pela ISO 14001 no Brasil – é minimizar os riscos ambientais que a operação do banco pode causar à ilha.
	EN15	Não se aplica.
Emissões, efluentes e resíduos	EN16	Escopo 1 (gases refrigerantes, geradores e frota de veículos) 5.542 tCO ₂ Escopo 2 (compra de energia elétrica) 14.021 tCO ₂ Escopo 3 (viagens em aeronaves, resíduos orgânicos em terceiros, papa-pilhas, consumo elétrico em terceiros e transporte de valores e fretados) 82.283 tCO ₂
	EN17	Escopo 1 (gases refrigerantes, geradores e frota de veículos) 5.542 tCO ₂ Escopo 2 (compra de energia elétrica) 14.021 tCO ₂ Escopo 3 (viagens em aeronaves, resíduos orgânicos em terceiros, papa-pilhas, consumo elétrico em terceiros e transporte de valores e fretados) 82.283 tCO ₂
	EN18	Quarenta e um fretados levam e trazem, aproximadamente, mil funcionários de pontos estratégicos da cidade, como estações de metrô, e cumprem trajetos entre os prédios administrativos do banco. Cada ônibus substitui 40 carros particulares. O Santander também oferece vans para um shopping Center e para demais centros administrativos.
	EN19	R22= 18.183 kg, R141=1.675 kg, R11=97 kg, R407=47kg
	EN20	NOx 16 kg SOx 4 kg Metano 2,53 kg
	EN21	Toda a água descartada pelo Santander é destinada para a rede pública, dentro dos parâmetros aceitáveis, não precisando de tratamento adicional. Parte da água de chuva captada pelos sistemas instalados é reutilizada e o restante vai para a rede pública de águas pluviais. Portanto, não há descarte direto em corpos de água, como lagoas e rios.
	EN22	Papel 457 t – Reciclagem; Plástico 71t - Reciclagem; Vidros 9 t - Reciclagem Metais 25 t – Reciclagem; Resíduos orgânicos 1.687 t Aterros sanitários.
	N23	Não foi registrado nenhum caso.
	EN24	Pilhas e baterias (t) 172; Lâmpadas (unidades) 66.169.
	EN25	Não há descarte direto em corpos de água, como lagoas e rios.
Produtos e serviços	EN26	Na construção de novas agências, na política de geração de resíduos, no controle das emissões de gases poluentes e, ainda, nas várias iniciativas para incentivar seus funcionários a adotar hábitos saudáveis.
	EN27	Enviadas para a reciclagem 457 toneladas de papel. Para reduzir o consumo de papel, oferece aos clientes a opção de receber extratos e faturas de cartão em formato eletrônico. No caso das faturas de cartões, por exemplo, cerca de 3% foram enviadas por e-mail. É um percentual ainda pequeno, porém, em termos absolutos, representa mais de 2 milhões de faturas ou mais de 2 milhões de folhas de papel A4.

Conformidade	EN28	Não foram registradas multas ambientais
Transporte	EN29	Primeira iniciativa foi providenciar que os funcionários do Santander não chegassem e saíssem do prédio ao mesmo tempo, o que significaria o deslocamento de aproximadamente 1,5 mil veículos em apenas uma hora. Para isso, foi estabelecido um escalonamento do turno de trabalho, com horários de entrada entre 7h e 10h e de saída entre 16h e 19h. Dessa forma, diluiu-se a circulação de pessoas e carros no entorno da Torre, o que facilita os acessos e, ao mesmo tempo, alivia o movimento nos horários de pico. A segunda iniciativa foi estimular os funcionários a não irem trabalhar com seus próprios veículos. O banco disponibiliza diária e gratuitamente 85 fretados, que fazem o trajeto entre estações de metrô e prédios administrativos da Organização. O serviço atende 1.662 usuários, sendo, aproximadamente, mil alocados na Torre. Também foi criado o programa Carona Amiga, que beneficia 808 pessoas e conta com 303 veículos inscritos.
Geral	EN30	Papa-Pilha R\$ 1.305.000 Certificações ISO 14001 e Leed R\$ 321.000 Descarte de resíduos orgânicos e não-recicláveis em prédios administrativos R\$ 220.000 Inventário de CO2 R\$ 177.000 Prêmios do mês do meio ambiente R\$ 72.000 TOTAL R\$ 2.095.000

Fonte : Elaborado pelo autor a partir dos relatórios de sustentabilidade do Banco Santander.

APÊNDICE F - Indicadores de sustentabilidade ambiental do BIC Banco

Materiais	EN1	Em 2011, foram utilizadas 48,2 toneladas de papel para impressão.
	EN2	O Banco tem como premissa a utilização de papel com certificação FSC; 97,7% do total utilizado é proveniente de fontes recicladas. Do total de papel utilizado, 25% foram destinadas para a reciclagem.
Energia	EN3	O Banco não dispõe de dados quantitativos para as economias de energia.
	EN4	O Banco não dispõe de dados quantitativos para as economias de energia.
	EN5	Toda iluminação interna foi substituída por lâmpadas de LED (feitas com semicondutores que duram mais e consomem menos energia), o que gerou uma economia de 70% em relação às lâmpadas fluorescentes convencionais.
	EN6	O Banco não dispõe de dados quantitativos para as economias de energia.
	EN7	A otimização do sistema de refrigeração possibilita ao Banco estabelecer a meta de redução de 60% do consumo de energia consumida pelo data center.
Água	EN8	O Banco não dispõe de dados quantitativos para as economias de água.
	EN9	Instalação de equipamentos que propiciam economia. Toda a rede de agências e a administração central captam e descartam água com as empresas de saneamento básico local.
	EN10	O Banco não dispõe de dados quantitativos para as economias de água.
Biodiversidade	EN11	Ainda que não produza impactos diretos ou tenha suas unidades operacionais dentro de áreas protegidas, a Instituição dispõe de propriedades na cidade de Campos do Jordão (SP) e na praia de Boraceia (SP), onde são mantidos controles regulares de conservação da vegetação original.
	EN12	Não se aplica.
	EN13	Não se aplica.
	EN14	Os impactos indiretos à biodiversidade são gerenciados por meio das avaliações e da observância de critérios específicos na seleção de fornecedores
	EN15	Não se aplica.
Emissões, efluentes e resíduos	EN16	Não se aplica.
	EN17	Não se aplica.
	EN18	Não se aplica.
	EN19	Não se aplica.
	EN20	Não se aplica.
	EN21	Toda a água descartada pelo Bic Banco é destinada para a rede pública, dentro dos parâmetros aceitáveis, não precisando de tratamento adicional. Parte da água de chuva captada pelos sistemas instalados é reutilizada e o restante vai para a rede pública de águas pluviais. Portanto, não há descarte direto em corpos de água, como lagoas e rios.
	EN22	Não se aplica.
	N23	Não se aplica.
	EN24	Não se aplica.
	EN25	Não há descarte direto em corpos de água, como lagoas e rios.
Produtos e serviços	EN26	Na concepção e gestão de produtos e serviços, o BICBANCO analisa as variáveis socioambientais por meio de ferramentas e metodologias próprias, frequentemente atualizadas e aprimoradas.

	EN27	O Sistema de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável, por intermédio de seus Manuais de Procedimentos, define as práticas para execução diária e monitoramento anual dos riscos socioambientais, contendo a lista de restrição para operar em determinados setores ou ramos de atividades. O Comitê Azul, equivalente ao Comitê de Sustentabilidade, é responsável pela avaliação especial das operações dentro desses domínios.
Conformidade	EN28	Não foram registradas multas ambientais
Transporte	EN29	O Banco não faz gestão sobre este aspecto
Geral	EN30	Papa-Pilha R\$ 1.305.000 Certificações ISO 14001 e Leed R\$ 321.000 Descarte de resíduos orgânicos e não-recicláveis em prédios administrativos R\$ 220.000 Inventário de CO2 R\$ 177.000 Prêmios do mês do meio ambiente R\$ 72.000 TOTAL R\$ 2.095.000

Fonte : Elaborado pelo autor a partir dos relatórios de sustentabilidade do Bic Banco.

APÊNDICE G - Indicadores de sustentabilidade ambiental do HSBC

Materiais	EN1	As iniciativas desenvolvidas nos últimos anos permitiram uma redução de 5% no consumo, de 2010 para 2011. Se considerado o número de colaboradores em tempo integral, essa diminuição foi de 8,6%. O consumo total foi de 8.813 ton.
	EN2	Apenas 2% dos papeis utilizados foram reciclados.
Energia	EN3	A energia elétrica total consumida teve uma ligeira redução de 1,5% nos últimos dois anos. No comparativo entre 2009 e 2011, a diminuição chega a 3,9%. Já o consumo de energia por empregado em tempo integral diminuiu 0,8% nesse mesmo período. Houve elevação no consumo de óleo diesel associada a dois fatores principais: o aumento no número de geradores instalados (de 17 em 2010 para 21 em 2011) e a alteração no protocolo de testes envolvendo esses sistemas, antes feito mensalmente e depois semanalmente.
	EN4	Foram economizados 400.623 GJ
	EN5	O aquecimento da água feito com o uso de gás liquefeito de petróleo e a instalação de painéis solares permitiu uma redução significativa no consumo de GLP.
	EN6	Segundo estimativas do HSBC, cerca de 2 mil GJ de energia elétrica deixaram de ser consumidos em 2011, como resultado das iniciativas de conservação e eficiência. Foram trocados 98 equipamentos de ar-condicionado nas agências, que contribuíram com a redução de 485 MWh
	EN7	O consumo de energia direta, a partir de fontes renováveis, que deverá aumentar de 24% para 40%. Outro compromisso assumido é a redução absoluta de 10% no consumo de energia. O Grupo HSBC também traçou a meta de produzir ao menos 5% da energia consumida de forma local a partir de fontes renováveis e de ampliar a eficiência energética nos datacenters, com índice de 1,5 de Power Usage Effectiveness.
Água	EN8	A água utilizada pelo HSBC é proveniente dos sistemas de abastecimento público, que estão sujeitos a limitações legais de captação e não impactam significativamente fontes hídricas.
	EN9	Em 2010, por exemplo, 57 agências passaram por reformas hidráulicas e receberam metais e louças com sistemas de baixo consumo, o que impactou diretamente nos resultados obtidos em 2011. Para 2012, a ideia é adotar esse método para novas reformas.
	EN10	O HSBC não possui métodos de reutilização de água em suas operações. No entanto, está em teste no CETRE um sistema de tratamento para os efluentes domésticos da unidade, que prevê o reúso da água para regar os jardins. No local, também será coletada a água da chuva para uso nos vasos sanitários.
Biodiversidade	EN11	O HSBC não possui operações em áreas protegidas e, consequentemente, não causa impactos significativos sobre a biodiversidade. Mesmo assim, a HSBC Seguros mantém parceria com a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). Em 2011, foram destinados R\$ 3,67 milhões à conservação de 3.216 hectares – 120 na Bahia, 450 em Santa Catarina e 2.646 no Paraná.
	EN12	Não se aplica.
	EN13	Não se aplica.
	EN14	Os impactos indiretos à biodiversidade são gerenciados por meio das avaliações e da observância de critérios específicos na seleção de fornecedores
	EN15	Não se aplica.

Emissões, efluentes e resíduos	EN16	O HSBC desenvolve uma série de práticas com o objetivo de minimizar os impactos de suas emissões no meio ambiente.
	EN17	As principais unidades operacionais disponibilizam salas equipadas com ferramentas como videoconferência, audioconferência e Webex – que oferece a possibilidade de desenvolver apresentações online em tempo real. Ao longo de 2011, esses espaços foram utilizados mais de 1.500 vezes, proporcionando uma redução da emissão de 39,1 toneladas equivalentes de CO ₂ . O objetivo é disponibilizar mais sete salas em 2012. O banco também adotou ações para aumentar a eficiência energética, o que permitiu a redução da emissão de 45 toneladas equivalentes de CO ₂ em 2011.
	EN18	O HSBC reduziu um total de 84,1 toneladas equivalentes de CO ₂ no ano.
	EN19	No que se refere aos gases depletos da camada de ozônio, o HSBC não tem emissões significativas em suas operações. Essas ocorrem somente nos aparelhos de ar-condicionado ou em um possível vazamento durante as manutenções – porém, nesse processo, é utilizado um equipamento específico para impedir a liberação desses gases. Outras emissões, como NO _x e SO _x , não são consideradas significativas devido às atividades do banco. As emissões de gases do efeito estufa aumentaram entre 2010 e 2011. Porém, houve uma redução de 3,7% se considerado o desempenho dos dois últimos anos. Quase a totalidade, 98% das 9.213 toneladas equivalente de CO _x , foram emissões indiretas, ocasionadas pela compra de energia. As emissões diretas ocorreram pelo uso de geradores, empregados para suprir as falhas de abastecimento de energia.
	EN20	A estratégia de sustentabilidade do HSBC desenhada para os próximos anos – entre 2012 e 2020 – prevê o investimento anual de US\$ 5 milhões em projetos que refletirão também na redução das emissões de CO ₂ .
	EN21	Todos os efluentes do HSBC são domésticos e destinados à rede pública de saneamento disponível nas cidades onde o banco opera. A exceção é o Centro de Treinamento, em São José dos Pinhais, que trata os efluentes antes do descarte. Nesse caso, são tratados aproximadamente 5 mil m ³ ao ano.
	EN22	Houve uma redução significativa no volume de resíduos não perigosos gerados pelo HSBC. Entre eles estão os resíduos de construção civil, que representam a maior parte, sendo encaminhados para aterros sanitários. Entretanto, se desconsiderarmos esses materiais, houve um aumento de 14,7% na geração resíduos não perigosos, que subiu de 978 toneladas para 1.122 toneladas.
	EN23	Em 2011, não foram registrados incidentes dessa natureza.
	EN24	O HSBC contrata empresas terceirizadas para transportar os resíduos perigosos gerados em suas operações – que são tratados e encaminhados para aterro sanitário. Em 2011, 4,55 toneladas de resíduos perigosos (filtros de ar-condicionado, pilhas e baterias) foram descontaminadas e transportadas.
	EN25	Não há descarte direto em corpos de água, como lagoas e rios.
Produtos e serviços	EN26	O banco disponibilizou aos clientes envelopes de papel reciclado no atendimento dos caixas, deixou de emitir faturas – o que desencadeou a não impressão de 2,47 milhões de folhas – e passou a confeccionar os cartões de crédito do Instituto HSBC Solidariedade com PET reciclado.
	EN27	Todos os cheques recebidos e os papéis confidenciais são direcionados a uma empresa especializada, que faz a destinação correta para a reciclagem. Além disso, após o uso, os malotes para transporte são destinados a empresas que produzem brindes com lona e posteriormente entregues aos colaboradores do banco.
Conformidade	EN28	Não foram registradas multas ambientais
Transporte	EN29	Relacionado ao transporte de colaboradores.
Geral	EN30	A instalação de tecnologias mais limpas no Centro de Treinamento, em São José dos Pinhais, a implantação de um aerogerador na Agência

		Renascença, a substituição de refrigeradores nos Centros Administrativos e a instalação de lixeiras para coleta seletiva.
--	--	---

Fonte : Elaborado pelo autor a partir dos relatórios de sustentabilidade do Bic Banco.

APÊNDICE H - Indicadores de sustentabilidade ambiental do Citibank

Materiais	EN1	O Citi firmou parceria com um fornecedor especializado que reorganizou o processo de impressão na Organização. a empresa substituiu as impressoras por modelos novos, multifuncionais, que, em sua maioria, são de propriedade e contam com suporte técnico e gerenciamento do fornecedor. O parceiro reviu a quantidade e a localização dos equipamentos e um novo processo foi instituído para a impressão. Os funcionários passaram a utilizar uma senha para o uso da impressora, o que aumenta a segurança da informação e evita os frequentes esquecimentos, de material impresso, que ocasionavam desperdícios de recursos. as mudanças permitiram uma redução de 32% no volume de impressões no Brasil e uma economia de cerca de R\$ 1,4 milhão por ano
	EN2	Foram reciclados 73% do papel utilizado.
Energia	EN3	Foram utilizados no ano de 2009, 132.813 GJ.
	EN4	Foram economizados recurso por ações de ecoeficiência em 282 GJ.
	EN5	Não se obtiveram dados a esse respeito.
	EN6	O Citi implantou diversas medidas para diminuir o consumo de água e de energia elétrica, além de investir em projetos de coleta seletiva em todos os prédios administrativos da empresa.
	EN7	A busca, em parceria com clientes, de formas de financiamento de eficiência energética, o financiamento de fontes de energia renováveis, o estabelecimento de metas ainda maiores para a nossa eficiência e para a redução das nossas emissões de gases causadores do efeito estufa e a liderança do grupo de bancos que seguem os princípios do equador no que diz respeito à revisão dos padrões de performance do IFC (International Finance Corporation).
Água	EN8	A água utilizada pelo banco é proveniente dos sistemas de abastecimento público, que estão sujeitos a limitações legais de captação e não impactam significativamente fontes hídricas.
	EN9	Não impactam significativamente fontes hídricas.
	EN10	Implantação de sistema de reúso de água no prédio Citi Center, campanhas internas recomendando diversas ações e inclusão de metas de redução na performance das agências Citibank e lojas Credicard
Biodiversidade	EN11	O banco não possui operações em áreas protegidas e, consequentemente, não causa impactos significativos sobre a biodiversidade.
	EN12	Não se aplica.
	EN13	Não se aplica.
	EN14	Os impactos indiretos à biodiversidade são gerenciados por meio das avaliações e da observância de critérios específicos na seleção de fornecedores
	EN15	Não se aplica.
Emissões, efluentes e resíduos	EN16	O banco desenvolve uma série de práticas com o objetivo de minimizar os impactos de suas emissões no meio ambiente.
	EN17	As principais unidades operacionais disponibilizam salas equipadas com ferramentas como videoconferência, audioconferência e Webex – que oferece a possibilidade de desenvolver apresentações online em tempo real. Ao longo de 2011, esses espaços foram utilizados mais de 1.500 vezes, proporcionando uma redução da emissão de 39,1 toneladas equivalentes de CO2. O objetivo é disponibilizar mais sete salas em 2012. O banco também adotou ações para aumentar a eficiência

		energética, o que permitiu a redução da emissão de 45 toneladas equivalentes de CO2 em 2011.
	EN18	Foi alcançada uma redução de 2% na geração de resíduos sólidos
	EN19	No que se refere aos gases depletors da camada de ozônio, o Citi não tem emissões significativas em suas operações.
	EN20	Implantação de campanhas de consumo consciente de plástico e papel e instalação de caixas coletoras para separação do papel e do lixo comum e de lixeiras específicas para copos plásticos
	EN21	Todos os efluentes do Citi são domésticos e destinados à rede pública de saneamento disponível nas cidades onde o banco opera.
	EN22	Não se obtiveram dados a esse respeito.
	EN23	Em 2011, não foram registrados incidentes dessa natureza.
	EN24	O Citi contrata empresas terceirizadas para transportar os resíduos perigosos gerados em suas operações.
	EN25	Não há descarte direto em corpos de água, como lagoas e rios.
Produtos e serviços	EN26	Novos produtos vinculados a questões ambientais e sociais, como os cartões de crédito que direcionam recursos a organizações ou a compra de produtos diretamente de comunidades – caso do projeto piaçava Sustentável.
	EN27	Todos os cheques recebidos e os papéis confidenciais são direcionados a uma empresa especializada, que faz a destinação correta para a reciclagem.
Conformidade	EN28	Não foram registradas multas ambientais
Transporte	EN29	Relacionado ao transporte de colaboradores.
Geral	EN30	Manter a excelência no segmento, por meio da inovação e do lançamento de novos produtos com foco em operações estruturadas, derivativos, custódia internacional (investidores estrangeiros), câmbio, dívida, captações externas e renda fixa. É meta também focar as ações em pequenas e médias empresas

Fonte : Elaborado pelo autor a partir dos relatórios de sustentabilidade do Bic Banco.

APÊNDICE I - Indicadores de sustentabilidade ambiental do Banco da Amazônia, Banco Votorantim e Rabobank.

- Considerar os impactos e custos socioambientais na gestão de ativos (próprios e de terceiros) e nas análises de risco de clientes e de projetos de investimento, tendo por base a Política Nacional de Meio Ambiente;
- Considerar nas análises de crédito as recomendações e restrições do zoneamento agroecológico ou, preferencialmente, do zoneamento ecológico-econômico, quando houver;
- Desenvolver e aplicar, compartilhadamente com outras instituições financeiras, padrões de desempenho socioambiental por setor produtivo para apoiar a avaliação de projetos de médio e alto impacto negativo;
- Promover o consumo sustentável de recursos naturais, e de materiais deles derivados, nos processos internos.
- Definir e contemplar critérios socioambientais nos processos de compras e contratação de serviços;
- Racionalizar procedimentos operacionais visando promover a máxima eficiência no uso dos recursos naturais e de materiais deles derivados;
- Promover medidas de incentivo à redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada dos resíduos, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;
- Priorizar a execução de programas e o financiamento de projetos que busquem minimizar o flagelo das queimadas;
- Incentivar técnicas de manejo florestal nos subsistemas do bioma amazônico;
- Induzir e apoiar a recuperação e utilização de áreas alteradas para fins produtivos;
- Contribuir com os órgãos de assistência técnica possibilitando ao pequeno produtor acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural para melhoria de suas atividades produtivas;
- Ampliar a oferta de recursos para ciência e tecnologia na região, incentivando projetos voltados a modernização e inovação por meio da incorporação de

novas tecnologias a fim de melhorar a competitividade dos produtos brasileiros;

- Intensificar medidas para mitigar os impactos ambientais gerados pelas atividades do Banco, diminuindo o consumo de recursos naturais através de programas internos de eco-eficiência, redução de resíduos e emissão de gases de efeito estufa;
- Prover a capacitação, a conscientização e a educação de gestores, empregados e parceiros para desenvolverem as competências necessárias à implementação dos princípios e diretrizes do Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental;
- Criar condições para que o Banco e seus parceiros adotem os princípios de ecoeficiência e de responsabilidade social, que aumentam a eficiência pela incorporação de valores éticos e culturais ao processo de decisão;
- Aperfeiçoar, continuamente, os critérios de avaliação socioambientais para propostas de crédito e para projetos de financiamento; e
- Reforçar a adoção de medidas para induzir a mitigação dos impactos ambientais negativos das atividades financiadas pelo Banco.

Não possuem, no entanto, indicadores a respeito da sustentabilidade.

O Banco Votorantim atua na área de Sustentabilidade em três principais focos:

- Sustentabilidade nos negócios: Ações para mitigar impactos socioambientais indiretos e proporcionar soluções inovadoras em nossa cadeia de negócios;
- Consumo Inteligente: Ações para mitigar impactos socioambientais diretos relativos às nossas operações, como consumo de materiais e relação com parceiros e fornecedores;
- Investimento Social: Ações de responsabilidade social nas áreas de cultura, esportes e assistência social, alinhadas à estratégia de negócios e ao compromisso com o desenvolvimento social, visando promover melhorias nas condições de vida da sociedade.

Não possuem, no entanto, indicadores a respeito da sustentabilidade.

O Rabobank exerce um papel de importância nas atividades ligadas ao setor de alimentos e ao agronegócio mundial, por isso contribui diretamente para a geração de empregos e para o crescimento do Brasil. Por este motivo, incentivam a adoção de práticas socialmente e ambientalmente responsáveis e também apoiamos os programas de responsabilidade social desenvolvidos por nossos clientes. Não possuem, no entanto, indicadores a respeito da sustentabilidade.

APÊDICE J - Similaridades das Práticas de Sustentabilidade

Aspecto	BB	Bradesco	CEF	Itaú	Santander	Bic Banco	HSBC, Banco da Amazônia, Votorantim, Citibank e Rabobank
Materiais	Informa a quantidade de papel utilizado, sendo totalmente certificado pela FSC ou pela Cerflor e ainda utilizada papel reciclado. Atua, também, com reciclagem de cartuchos e toners, reaproveitamento das carcaças, destes materiais.	Declara a quantidade de papel utilizado e utiliza papel certificado FSC, há reciclagem de materiais como carpetes e persianas, utilização de cartões de PET reciclado, toners e cartuchos remanufaturados	Informa que há programa de incentivo a redução de consumo, faz gerenciamento de impressões, de acordo com a parceria com a Lexmark, fabricante de impressoras e cartuchos de impressão, faz reaproveitamento destes materiais.	Papel certificado em todo processo produtivo, afirma que 100% do papel utilizado é certificado e que somente utiliza insumos em conformidade com critérios ambientais	Faz gerenciamento de impressões, utiliza cartuchos e toners remanufaturados e atua em diversas iniciativas para reduzir o consumo	Prevê compras sustentáveis, o que pressupõe, entre outras ações, a seleção de fornecedores responsáveis social e ambientalmente, priorização de fornecedores locais e análise rigorosa dos pedidos de material para evitar estoques desnecessários.	
Energia	Há consumo direto e indireto de fontes primárias, entre as iniciativas para redução do consumo está a modernização do sistema de iluminação e a substituição do sistema de ar condicionado.	Há consumo direto e indireto de fontes primárias, discrimina a aquisição de recursos tecnológicos com baixa consumo de energia.	A energia elétrica consumida provém da matriz energética limpa de hidrelétricas, o uso de energia obtida a partir de combustíveis fósseis (diesel) em geradores da própria empresa está restrito a situações contingenciais.	Há consumo direto e indireto de fontes primárias, destaca a substituição de persianas, instalação de películas nos vidros e incentivo a comunicação via email, evitando consumo de energia para impressão.	Há consumo direto e indireto de fontes primárias, destaca a substituição de lâmpadas fluorescentes por Led, utilização de luminárias de alto rendimento e instalação de timers programáveis para ar condicionado e desligamento das luzes.	Para redução do consumo de energia foram adotadas medidas como: aquisição de monitores LCD, instalação de sensores/timers e rotina de limpeza em mutirão, otimizando o acendimento das luzes apenas nos andares que estão sendo higienizados	
Água	A água consumida é proveniente de concessionárias, assim como todo o descarte de efluentes utiliza o mesmo sistema. Não há utilização de água	Há captação da rede pública, e ainda captação pluvial e subterrânea. Não utiliza água reciclada ou de reuso.	Utiliza água reciclada, possui agências dotadas de sistemas de captação e tratamento de águas pluviais, para reuso em bacias sanitárias e na limpeza dos ambientes	Há utilização de rede pública e poços artesianos. Realiza tratamento, reciclagem e reutilização da água captada em parte	A água consumida pelo banco é proveniente de concessionárias públicas, porém os prédios administrativos e		

	reciclada ou de reuso.		das unidades. Há captação da rede pública.	de suas atividades.	algumas agências captam água da chuva para uso não potável. Parte da água de chuva captada é reutilizada.		
Biodiversidade	Apesar de não estar localizada em áreas que comprometam significativamente a biodiversidade, adere a compromissos relacionados ao tema. Um dos exemplos é a adesão ao “Grupo de Trabalho da Moratória da Soja”, da qual o Banco se compromete a não financiar projetos de áreas desmatadas pertencentes ao bioma Amazônico	Declara que realiza prioritariamente suas operações em áreas urbanas. No entanto, mantém parceria com Governo Estadual e Fundações como forma de incentivo à preservação	Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, administra recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente, aplicados no Projeto Nacional de Ações Integradas Público-privadas para Biodiversidade (Probio II), formaliza convênios para implementação de ações que ajudem o Brasil a cumprir as metas da Convenção sobre Diversidade Biológica.	Declara que realiza prioritariamente suas operações em áreas urbanas. No entanto, mantém parceria com a Prefeitura e mantém a Fundação como forma de incentivo à preservação	Mantém unidade em Fernando de Noronha, certificada pelo ISO 14001.		
Emissões, efluentes e resíduos	Informa o total de emissões diretas e indiretas, há programa para reduzir a emissão de gases em empresas do Grupo. Tem programa de coleta seletiva e gerenciamento dos resíduos sólidos.	Informa o total de emissões diretas e indiretas, há programa para reduzir a emissão de gases por meio da Seguradora, Há tratamento dos resíduos por meio de reciclagem, compostagem, reprocessamento utilização de aterros sanitários.	Declara o total de emissões diretas e indiretas, Entre as ações para redução das emissões, estão a adoção de itens de ecoeficiência, o estabelecimento de metas para a redução de viagens aéreas, medidas para a redução do consumo de energia e papel.	Informa o total de emissões diretas e indiretas, há programa para reduzir a emissão de gases. Há tratamento dos resíduos por meio de reciclagem e utilização de energia renovável	Informa o total de emissões diretas e indiretas. Há programa de tratamento de resíduos por meio de reciclagem, compostagem e destinação dos resíduos a aterros.		
Produtos e serviços	Existe programa para gerenciamento de resíduos promovendo a reciclagem e destinação a cooperativas ou associações de catadores.	Há programa para recolhimento de sucatas e plásticos que são destinados às indústrias de transformação devidamente certificadas.	Existe programa para gerenciamento de resíduos, promovendo a reciclagem e reutilização dos materiais.	Há programa para recolhimento de sucatas e plásticos que são destinados à reciclagem.	Existe programa para gerenciamento de resíduos, promovendo a reciclagem e reutilização dos materiais.		
Conformidade	Não apresenta multas.	Não apresenta multas.	Não informado.	Não apresenta multas.	Não apresenta multas.		
Transporte	Em relação ao transporte	Declara que maior impacto	Entre as ações para	Adota mecanismos	Criou diversos		

	de trabalhadores, são mapeados os impactos de viagens aéreas e frota própria. Adotou medidas para a redução de transporte como à diminuição de viagens e uso de equipamentos de videoconferências	são as emissões de GEES. Adota a utilização de áudio/videoconferência como forma de reduzir a necessidade de transporte dos colaboradores em empresa do Grupo	redução das emissões, está o estabelecimento de metas para a redução de viagens aéreas, e o uso de equipamentos de videoconferências.	de controle das emissões de GEES no transporte utilizado.	programas para redução do uso de transporte por seus funcionários, como escalonamento dos horários de trabalho e incentivo ao transporte coletivo.		
Geral.	Informa os investimentos realizados	Informa os investimentos realizados	Informa os investimentos realizados	Informa os investimentos realizados	Informa os investimentos realizados		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos relatórios de sustentabilidade das instituições pesquisadas.